

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição

TERRITÓRIO E LAÇO SOCIAL: sujeitos e quebradas

Belo Horizonte
2024

Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição

TERRITÓRIO E LAÇO SOCIAL: sujeitos e quebradas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Processos de Subjetivação.
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Moreira Marcos.

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C744t Conceição, Leandro Galhardo Ballesteros da
Território e laço social: sujeitos e quebradas / Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição. Belo Horizonte, 2024.
124 f. : il.

Orientadora: Cristina Moreira Marcos
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Subjetividade. 2. Psicanálise. 3. Relações humanas. 4. População de rua. 5. Vulnerabilidade Social. 6. Violência. 7. Redução de danos. I. Marcos, Cristina Moreira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 159.964.2

Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição

TERRITÓRIO E LAÇO SOCIAL: sujeitos e quebradas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Prof. Dr. Cristina Moreira Marcos (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Musso Garcia Greco (Banca Examinadora)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Alessandro Pereira dos Santos (Banca Examinadora)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, 04 de julho de 2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Cristina Moreira Marcos, que acolheu e orientou os giros do pesquisador e da pesquisa.

À PUC Minas, que com suas professoras e professores transmitiu mais do que a teoria.

À Alessandro Santos e Musso Greco, pelas contribuições na ocasião da banca de qualificação.

À CAPES, que acreditou na realização deste estudo.

Ao Consultório na Rua, que possibilitou a transformação de nós em laços. Agora vejo a cidade, os sujeitos e as práticas de saúde de outras maneiras.

Aos usuários e trabalhadores do Sistema Único de Saúde, que gentilmente compartilharam os seus saberes e histórias.

Aos Redutores de Danos, que habilidosamente incorporaram a arte do afeto nos fazeres de promoção da saúde.

Ao Freud nas Quebradas: um investimento coletivo na democratização da psicanálise.

À Julia de Sena. Escuta atenta e intervenções acertadas.

À Lislely Braun, Luciana Lemos e Tharso Peixoto, por suas contribuições e gentilezas.

À Grazielle Maia, por sua coragem, parceria e amizade.

À Anna Cristina, dupla de trabalho e colaboradora ímpar.

Aos amigos e amigas. Vocês foram casa nos momentos difíceis, brindaram as alegrias e transformaram o cotidiano num verdadeiro *show* de humor.

À Josefa e Francisco, que fizeram do impossível de educar uma tarefa cotidiana. Disponíveis e presentes, apostaram nos meus caminhos.

À Ana Luiza, plus de vida.

*Atravessamos sempre a rua como quem foge de casa
no entanto saímos de casa como se fosse seguro
que a ela voltássemos
e voltamos, quase sempre, cheios de fuligem e árvores
e arranha-céus e medo
carregamos o tijolo das paisagens
dormimos sobre o cimento dos anos
entramos em casa como num lago quieto e fundo
saímos à rua como se entrássemos num rio
que sempre muda, transitamos por ambos os meios,
ambas as vidas, acreditamos encontrar a casa em casa
e a rua na rua, como se entre a casa e a rua houvesse
uma língua comum, ou como se fôssemos bilíngues,
levamos à rua palavras da casa
guardamos em casa palavras da rua,
parece simples,
fazemos isso todos os dias, somos anfíbios,
às vezes respirar
é difícil.*

(Marques & Jorge, 2017, p. 26-27)

RESUMO

Investigamos nesta pesquisa qualitativa as modulações dos laços sociais e as soluções singulares encontradas pelos sujeitos nos contextos de vulnerabilidade social. Adotamos como forma de produção dos dados a triangulação de dois métodos: entrevistas em psicanálise e diário de campo. Foram entrevistados três redutores de danos, trabalhadores da saúde e/ou da assistência social do município de Belo Horizonte. Escolhemos tais sujeitos em razão das suas vivências em situação de rua, residência e/ou circulação nas periferias e conhecimento acerca das dinâmicas territoriais. O diário de campo, por sua vez, foi confeccionado pelo pesquisador durante a sua prática profissional como psicólogo de uma das equipes do Consultório na Rua, do mesmo município. As experiências nas ruas e o encontro com os sujeitos e territórios reafirmam a recorrência das situações de precariedade material e violências experienciadas por uma parcela da população. O encontro com a cidade e a escuta clínica desembocaram nos operadores conceituais “território e quebrada”, “laço social”, “violência e segregação” e “corpo”. Frente à temática, deixamo-nos guiar pela psicanálise lacaniana, pela geografia de Milton Santos e flertamos com conhecimentos antropológicos e sociológicos. Concluimos que as saídas construídas pelos sujeitos para lidar com os seus impasses subjetivos, bem como para garantir as condições necessárias à vida e se inscrever no tecido social, são também agenciadas e atravessadas pelas condições socioeconômicas, pelas dinâmicas locais, pela raça e pelo gênero.

Palavras-chave: laço social; território; corpo; violência; psicanálise.

ABSTRACT

In this qualitative research, we investigated the modulations of social ties and the unique solutions found by subjects in contexts of social vulnerability. As a form of data production, we adopted the triangulation of two methods: interviews in psychoanalysis and field diary. Three health and/or social assistance workers, functioning as harm reducers, from the city of Belo Horizonte were interviewed. We chose these subjects because of their experiences living on the streets, residence and/or movement in the outskirts, and knowledge of territorial dynamics. The field diary, in turn, was created by the researcher during his professional practice as a psychologist on one of the street clinic teams in the same municipality. The experiences on the streets and the encounter with the subjects and territories reaffirm the recurrence of situations of material precariousness and violence experienced by a portion of the population. The encounter with the city and clinical listening led to the conceptual operators “territory and hoods”, “social bond”, “violence and segregation” and “body”. In terms of orientation, we were guided by Lacanian psychoanalysis, by the geography of Milton Santos, and with anthropological and sociological knowledge. We conclude that the solutions created by the subjects to deal with their subjective impasses, to guarantee the necessary conditions for life, and to inscribe themselves in the scenario are managed and crossed by socioeconomic conditions, local dynamics, race, and gender.

Keywords: social bond; territory; body; violence; psychoanalysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura primária do discurso.....	66
Figura 2 – O lugar do sujeito.....	67
Figura 3 – Lugar do outro significante	67
Figura 4 – Estrutura do discurso.....	68
Figura 5 – Os quatro discursos radicais	69
Figura 6 – Discurso do mestre e discurso do capitalista.....	71
Figura 7 – Itinerários de Bel.....	84
Figura 8 – Trajetória de Lucas	94
Figura 9 – Trajetória de Olívio.....	101
Figura 10 – Itinerário de Lucas	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CETAD	Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas
CERSAM(AD):	Centro de Referência em Saúde Mental (Álcool e outras drogas)
CnaR	Consultório na Rua
CdeR	Consultório de Rua
CEP	Centro de Estudos Periféricos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CS	Centro de Saúde
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Fafich	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISTs	Infeções Sexualmente Transmissíveis
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MS	Ministério da Saúde
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
Pop Rua	População em situação de rua
POLOS	Programa Transdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RD	Redução de Danos
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SMPU	Secretaria Municipal de Política Urbana
SPAs	Substâncias Psicoativas
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
THC	Tetrahydrocannabinol
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ANTECEDENTES: CONSULTÓRIO NA RUA, REDUÇÃO DE DANOS E A POSIÇÃO DO ANALISTA	13
3	MÉTODO E PESQUISA EM PSICANÁLISE	26
3.1	Diário de campo	27
3.2	As entrevistas e os dados	29
3.3	Sujeitos da pesquisa: redutores de danos.....	31
4	ARTICULADORES: INTERFERÊNCIAS E INFERÊNCIAS	35
4.1	O território e a quebrada.....	35
4.2	Violências	45
4.2.1	<i>Segregação e racismo</i>	49
4.3	Fazer corpo.....	57
4.4	O laço social.....	62
4.4.1	<i>O discurso do capitalista</i>	70
5	CORPO QUEBRADO, CORPO QUEBRADA	75
5.1	Do luxo ao lixo, do lixo ao luxo.....	77
5.2	Entre altos e baixos: na rua é foda.....	86
5.3	Corpo de vidro e o chafariz	95
6	REDUÇÕES POSSÍVEIS	102
6.1	O lixo	106
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	113
	ANEXO A	121
	ANEXO B	124

1 INTRODUÇÃO

A ideia de Lacan era que nos tornamos psicanalistas porque não podemos agir de outra forma, que vale quando é uma escolha forçada, isto é, quando fizemos a ronda dos outros discursos e voltamos a esse ponto em que todos os outros discursos aparecem como falhos, e nos relançamos no discurso do analista porque não temos como agir de outra forma.
(Miller, 2008a, p. 22)

Investigamos nesta pesquisa de mestrado as modulações do laço social nos contextos de vulnerabilidade social — territórios, ruas e quebradas. Para tanto, recorreremos aos registros extraídos da rotina de trabalho como psicólogo da equipe de Consultório na Rua (CnaR) Nordeste de Belo Horizonte (BH) e ao material produzido a partir da escuta de três sujeitos redutores de danos, trabalhadores da saúde e assistência social desse município. Orientados pela clínica psicanalítica, promovemos articulações entre os sujeitos e a cidade, localizando os impasses e as soluções vivenciados por eles ao longo da trajetória de vida nas ruas e do trabalho como redutores de danos.

Tomamos como ponto de partida a regional Nordeste de Belo Horizonte, o CnaR e a redução de danos (RD). A seguir, explicitamos o nosso lugar de enunciação desde a posição ética do analista e da escuta do singular. No capítulo subsequente, contextualizamos o método e a escolha dos sujeitos da pesquisa para, então, discutir os operadores conceituais expoentes na pesquisa – são eles: laço social, território e quebrada, corpo e violências. Por fim, no quarto capítulo, tecemos reflexões acerca do material reunido no diário de campo e dos discursos dos redutores de danos.

Observamos que fenômenos como a formação de aglomerados subnormais¹, violências, uso de psicoativos, atacado e varejo da droga, pobreza e outras ocorrências relacionadas aos processos de vulnerabilidade social, exclusão e marginalização constituem uma parte importante da realidade brasileira. Belo Horizonte, município que sediou a nossa investigação, apresenta demografias múltiplas, abrigando favelas, vilas e áreas de assentamento de diferentes extensões e populações. Segundo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), no ano de 2021, aproximadamente 20% dos munícipes residiam

1 Entende-se por Aglomerados Subnormais as ocupações territoriais irregulares em áreas urbanas para fins de habitação. Considerando a precariedade observada nesses locais, como a insuficiência de recursos materiais, renda hipossuficiente, acesso aos serviços de saúde e assistência social, optou-se pela equivalência entre os termos *aglomerados subnormais* e *quebradas*. O segundo refere-se à nomeação dada por determinados grupos sociais, o primeiro, por sua vez, é um conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)² ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS)³ (PBH; SMPU, 2020). Conforme os dados, cerca de 480 mil pessoas viviam nos 336 assentamentos da cidade (URBEL, 2021). Estima-se que apenas na regional Nordeste da cidade – principal território da pesquisa – existiam nesta época mais de 32.500 pessoas residindo nas áreas caracterizadas como irregulares pela Prefeitura (PBH) (URBEL, 2021).

O recorte territorial adotado nesta pesquisa evidencia que a parte nordeste da cidade sofreu transformações importantes entre os anos 1990 e 2010. Segundo os relatos dos profissionais vinculados à regional e dos cidadãos atendidos pelo CnaR⁴, diversos locais passaram por intervenções protagonizadas pelas autoridades policiais, órgãos municipais e sanitários, na primeira década dos anos 2000. À época, falava-se sobre a construção de uma nova rodoviária no bairro São Gabriel, e com isso, algumas áreas foram compulsoriamente desocupadas e a população foi obrigada a migrar.

Conforme as narrativas (a)colhidas ao longo da jornada de trabalho como psicólogo do CnaR Nordeste, as transformações da infraestrutura com fins de implantação da rodoviária culminaram na formação do aglomerado conhecido como Vietnã, que, antes de fragmentar-se por outros locais, fixou-se nas adjacências da atual Estação de ônibus São Gabriel. Os relatos indicam que essa comunidade ganhou destaque devido ao protagonismo no atacado e varejo da droga, destacando-se por “comandar Belo Horizonte”. De acordo com os relatos, após o “desmonte do Vietnã” surgiram outras comunidades, entre elas o Andiroba e a Vila São Dimas, popularmente conhecida como “comunidade da doze”⁵.

Os locais supracitados situam-se nas imediações das principais rodovias do município (040/262/381). Notavelmente, muitas moradias são improvisadas e não desfrutam dos serviços de saneamento básico e eletricidade, o comércio de ilícitos e os frequentes episódios de violências integram as cenas locais⁶. Duas décadas após o anúncio da rodoviária ainda é possível observar a realização de obras no local: foram construídas estações que integram

2 ZEIS: território municipal ocupado majoritariamente por populações de baixa renda. Segundo a PBH, há interesse público na promoção da qualificação urbanística desses locais.

3 As AEIS são classificadas em três grupos. AEIS1: áreas subutilizadas, vazias ou edificadas destinadas à implantação de empreendimentos de interesse social. AEIS2: loteamentos passíveis de regularização fundiária, atendem aos requisitos do Plano Municipal de Habitação (PMH) e são ocupados por pessoas de baixa renda. AEIS Ambiental: áreas pouco ocupadas ou desocupadas portadoras de características ambientais importantes com possibilidade de conciliação entre a proteção de elementos naturais, paisagísticos e empreendimentos de interesse social (PBH, 2020).

4 Adotamos as duas nomenclaturas. O uso do “de” ou “na” faz referência tanto à preposição empregada pelos autores quanto ao período a que nos referimos ao longo do texto. Ou seja, empregamos “de” até 2011 e “na” após esse ano. Eventualmente, preservamos a fala dos entrevistados, de forma que esta regra não se torna aplicável às transcrições.

5 Informações retiradas do Diário de Campo elaborado durante a pesquisa.

6 O CnaR, enquanto dispositivo volante de saúde, habitualmente recolhe relatos das violências cotidianas vivenciadas pelos sujeitos nos territórios. Muitas vezes o equipamento oferta – além da escuta clínica e do acolhimento dos relatos – os primeiros cuidados básicos no campo da medicina e da enfermagem.

diferentes linhas de ônibus, novos acessos à rodovia, canteiros, dentre outras mudanças. Todavia, resta aberta a proposta inicial do novo terminal rodoviário⁷. Constatamos, então, que à revelia das obras, há mais de duas décadas diversos moradores desses locais experimentam cotidianamente situações de precariedade material e vulnerabilidade social.

Considerando a extensão e os usos da expressão *vulnerabilidade social*, optamos pela formulação empregada na construção do índice de vulnerabilidade social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo a instituição, a vulnerabilidade social é entendida como a ausência de ativos, como moradia adequada, saneamento básico, fluxo de renda, acesso a serviços de saúde, escola, transporte público etc. capazes de garantir o bem-estar das pessoas e das famílias (Costa et al., 2018). Os ativos usados pelo IPEA se baseiam na insuficiência ou ausência de ofertas de serviços e bens que, em grande parte, podem ser providos pelos três níveis administrativos do Estado (Costa et al., 2018). Não raro – como mostra a região citada – a fragilidade da estrutura material das habitações revela experiências de adoecimento, precarização da vida, perda do bem-estar e uso prejudicial de psicoativos.

Faz-se possível observar episódios importantes de violência na porção territorial em tela, bem como a presença marcante do atacado e varejo da droga. Não por acaso, esses foram os principais fenômenos observados durante o trabalho em uma das equipes de CnaR de Belo Horizonte. Provocados pelas experiências em campo, passamos a nos interrogar sobre as dinâmicas territoriais e as relações estabelecidas entre os sujeitos; partindo das observações de campo e da escuta dos sujeitos da pesquisa, buscamos traçar uma leitura acerca das modulações dos laços sociais; ancorados na psicanálise e orientados pelo conceito de laço social, intentamos apreender o que está em jogo quando a vida é atravessada pela ausência dos ativos promotores da qualidade de vida.

As dificuldades, descobertas e comoções desencadeadas pelos encontros com os usuários⁸, a escuta dos sujeitos da pesquisa e a rotina de trabalho nesses lugares impuseram a necessidade de aclarar o que é *território* e *quebrada*⁹. Igualmente, tornou-se indispensável delinear o que é a redução de danos (RD) e refletir sobre a inserção da psicanálise na ponta de um dos equipamentos de saúde cuja premissa é, de alguma forma, acessar o que inicialmente se apresenta como inacessível aos demais serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Fazemos aqui um breve destaque: acessar o inacessível representa a junção entre a psicanálise e as políticas públicas. Sabidamente, muitos sujeitos não são

⁷ Bairro Ouro Minas - Belo Horizonte – MG. <http://bairroourominas.blogspot.com/p/nova-rodoviaria-s-gabriel.html>; SOUZA, 2019.

⁸ Usuário: sujeito contemplado pelos serviços do SUS. O uso desse substantivo pelos profissionais da saúde nada tem a ver com o consumo de psicoativos; neste caso, falamos de uma pessoa atendida pela equipe do CnaR de Belo Horizonte.

⁹ Termo recorrentemente empregado pelas pessoas atendidas pelo CnaR para sinalizar do ponto de vista geográfico e subjetivo os locais onde cresceram, residem ou transitam.

alcançados pelos equipamentos assistenciais da cidade em razão das suas localizações, das barreiras físicas e simbólicas, do recurso material limitado que impede o uso dos transportes coletivos, da indisponibilidade dos próprios sujeitos para receber os cuidados disponibilizados pela rede SUS ou mesmo pelas inabilidades dos equipamentos para acolher e qualificar as suas demandas. Nesse cenário, o psicanalista visa de uma só vez alcançar essas pessoas e desvelar por meio daquilo que escuta as manifestações do inconsciente, ou seja, a psicanálise conecta-se às políticas públicas – no caso do CnaR – na medida em que primeiro vai até os sujeitos para então escutá-los e produzir algo a partir disso. Por vezes, situamo-nos e capturamos algo surpreendente por meio de uma breve conversa. Em outros casos precisamos primeiro mitigar os riscos iminentes, como nas situações de grave exposição a perfurocortantes, agentes contaminantes, intoxicações e traumas decorrentes de impactos com objetos para em seguida, quando possível, viabilizar a escuta do sujeito falante. Noutras ocasiões, quando o risco de dano ao corpo do sujeito não é iminente, torna-se possível combinar a escuta aos demais cuidados protagonizados pela médica e enfermeira. Está colocada, portanto, a junção a que nos referimos.

Partimos da historicização e definição do CnaR para, em seguida, esclarecer o nosso método para adentrar nas reflexões decantadas da prática profissional.

2 ANTECEDENTES: CONSULTÓRIO NA RUA, REDUÇÃO DE DANOS E A POSIÇÃO DO ANALISTA

O Consultório de Rua (CdeR) surgiu na esteira das experiências realizadas em Paris pela Associação Médicos do Mundo e pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) (Silva, 2015). Ao regressar da França, Antonio Nery manteve vivo o propósito de inserir no cenário brasileiro um dispositivo clínico capaz de ofertar assistência à população que não acessava os serviços de saúde, sobretudo crianças e adolescentes em situação de rua e usuárias de álcool e outras drogas (Nery Filho et al., 2011). À época, o CETAD, criado em 1985, em Salvador, Bahia, era um dos escassos “serviços de saúde pública de atenção especializados aos usuários de substâncias psicoativas e seus familiares” (Nery Filho et al., 2011, p. 25).

Em 1989, nasceu no CETAD o projeto Banco de Rua, que, por meio da observação participante, trabalhou para reconhecer quais eram as crianças e os adolescentes que não acessavam os serviços de saúde (Nery Filho et al., 2011). O projeto do Banco de Rua (1989-1991), cujo objetivo foi “conhecer o universo simbólico e afetivo dessa população em condição de vulnerabilidade social e uso de substâncias psicoativas”, subsidiou a proposição do CdeR (Nery Filho et al., 2011, p. 26) que, em 2010 foi agregado à Reforma Psiquiátrica e incluído na agenda de serviços substitutivos (Silva, 2015).

O CdeR é um dispositivo de atenção à saúde com expertise nas relações entre o uso de substâncias psicoativas (SPAs) e a vulnerabilidade social. Segundo Silva (2015), esse serviço é um:

Dispositivo clínico inserido na rede de atenção psicossocial que, ao realizar o deslocamento do espaço protegido e fechado das instituições ao mundo aberto, disperso e plural das ruas, conduz a saúde ao exercício de uma clínica a céu aberto, desprotegida, disponível e confrontada por questões que transcendem as ideias de doença, mas, na qual, a dor se faz presente (p. 142).

Trata-se de um equipamento que insere a “saúde em territórios nos quais a presença do Estado resumia-se à atuação dos aparelhos repressivos” (Silva, 2015, p. 142). As estratégias adotadas pelo CdeR objetivam a promoção da dignidade, cidadania e saúde; é um serviço de orientação clínica e “atenção biopsicossocial de pessoas em situação de rua, expostas a riscos de vida relacionados ao uso de substâncias psicoativas e ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis” (Nery Filho et al., 2011, p. 33).

Em fevereiro de 2011, por meio de uma parceria entre as Secretarias de Saúde e de Assistência Social de Belo Horizonte, foram implementadas as duas primeiras equipes de CdeR (Silva, 2015) nas regionais Noroeste e Centro Sul. Dois anos depois, a oferta foi

ampliada às regionais Norte e Oeste, que, à época, cobriam também algumas áreas das regionais Nordeste e Barreiro, respectivamente. Em janeiro de 2022, aconteceu uma nova ampliação e o equipamento passou a contar com oito equipes. São elas: Centro Sul 1, Centro Sul 2, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste/Barreiro, Venda Nova/Pampulha. A partir desse período, o serviço volante de baixa exigência passou a transitar por grande parte de Belo Horizonte com equipes compostas por um arte-educador, dois assistentes sociais, um enfermeiro, um médico¹⁰, um psicólogo, um redutor de danos e um motorista.

Em Belo Horizonte, concomitante à implantação das novas equipes e da inserção do profissional médico no corpo de trabalhadores, muda-se a nomenclatura do dispositivo: a partir de 2022, em seguimento das Portarias 2.488/2011 e 122/2011, começa um processo de transição, e as equipes de Consultório de Rua (CdeR) recebem o nome de Consultório na Rua (CnaR). O equipamento antes integrado e orientado pelo campo da saúde mental passa a compor de forma mais contundente o escopo da atenção básica em saúde. A realocação manteve os “princípios éticos, entre os quais se destacam o respeito ao sofrimento humano, a responsabilidade subjetiva pelos atos e o sentido das condutas” (Silva, 2015, p. 142). Entretanto, tal mudança não é sem consequências.

A substituição da preposição sinaliza alterações administrativas, técnicas e a própria articulação do serviço com o território. Neste contexto, o CnaR incorpora a sua carteira de serviços ações que antes eram preconizadas apenas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Implementa-se também a “estratégia campo fixo”, que prevê a fixação regular do equipamento em diferentes pontos da cidade. Intenta-se com isso promover o acesso e ampliação de serviços, o que, para nós, pela complexidade da questão, acarretaria discussão à parte. Limitamo-nos às afirmações de Abreu e Oliveira (2021), que abordam esse processo a partir da percepção dos profissionais envolvidos. Eles indicam que a criação do CdeR e as gradativas adaptações advêm do reconhecimento do “baixo índice de procura e acesso aos serviços da rede pública, principalmente pela população em situação de rua [Pop Rua] e/ou usuária de álcool e outras drogas” (p. 183) que vivem em situação de vulnerabilidade social extrema. Quanto à passagem de CdeR para CnaR, os autores encontraram muitas opiniões, entre elas, a alteração no escopo de atuação e a “fragilidade na relação da atenção básica com a política de saúde mental” (p. 182). Destarte, essas foram as duas principais questões observadas durante a nossa prática no dispositivo.

Como psicanalistas e pesquisadores, interessamo-nos sobremaneira pela alteração da preposição. Parece-nos que a gama de mudanças decorrentes das novas estratégias e do cumprimento das Portarias pode ser condensada justamente na troca do “de” pelo “na”. Um

10 O processo de inclusão do profissional médico inicia-se concomitantemente à ampliação (Fraga, 2022).

serviço “das” ruas difere-se daquele que é feito “nas” ruas, já que o primeiro remonta à própria origem da RD e repercute (como demonstrou a nossa vivência durante o período de transição) na afinidade dos profissionais com relação ao dispositivo. Segundo a nossa perspectiva, o serviço “de” rua é aquele que segue as linhas-guia das políticas propostas pelo Ministério da Saúde (MS) ao mesmo tempo que se sustenta a partir dos encontros com a cidade e com os sujeitos que nela vivem. Ou seja, trata-se da promoção da saúde segundo a escuta das singularidades e particularidades das pessoas e dos locais, colocando a própria rua como vetor de promoção da saúde.

Parece-nos que a preposição *na* – indicadora de diversas mudanças – remete àquilo que é externo e posiciona-se no ambiente público. Promove-se com isso uma fissura nas formas como as equipes se apropriam das ruas e interagem com a cidade e com os usuários atendidos. A “estratégia campo fixo”, por exemplo, parece colocar o serviço orientado pela RD para fazer as vezes das UBS. Explicamos: a fixação regular do dispositivo num ponto da cidade (uma ou duas vezes na semana) torna-o uma espécie de expansão das UBS, uma vez que além de oferecer alguns serviços similares ele passa a constituir-se como um anteparo, posicionando-se, uma vez mais, entre o sujeito e a atenção básica. Dito de outra forma: já existe um equipamento fixo, a UBS. A fixação regular em um ponto da cidade segue o modelo de trabalho adotado em outras cidades; trata-se, em Belo Horizonte, de uma alteração recente e concomitante à pesquisa, cujos efeitos ainda estão sendo recolhidos. Anteriormente a isso o que se objetivava era deslocar o sujeito, ampliando o trânsito na cidade de forma a expandir os circuitos nos quais ele (o sujeito) está inserido; o próprio deslocamento na companhia do usuário em direção à UBS constitui ferramenta fundamental de fortalecimento dos vínculos, de RD, de ampliação da circulação do sujeito no território etc. Inferimos, portanto, que a fixação do CnaR tem como consequência tanto o estrangulamento das agendas e a restrição de trânsito na cidade quanto o fomento de uma nova barreira de acesso.

Dito isso, destacamos que esta pesquisa, inscrita no contexto de ampliação das equipes, aconteceu em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e o CnaR do município. À época, entrelaçamos trabalho e pesquisa por meio da ocupação do posto profissional de psicólogo do CnaR Nordeste. Justificamos com isso o fato de grande parte do material do diário de campo ter sido produzido dentro dos limites geográficos e administrativos dessa regional. A composição das equipes revela a sua orientação e atuação interdisciplinar. Nesse formato,

[...] os conhecimentos específicos têm a sua importância desde que possam ser trocados mutuamente entre os membros da equipe. Essa pluralidade de olhares é correspondente à pluralidade de fenômenos experimentados na rua, um espaço da vida humana marcado pelo dinamismo dos acontecimentos, pela transversalidade de

situações, pela fragmentação das distinções entre o público e o privado. Para aqueles que atuam nesse universo, a manutenção de apenas um olhar sobre essa realidade tem a mesma conotação de um fechar de olhos para o que se lhe apresenta. Por isso, o trabalho na rua pede, necessariamente, por esse cruzamento de olhares, cruzamento de leituras sobre o fenômeno humano transcorrendo no movimento incessante das pessoas, dos carros e dos acontecimentos (Nery Filho et al., 2011, p. 28).

Por meio do trabalho desenvolvido junto à cidade e aos usuários, observamos que tal estratégia se tornou interessante ao viabilizar de maneira ampliada o desenvolvimento das atividades de arte e educação, decorrendo também daí o aumento dos materiais e da infraestrutura necessária ao trabalho nas ruas. Por outro lado, parece-nos que o “campo fixo” diverge das propostas iniciais deste serviço, pois ao fixar-se num ponto da cidade, ele perde parcialmente uma de suas principais características, a saber: a capacidade de deslocamento e circulação em pontos estratégicos da cidade. Paralisar um serviço volante é contralógico na medida em que a própria população atendida é itinerante, caminhante e adaptada às dinâmicas territoriais.

Retomamos as considerações de Silva (2015, p. 42), uma das proponentes do CdeR em Belo Horizonte, para sinalizar que “ao realizar o deslocamento do espaço protegido e fechado das instituições ao mundo aberto, disperso e plural das ruas”, a saúde é conduzida à prática “de uma clínica a céu aberto, desprotegida, disponível e confrontada por questões que transcendem as ideias de doença, mas na qual a dor se faz presente”. Como lembra Nery Filho et al. (2011), ao atuar com as particularidades da rua, torna-se “natural advir uma série de desafios para a equipe no sentido de encontrar a melhor maneira de oferecer atenção à população em questão” (p. 28) e de garantir as condições necessárias à atuação nesse cenário.

O CnaR atua há mais de uma década em Belo Horizonte por meio das práticas de promoção da saúde, prevenção de doenças, RD, oferta de tratamentos clínicos, escuta psicológica e atividades de arte e cultura à Pop Rua, população que, sabe-se, costuma ocupar as imediações dos aglomerados subnormais e as áreas de interesse social. Conforme a Nota Técnica do Programa Polos de Cidadania (POLOS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em abril de 2021, aproximadamente 8.900 pessoas não dispunham de habitação (Dias, Migliari e Poleze, 2021). Supomos a subestimação desses dados, já que eles foram estabelecidos por meio de correlações ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e provavelmente uma parcela considerável dos cidadãos em situação de rua não estão cadastrados na plataforma da assistência social. Além disso, é sabido que a população em tela segue as dinâmicas territoriais, portanto, comumente ocorrem fluxos migratórios orientados pelas condições climáticas, tráfico de drogas, relação com os comércios e outros municípios etc.

Habitualmente, o CnaR atua dentro e nos entornos dos territórios de maior vulnerabilidade social, onde geralmente é reconhecido e valorizado pelas pessoas e coletivos em razão da sua presença recorrente, ofertas e vínculos estabelecidos. Partindo da pluralidade de saberes inerentes às equipes de CnaR e da inventividade necessária à realização das intervenções junto à população em situação de vulnerabilidade é que inserimos um dos fios condutores desse equipamento: a RD

Souza (2022) recorda que nas “encruzilhadas do SUS, a RD ativou um campo de articulação em que a rua é ponto de firmeza e conexão” (p. 37). Desde a sua origem, a RD é permeada por disputas; o conceito segue disputado no ambiente acadêmico, nos serviços de saúde e na atuação dos trabalhadores nos territórios e cenas de uso. Na esfera institucional não é diferente: Taniele Rui (2012) aborda essa questão a partir das transformações dos programas de RD, que ora ganharam força e investimento, ora tiveram as suas ações e existências comprometidas ou extintas. Ao longo da sua história e desenvolvimento, a RD encontrou barreiras na segurança pública e nos meios jurídicos, por exemplo. Como demonstra a autora, a RD é uma ótica, ética e prática de cuidado cujo desenvolvimento e inserção podem variar segundo o momento histórico.

O protagonismo dos usuários de álcool e outras drogas, profissionais de saúde, profissionais do sexo, travestis, assistentes sociais e diversos outros atores tornou possível a sobrevivência da RD, fazendo dela um “método de cuidado criado pelos próprios grupos marginalizados” (Souza, 2022, p. 31) e “um método clínico-político realizado por diferentes dispositivos de atenção e gestão que atualizam os princípios do SUS, as diretrizes da política do Ministério da Saúde de álcool e outras drogas e diretrizes metodológicas criadas pela própria RD” (p.36).

Rui (2012) lembra que a RD se situa numa área de interface entre as ciências sociais, a saúde pública, a psicologia e a luta dos seus ativistas, sendo considerada por seus entusiastas como uma política progressista de prevenção ao uso e abuso de drogas principalmente “porque não exige a brusca interrupção do uso e porque o entende como um direito individual, visando, para tanto, oferecer opções que prezam por usos menos arriscados” (p. 58). Desde a sua origem, a RD é “um dispositivo imerso num campo de lutas, de processos históricos de sujeição e de resistências” (Souza, 2022, p. 28), o que torna possível abordá-la por diferentes perspectivas. Escolhemos o desafio de traçar um panorama histórico do cenário brasileiro.

Encontramos em Santos, litoral paulista, os primeiros momentos da RD. Rosimeire Silva (2015) recorda que no final dos anos 80 concentrava-se nessa cidade portuária índices alarmantes de contaminação pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), principalmente entre os usuários de substâncias injetáveis. Os esforços empreendidos pelo município lograram êxito “na prevenção e assistência aos usuários portadores do vírus do HIV e

acometidos pela AIDS. Mas restava, sem solução, a situação dos usuários de drogas injetáveis” (p. 119). Através das experiências internacionais emerge uma possível saída para a epidemia brasileira: a RD.

Todavia, conforme destaca a autora, a proposta encontrou obstáculos antes mesmo da sua aplicação. À época, o Ministério Público inviabilizou a sua implantação, alegando que a RD figurava como incentivo ou apologia ao uso de substâncias. As trocas de seringas e agulhas foram substituídas pela esterilização dessas por meio da distribuição de hipoclorito. Com isso, a ação do poder público tornou-se ação da sociedade “apoiada pelo poder público e com novo formato” (Silva, 2015, p. 119). A judicialização da RD não se limitou à restrição mencionada. À época, profissionais e gestores tornaram-se alvo de processos e perseguições.

Oportunamente, apontamos que nos entremeios da RD existem impasses relacionados também à profissionalização do ofício. Nota-se, de um lado, a ausência de regulamentações nacionais capazes de amparar e garantir os direitos trabalhistas aos redutores de danos e, de outro, conforme sinalizado, a importância das práticas e atuações não se restringirem a uma categoria especializada. O Ministério da Saúde (MS), pela Portaria 1.028, de 2005, indica, por meio do Art. 9º, § 2º, que

A contratação de pessoal para o trabalho com redução de danos, de que trata esta Portaria, deve dar prioridade aos membros da comunidade onde as ações serão desenvolvidas, observadas, no âmbito da Administração Pública, as normas de acesso a cargos ou empregos públicos, levando-se em conta principalmente o acesso à população alvo, independentemente do nível de instrução formal (Portaria 1.028, 2005).

Constituiria análise separada tanto a “profissionalização” da RD quanto o uso e comercialização de drogas ilícitas e a “guerra às drogas”. Limitamo-nos a apontar com Souza (2022) que o ideário da “abstinência se torna ponto de articulação entre a moral cristã, as formas jurídicas e as normas psiquiátricas, criando um diagrama de poder antidrogas e antidemocráticas” (p. 32).

Nesse contexto intrincado de disputas emergiu a agenda universitária com um novo passo: o treinamento e a orientação dos usuários de substâncias quanto à desinfecção e ao não compartilhamento das agulhas e seringas. Seis anos depois das primeiras tentativas realizadas em Santos, surgiu em Salvador, sob o paradigma das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS, com o CETAD, também berço do CdeR (Silva, 2015), o primeiro programa de troca de seringas. A consolidação dos programas de trocas de seringas espalhados pelo mundo a partir dos anos 1980 revelam a face visível da “reorientação do enfoque do tratamento político e sanitário da questão das drogas” (Rui, 2012, p. 55).

Certamente, a oferta de insumos como o hipoclorito, agulhas, seringas, água, doces (paçocas, balas, pirulitos), preservativos, testes de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), dentre outros, foi fundamental à mitigação dos riscos e agravos à saúde.

Podemos verificar a importância dessas estratégias (distribuição de insumos) na gestão e no orçamento público. Extraímos da nossa prática um breve exemplo: a água, item de baixo custo monetário, é insumo fundamental ao tratamento dos quadros de desidratação, tipicamente apresentados pela Pop Rua. O mesmo ocorre nas situações de intoxicação por álcool. A ingestão de água – combinada ou não a doces e similares – abrandando os efeitos adversos da substância, tornando-se, nesses contextos, prevenção e tratamento ao reduzir os efeitos da intoxicação e, conseqüentemente, o risco de traumas decorrentes de acidentes como quedas da própria altura e atropelamentos.

Mitigam-se por meio dos insumos e das intervenções qualificadas os riscos e prejuízos decorrentes, por exemplo, de traumas cranioencefálicos, fraturas de membros e doenças. Dito de outra forma, tais ofertas mostram-se válidas do ponto de vista da promoção da saúde, prevenção de doenças e do orçamento público. Por outro lado, corre-se o risco da limitação da RD à mera técnica instrumentalizada (Rui, 2012; Silva, 2015). Advertidos disso, orientados pelas nossas práticas nos serviços de saúde e pela escuta dos sujeitos, pensamos que a RD é essencialmente uma prática inventiva, capaz de analisar a conjuntura local e ofertar possibilidades de cuidados compatíveis às realidades dos sujeitos e dos territórios.

Esclarecemos que as intervenções relacionadas à RD e à prática enquanto técnico de saúde do CnaR fizeram-se possíveis a partir das orientações da psicanálise. Operamos, portanto, a partir da posição do analista; no nosso caso, trata-se do analista móvel, caminhante na cidade e que desfruta do apoio parcial do dispositivo público itinerante na cidade para atuar nos contextos de vulnerabilidade social. Amparado pela expertise dos colegas de trabalho e pelas experiências que adquiriu, o psicanalista se dirige aos sujeitos fazendo da rua um *setting* possível. Movemos nosso corpo e nosso desejo de analisar na direção daqueles que estão nas ruas e quebradas.

Seguindo as orientações de Viganò (2010), buscamos nos despir da “ideia de cura para considerar, unicamente, o dado concreto do laço social” (p. 7) a fim de capturar o que há de singular naquilo que vemos e ouvimos. O que fazemos é “inserir a transferência como fator de terapia” (p. 7) para “juntar as narrativas dos protagonistas dessa rede social” (p. 2) usando-as como instrumento de leitura dos contextos e sintomas. Buscamos, como destaca o autor, encontrar os pontos cegos dos discursos para fazer aparecer as questões que foram mascaradas e suprimidas pelos saberes especializados, pelo panorama social e pelo próprio sujeito.

Acolhemos a orientação dada pelo autor quanto à construção do caso clínico. Trata-se de inverter as posições prescritas e tomar o sujeito ao qual nos dirigimos na posição

daquele que ensina, e a rede social como aprendiz. Dito de outra forma: nos contextos de acentuada vulnerabilidade social, deparamo-nos com discursos enredados por conteúdos tangenciados pela violência e pela precariedade material, por exemplo. Torna-se possível aprender com isso, é claro, todavia, a novidade que buscamos reside em outro sítio: ela está no discurso e na posição do sujeito frente ao contexto e a sua história. Nesses termos, a violência, a pobreza e as questões inerentes ao capitalismo, por exemplo, configuram condições gerais que atravessam a existência dos sujeitos.

O que faz a psicanálise com isso? Ora, advertido desses atravessamentos, o analista pleiteia extrair das falas aquilo que sinaliza os modos de gozo, os sintomas e a posição do sujeito no laço social. Ele situa a sua escuta no cruzamento do caso social com o caso clínico¹¹. Por isso, o interlocutor assistido pelo CnaR ao qual nos dirigimos coloca-se no lugar de docente para ensinar o que “não passa por sua consciência e não pode ser dito em uma fala direta, mas mediante nossa escuta das particularidades, das coincidências que foram escandidas de sua história, do enigma de seus atos falhos, recaídas, ausências etc.” (Viganò, 2010, p. 2).

A posição analítica intermediada pela oferta dos cuidados em saúde à Pop Rua e/ou usuária de álcool e outras drogas coloca em relevo o “psicanalista como objeto nômade e a psicanálise como uma instalação portátil, susceptível de se deslocar para os novos contextos e, em particular para as instituições” (Miller, 2008b, p. 2). No CnaR, o analista vai ao encontro dos sujeitos oportunizando a escuta do singular por meio dos cuidados básicos em saúde e das estratégias da RD. Lembremos que muitas vezes os técnicos da saúde – e os psicanalistas – não foram convidados ou demandados pelas pessoas a ocupar os espaços onde acontecem os usos prejudiciais de álcool e outras drogas. Resta a tarefa de ultrapassar os protocolos institucionais e convidar os sujeitos a falarem.

Intentamos saber algo sobre o laço social e desvelar algumas singularidades no encontro com as pessoas e lugares. Com o corpo na cena – muitas vezes, cenas de usos de álcool e outras drogas –, colocamos o dispositivo psicanalítico a trabalho por meio do CnaR. Inserida e movente pela cidade, a psicanálise reconhece a transitoriedade e a dinamicidade dos espaços, dos laços sociais, as transformações dos sintomas e o mal-estar correspondente a cada época. Freud (1919 [1918]/2017), em 1918, anunciou no Congresso Psicanalítico Internacional de Budapeste a necessidade de adaptarmos a “nossa técnica às novas condições” (p. 202). As mudanças sociais e econômicas, por exemplo, impactam os sujeitos e a vida em comunidade. Claramente, “os sintomas psíquicos evoluem e se transformam ao longo do tempo, mostrando-se sensíveis também às mudanças socioculturais” (Lima, 2007,

11 Contribuição de Cristina Moreira Marcos, doutora pela Université Paris Diderot e orientadora desta pesquisa.

p. 87); faz-se necessário, então, seguir o ensinamento freudiano que preconiza a adaptação da técnica aos contextos. Isso não significa, é claro, inventar outra psicanálise, trata-se justamente do contrário: garantir o rigor dos conceitos e da prática psicanalítica em conexão com os novos contextos. A clínica, como sabemos, é soberana e a escuta dos usuários do SUS, dos redutores de danos e nossa experiência na cidade nos faz retornar a letra de Freud e Lacan para melhor compreender o que está em jogo.

Consideramos, com a psicanálise, que o sujeito é “responsável pelo que diz, mas ele é responsável pelo que diz sem saber, por seus atos falhos, por seus atos inconscientes, pelo sujeito presente em seu discurso” (Gontijo, 2007, p. 22). Trata-se, de saída, na clínica a céu aberto ou no consultório particular, de uma ética que, como afirma Gontijo (2007), não está situada na lógica comensurável, interessando-se

[...] pelo que não vai bem, pelo que não tem medida, pelo que não tem equivalente, pelo que não tem proporção, pelo que não tem sentido, pelo que não tem igual. Ocupa-se pela não relação, pelo sentido não compartilhado, pelo singular de cada ato e de cada gesto (p. 22).

A escuta daquilo que não tem sentido e a presentificação do inconsciente tornam-se possíveis apenas na presença de um interlocutor na qualidade de ouvinte capaz de interrogar o sujeito falante. Para tanto, espera-se um analista que, movido pelo seu desejo, que “é o de obter o que há de mais singular naquilo que faz seu ser”, seja capaz de sustentar uma ética segundo a qual o que importa não é conduzir o sujeito à norma, mas encontrar a norma do desejo que é anunciada nas entrelinhas (Miller, 2008a, p. 22). Na ética psicanalítica, o que está em tela é “colocar-se na escuta”, distanciando-se do julgamento e do apagamento das diferenças (Gontijo, 2007, p. 25).

O que se pretende com um analista e seus atos é “liberar a associação, isto é, a palavra, liberá-la do que a limita, para que ela se desenvolva numa rota livre” (Miller, 2008a, p. 22). A “palavra em rota livre faz voltar as lembranças, que ela remete o passado ao presente e que ela desenha, a partir daí, um futuro” (p. 22). Falamos, portanto, de uma posição que na visada de alcançar o sujeito do inconsciente, promove “a suspensão de qualquer demanda de ser” (p. 22). Não demandamos que o sujeito abandone o uso prejudicial de substância, faça isso ou aquilo, mas sim que ele

[...] fale do que passa pela sua cabeça, que entregue o mais superficial do que lhe vem ao conhecimento. O desejo do analista não é o de torná-los “em conformidade com”. Não é fazer-lhes o bem, não é de curá-los. O desejo do analista é o de obter o que há de mais singular naquilo que faz seu ser (p. 22).

Inseridos na saúde pública e no CnaR, adentramos as cenas da cidade repletas de movimento – do tráfego e do tráfico – em que se enodam a vulnerabilidade social, os discursos e os sintomas, como o uso prejudicial de álcool e outras drogas e a violência, por exemplo. Miller (2008b), ao abordar a prática da psicanálise na atualidade e nas instituições, destaca que precisamos pedir ao sujeito que fale do que quiser para tornar possível um “lugar em que falar à toa” assuma “a forma da questão e a própria questão, a forma da resposta” (p. 2). Falando-se supostamente à toa – aliás, ouvindo-se supostamente à toa e intervindo quando possível – é como analisamos os sujeitos nas ruas, territórios e quebradas. Fazemos um convite despretensioso para que o falar à toa faça surgir a revelação de outro sentido próprio, o sentido de saber inconsciente.

O que propõe a psicanálise não é essencialmente “escutar a queixa dos sujeitos que pedem ajuda”, mas “fazer disso alguma coisa” (Laurent, 2022, para. 1). Como destaca Laurent (2022), o “analista, em primeiro lugar presente como escuta, introduz, com seu silêncio, uma demanda de fala” (para. 3) para “fazer surgir a presença de um sentido diferente do senso comum, de uma parte do discurso que sempre escapa” (para. 3). Participe da cena, o analista empresta a sua pessoa “como suporte aos fenômenos da transferência” (Petry, 2008, p. 214). A posição do analista é, portanto, aquela despojada do saber apriorístico, da “promessa de satisfação de seus desejos”, da neutralidade e apatia (Petry, 2008, p. 216).

Estar na rua, escutar o inconsciente e ler a cidade nada tem de neutro. Trata-se, na verdade de lembrar que:

O inconsciente lacaniano é uma estrutura de superfície que se manifesta num tipo de espaço não euclidiano e que se realiza entre um sujeito que fala e esse “outro lugar” para onde a fala se dirige. Dito de outra maneira, o inconsciente realiza-se num espaço construído entre uma boca que fala e um ouvido que escuta e que possibilita ao sujeito ler de outra forma, aquilo que escutou. Portanto, algo que será sempre realizado pelo próprio sujeito e que passa a fazer parte da noção de interpretação (Souza, 2008, p. 62).

Fazer psicanálise no CnaR é introduzir a escuta clínica durante os curativos, situações emergenciais, mediações de conflitos e outras ocorrências que ampliam o desafio de produzir saúde nos contextos de vulnerabilidade social e violência. A inserção e manutenção da psicanálise nesses cenários não está apartada da transformação social. Existe, como recorda Laurent (1999), uma “comunidade de interesses entre o discurso analítico e a democracia” (p. 8). Discorreremos, portanto, sobre a promoção da dignidade e/ou da qualidade de vida intermediada pelo serviço de saúde e pela psicanálise a partir da escuta do singular.

Tomamos notas dos princípios do SUS¹² e buscamos ampliar a garantia de direitos através do acesso à saúde e das outras políticas públicas disponíveis no município.

O que está em jogo é o “analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi a sua função e qual lhe corresponde agora” (Laurent, 1999, p. 8). Coloca-se em destaque a inserção da pesquisa e da prática laboral no próprio discurso analítico que, como salienta Souza (2008),

constitui-se numa prática de leitura, já que é disso que se trata na psicanálise, uma operação de escritura em que se lê de um outro modo aquilo que vem repercutir na palavra. Uma outra leitura que busca fazer o sujeito sair da sua homeostase, para não deixá-lo “ronronando no prazer”, dizia Lacan (p. 106).

A nossa prática demonstra uma vez mais a impossibilidade de cindir a realidade psíquica e a realidade social, assim como evidenciam os limites inerentes ao CnaR e, principalmente, à psicanálise. Como orienta Coelho (2006), a própria “construção do saber psicanalítico só é possível como práxis, pois a partir da clínica nos deparamos com os limites da teoria e somos impelidos a produzir” (p. 116). Miller (2008b), por sua vez, demonstra que a “realidade psíquica é a realidade social” (p. 2) na medida em que “no fundamento da realidade social, há a linguagem” (p. 2) como uma “estrutura que emerge da língua que se fala sob o efeito da rotina do laço social” (p. 2).

Dizer que a realidade psíquica é a realidade social – sobretudo nos contextos de vulnerabilidade – não é o mesmo que dizer que o sujeito é puramente determinado pelo ambiente que o circunda. O que está em tela é que o campo social repercute no modo como o sujeito se representa e, por conseguinte, estabelece os seus vínculos. Torna-se necessário, então, distinguir o campo social do campo clínico. Isso significa que cada sujeito buscará alternativas para existir segundo o seu aparato subjetivo e de acordo com os recursos externos que consegue alcançar, ou seja, pela via da psicanálise apostamos na existência do sujeito com as suas invenções singulares ainda que o seu contexto seja marcado pela exclusão, segregação e pelas violências. Nessas situações, não procedemos a tratamentos como fazemos nos consultórios privados por muitos motivos – não dispomos do mesmo tempo, da regularidade das sessões e da agenda, por exemplo. Sujeito e analista estão nas cenas em que outras pessoas também estão presentes. Os acontecimentos não fazem pausa, e o território com seus transeuntes e movimentos por vezes requer breves interrupções dos atendimentos.

12 Universalização, integralidade, descentralização e participação popular (*Lei n° 8.080, 1990*).

O que podemos diante disso? Fazer o possível mirando no impossível. Podemos seguir rigorosamente os preceitos da psicanálise. Podemos sustentar a escuta e empreender esforços para produzir transferência. Podemos deixar acesa a luz de advertência para não esquecer que o contexto de vida é importante, mas não pode cercear a nossa escuta. Podemos ter em mente que os atravessamentos econômicos, políticos e sociais repercutem nos laços sociais e nas suas modulações, atentando-nos aos traços perversos típicos do mundo capitalista. Podemos oferecer escuta e motivar a fala. Podemos estar presentes, e isso não é pouco, como revela um pequeno fragmento clínico registrado no diário de campo:

Jovem, 19 anos de idade, em sofrimento psíquico importante e uso prejudicial de SPAs. Correu da equipe durante meses. Um dia, após suposta agressão e tentativa de suicídio, aproximou-se do Consultório na Rua. Estreitamos os laços. Certa vez, após longo período de manejo, disse: “vocês não me abandonam mesmo, né? Vocês gostam mesmo de mim”. Em outro momento, após uso de substâncias psicoativas, falou: “tava pensando em acabar com isso. Me matar. Aí eu vi vocês”. Sentou-se e chorou longamente. Desenhou. Levantou-se e foi fazer o seu “corre” (Diário de Campo)¹³.

As itinerâncias pela cidade e os encontros ocorridos na regional Nordeste de Belo Horizonte demonstraram que pouco sabíamos sobre os enredamentos dessas realidades; por extensão, desconhecemos também as modulações do laço social nesses cenários. Partimos, então, rumo ao desconhecido para produzir esta pesquisa e fazer avançar a junção teoria e prática. Seguindo as trilhas de Garcia, Brisset e Guerra (2021), nos esquivamos do imediatismo “que nos identifica simplesmente pelo sintoma ou pelo atestado de uma doença” (para. 4). Entendemos que o laço social, cujo pressuposto é de alguma forma viver junto, não é óbvio. De acordo com elas, viver

[...] junto não é evidente. Entre um e outro é evidente que é aí, nessa zona nebulosa, que os conflitos ditos de natureza humana se apresentam. Para dar solução a esta evidência, a civilização tem recorrido a orientações simbólicas para regular o irregular da convivência entre os homens (para. 1).

Inspiradas por Milton Santos, as autoras visualizaram a indeterminação das fronteiras “que delimitam o espaço de convivência entre as pessoas, as palavras e as coisas, ou seja, o espaço banal onde cada sujeito encontra seu enlaçamento com o Outro” (para. 12),

13 Os trechos do diário de campo e das entrevistas transcritos nesta dissertação não foram adequados à norma culta da língua portuguesa. Buscamos com isso preservar os recursos de linguagem empregados pelos sujeitos escutados.

reconhecendo a existência de “novas dimensões para o em comum” (para. 5). Viver no território, no espaço comum e de convivência coloca-se como questão na medida em que o uso do território se conecta à dinâmica dos lugares e às rotinas do laço social. Questionam as autoras: “fazer do espaço território um lugar de vida em comum seria uma das maneiras de pensar a solução para o em comum do laço (para. 10)”? Provocados por essa pergunta e orientados pela prática da psicanálise na rua, buscamos esclarecimentos por meio da escuta dos sujeitos e da observação dos territórios.

3 MÉTODO E PESQUISA EM PSICANÁLISE

Diante dos desafios de fazer pesquisa qualitativa combinada à prática profissional nas ruas, constatamos a necessidade de forjar um método capaz de tangenciar os encontros com os territórios e sujeitos com os quais nos deparamos. Buscamos, apoiados em Toniolo (2015), adotar um método capaz de suportar o encontro e a contingência. Usamos “o olhar da psicanálise como ponto de causa” (p. 78) para buscar algumas respostas para as nossas indagações. Como é prática recorrente na psicanálise, promovemos os desvios necessários à continuidade do trabalho sem rechaçar as dificuldades e as surpresas. Atestamos no curso da pesquisa a impossibilidade de produzir respostas às nossas questões por meio de uma estratégia única; por isso, valemo-nos da triangulação metodológica e elencamos o diário de campo e as entrevistas como recursos à produção dos conteúdos.

Segundo Flick (2009), a conjugação de métodos permite a ampliação das atividades do pesquisador, possibilitando assumir diferentes perspectivas, colher atitudes subjetivas e fatos objetivos, contemplar o presente a partir da sua historicização e empreender a “observação não evidente da vida espontânea” (p. 59). Seguimos as trilhas de Freud – teórico, clínico e pesquisador –, que recorreu a formas variadas de construção do conhecimento antes de fixar um procedimento próprio e tornar possível a pesquisa em psicanálise. Como sabemos, Freud valeu-se dos casos clínicos, da arte, do campo social e de outras manifestações da cultura para localizar o sujeito do inconsciente (Costa & Poli, 2006). Aprendemos com Freud que clínica e pesquisa caminham juntas desde a invenção da psicanálise; ambas seguem o tripé da produção, investigação e intervenção acerca do seu objeto, que é sempre o campo inconsciente derivado de um laço discursivo que se reproduz sob transferência (Costa & Poli, 2006).

Rosa e Domingues (2010) advertem que a pesquisa em psicanálise é definida pelo modo de desenvolver e formular as questões. Como orientam as autoras, a pesquisa psicanalítica contrapõe-se ao paradigma cartesiano na medida em que preconiza que “lá onde penso não sou. O eu que conhece não se interroga, adquire concretude e toma suas figurações como verdade, conhecimento da realidade” (p. 182). Nessa perspectiva, o método é “fruto da escuta psicanalítica que não enfatiza e prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa” que “vai do fenômeno ao conceito e constrói uma metapsicologia não isolada” (p. 184). Sujeito e objeto apresentam dimensão própria na psicanálise. Preconiza-se que o objeto da pesquisa não é conhecido *a priori*, mas produzido pela e na própria investigação, cujo desejo e o inconsciente do pesquisador também são partícipes (Rosa & Domingues, 2010).

A psicanálise, como informa Enriquez (2005), não está necessariamente interessada no indivíduo e tampouco na abordagem sociológica dos fenômenos; trata-se, então, de

reconhecer que “a constituição do sujeito se faz justamente pela entrada no social” (p. 153) e que ela “não é redutível à psicologia” (p. 159). Como afirma o autor, o que a psicanálise visa é a cena inconsciente – despercebida pelas outras áreas do conhecimento – e as interações entre os sujeitos, os processos de identificação, as realidades psíquicas e as relações “que se atam e desatam no campo social, que lhe dão forma ou que trabalham por sua implosão” (p. 159). Isso significa que o analista em campo visa o sujeito pela via “da linguagem e na linguagem”, ou seja, aquele “assujeitado às leis que a organizam” e constituem os universos físicos e discursivos (Costa & Poli, 2006, p. 2).

Claramente, a tangência do social com o inconsciente produziu um efeito de expansão na psicanálise, colocando-a em operação além das paredes dos consultórios privados. Segundo Rosa e Domingues (2010), a perspectiva clínica apresenta-se nas pesquisas psicanalíticas e no estudo dos fenômenos porque o sujeito é “constituído a partir do desejo do outro, recriado a cada relação com o outro, e depende da modalidade de laço social” (p. 183). Portanto,

[...] falar de sujeito é falar de uma concepção ético política, e não de uma faceta do indivíduo recortado em bio/psico/social, sujeito produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos o social e o político. Desvendar um é desvendar o outro (p. 182).

Encontramos em Freud os mesmos traços de escrita na metapsicologia, nos casos clínicos e nos textos sociais porque não se trata da simples transposição ou aplicação de uma teoria, mas de um sistema de pensamento próprio (Rosa & Domingues, 2010). O inconsciente, conforme salientam Rosa e Domingues (2010) é determinante nas diversas manifestações sociais e culturais e o sujeito do inconsciente, como explicam as autoras, se apresenta em todo enunciado, dizendo sempre algo que o transcende. Na pesquisa, a clínica é a forma de acesso ao sujeito, o que implica que o pesquisador empreenda os seus esforços na posição de analista.

3.1 Diário de campo

O diário de campo, instrumento amplamente utilizado no campo das ciências sociais, ganhou espaço nesta pesquisa em razão da necessidade e importância de registrar as vivências e os encontros ocorridos na cidade. Nele, escrevemos a nossa métrica, as quebradas frequentadas, os fragmentos clínicos, as surpresas e os impasses cotidianos. Estabelecemos na escrita do diário uma forma de sustentação e suporte da memória. Cachado (2021) afirma que o diário de campo consiste numa base sólida de registro cotidiano

de uma população, de forma a iluminar os conhecimentos das subjetividades; segundo ela, esse documento constitui um local importante à partilha dos dilemas éticos, percepções da realidade, avanços e recuos do trabalho.

Verificamos, como destaca Falkembach (1987), que o diário de campo é um instrumento de anotações, comentários e reflexões de caráter amplo e informal. Como indica a autora, o seu uso não deve ser exclusivo, sendo necessário combiná-lo com outras técnicas de investigação zelando, claro, pelo rigor e pela coerência das práticas metodológicas eleitas. Falkembach (1987), sugere que sejam anotadas, entre outras questões, o meio social e físico e as visões de mundo a eles relacionados. Nessa esteira, Lima et al. (2007) expõem que as anotações são importantes aos diagnósticos, análises e planejamentos acerca das demandas singulares e da realidade social. Conforme as autoras, as reflexões cotidianas podem ser relidas de modo a produzir avanços teóricos e nas intervenções futuras.

Lima et al. (2007) salientam também que a documentação das práticas cotidianas é relevante ao processo de conhecimento e sistematização da realidade e da produção de conhecimento. Segundo as autoras, apesar do caráter flexível e dinâmico dessa forma de registro, faz-se possível por meio de seu uso regular obter uma base para a investigação, localizar as principais categorias emergentes¹⁴ e obter o detalhamento das situações e entrelinhas das falas dos sujeitos. Similarmente ao exposto por Falkembach (1987), as autoras relatam que as anotações devem perpassar pelo meio físico e social observado, bem como pela organização dos grupos locais e as relações comunitárias estabelecidas. O diário de campo, então, fez-se suporte e instrumento de investigação dos laços sociais, adequando-se às necessidades da pesquisa e proporcionando o registro dos fenômenos sociais, das dinâmicas locais e das singularidades.

Orientados pela psicanálise, não priorizamos a descrição e objetivação dos lugares, fatos e falas, no lugar disso, ocupamo-nos do detalhe, da novidade, daquilo que pareceu escapar ao comum que circunscreve a rotina nas ruas. Transcorrido o momento de fazer anotações avulsas, retornamos à escrita, na qual encontramos algumas vinhetas clínicas, pequenas frases redigidas sob o impacto dos afetos e das vivências, observações acerca da cidade e da singularidade dos sujeitos, breves descrições das dinâmicas locais, reflexões sobre as relações com os usuários do SUS e com a equipe do CnaR. Encontramos ainda um par de observações sobre as instituições envolvidas nos cuidados para com a Pop Rua.

Reiteramos o respeito às exigências institucionais e informamos que nenhuma anotação ocorreu durante a jornada de trabalho. Além das normativas associadas à pesquisa no âmbito do SUS, sabemos que o uso de tal instrumento *in loco* não é apropriado. Anotar

14 Na presente pesquisa, as categorias emergentes correspondem aos conceitos *laço social*, *corpo*, *território* e *violência*, extraídos do cotidiano de trabalho e das entrevistas.

durante a realização dos campos poderia prejudicar a assistência em saúde ofertada aos usuários; ademais, os processos de trabalho e o funcionamento das ruas e quebradas requerem atenção e cuidado peculiar. Além das normativas técnicas e éticas que emolduram a pesquisa, constatamos que a realização de anotações durante os atendimentos poderia gerar desconfortos e/ou tensões nas pessoas e nas dinâmicas locais. Por isso, procedemos da seguinte forma: os achados considerados relevantes foram registrados no ambiente do Centro de Referência em Saúde Mental Álcool e Drogas (CERSAM AD) Nordeste após o encerramento das atividades do CnaR.

3.2 As entrevistas e os dados

As entrevistas em psicanálise supõem a constituição de um campo relacional capaz de produzir a circulação dos discursos. O que está em pauta, como formulado por Costa e Poli (2006), não é um conhecimento prévio a ser coletado pelo pesquisador, mas o reconhecimento da existência de um código compartilhado que define as condições necessárias à transferência. Trata-se, como descrevem as autoras, de perceber a pesquisa como a “produção de uma experiência” (p. 19) ou “pressuposição de uma experiência, singularmente vivida, cuja transmissão em um contexto de transferência pode esclarecer e fazer avançar a teoria” (p.19).

A apreensão do singular em psicanálise não inviabiliza o estabelecimento de categorias. Na verdade, o ponto de unicidade do sujeito passa a ser utilizado para a formulação de alguns termos gerais. Ou seja, a singularidade “de cada acontecimento não impede o estabelecimento de constantes gerais, quer dizer, das condições que se repetem com mais frequência. O individual não exclui o geral, nem a possibilidade de introduzir a abstração e categorias de análise” (Bleger, 1980, p. 20 como citado em Rosa & Domingues, 2010, pp. 186-187).

A construção de categorias gerais não procura substituir os conhecimentos produzidos na esfera sociológica, mas introduzir a dimensão inconsciente nas questões sociais (Rosa & Domingues, 2010). Desde a perspectiva do singular e do inconsciente, podemos, pois, formular a entrevista como a transmissão e o testemunho da experiência não representada pelo sujeito que possibilita enunciar ou localizar um ponto conectivo ao Outro¹⁵. A entrevista psicanalítica aposta na possibilidade que algo do singular transmita-se ao ambiente público (Costa & Poli, 2006).

15 O outro difere-se do Outro, grafado com inicial maiúscula. O primeiro corresponde ao grande Outro (A), ou seja, ao lugar simbólico; trata-se do lugar da cadeia significativa de onde emerge o sujeito (Lacan, 1964/1998). Já o segundo, à categoria dos semelhantes, das outras pessoas.

A transferência na pesquisa, diferentemente das situações de tratamento em que ela deve ser diluída, precisa ser instrumentalizada para que se torne possível a escrita do texto metapsicológico (Rosa & Domingues, 2010); a transferência passa, assim, a ser usada “como um instrumento técnico de observação e compreensão” (Blequier, 1980 como citado em Rosa & Domingues, 2010, p. 185). Há ainda outra diferença importante em relação aos contextos de tratamento e de pesquisa: no primeiro caso, o paciente demanda ao analista o saber acerca do seu sofrimento, ao passo que no segundo, a demanda está situada do lado do analista que supõe um saber passível de ser transmitido pelo entrevistado (Costa & Poli, 2006).

Costa e Poli (2006) ressaltam que a pesquisa psicanalítica não caminha em direção à confirmação de hipóteses pré-estabelecidas. O percurso é inverso: num primeiro momento, as hipóteses devem ser algo indefinidas e amplas para que seja possível ao pesquisador formular e responder suas questões de maneira singular e por meio da transferência. As hipóteses e a questão da pesquisa, segundo as autoras, “é uma construção elaborada *a posteriori* em relação ao trabalho de transferência. Sua formulação se faz acompanhar das respostas que foram possíveis construir naquele contexto” (p. 19). Após a produção do material e a formulação da questão, inicia-se a análise dos dados. O texto obtido é lido sob a luz da transferência instrumentalizada e da escuta clínica, destacando os efeitos de sentido e a posição do sujeito, transformando a questão em narrativa, teorização e experimentação (Rosa & Domingues, 2010).

Quanto aos aspectos operacionais, cabe sinalizar que o convite à participação da pesquisa aconteceu via contato telefônico. As entrevistas foram realizadas durante os meses de abril e maio de 2023, em locais escolhidos pelos entrevistados, garantindo-se a facilidade de acesso e os requisitos indispensáveis ao contexto clínico e de pesquisa. Duas entrevistas foram realizadas nas dependências dos serviços de saúde do município (Secretaria Municipal de Saúde e CERSAM AD) e uma no Parque Municipal Jacques Cousteau. Nos momentos iniciais da entrevista, procederam-se às leituras e assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o esclarecimento de dúvidas. Posteriormente, os áudios gravados (aproximadamente 155 minutos) foram transcritos. Preservamos as identidades dos sujeitos envolvidos e seguimos as normativas éticas relacionadas às pesquisas envolvendo os seres humanos conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esta pesquisa está inscrita sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética número 67372923.3.0000.5137, do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

3.3 Sujeitos da pesquisa: redutores de danos

O ofício da RD está presente em Belo Horizonte há mais de duas décadas. A partir dos movimentos encabeçados em Salvador e Porto Alegre, cidades criadoras dos grandes programas de atuação junto aos usuários de drogas injetáveis, surgiu na capital mineira, em 2000, o programa “BH de Mãos Dadas Contra a Aids”¹⁶. Objetivou-se com essa iniciativa “trabalhar com diversos grupos da sociedade acerca da saúde sexual e suas formas de prevenção, da desmistificação de preconceitos e discriminações” e sobre as “formas de redução de danos” por meio de “duas frentes de serviços: formações (oficinas, palestras) e trabalho em campo (redução de danos)” (PBH, 2021, para. 2).

Dedicamo-nos nesta pesquisa aos discursos de três redutores de danos, trabalhadores da saúde e/ou assistência social do município de Belo Horizonte. Explicitamos os critérios de escolha por eles em detrimento aos demais: considerando a alta rotatividade dos praticantes desse ofício nos equipamentos do município, tomamos por referência a assiduidade e o tempo de trabalho, uma vez que *a priori* não sabíamos quantas entrevistas com cada uma dessas pessoas seriam necessárias à produção dos dados. Optamos por aqueles trabalhadores com os quais tínhamos algum vínculo estabelecido em razão do compartilhamento das atividades de trabalho, portanto, já conhecíamos esses redutores de danos antes da pesquisa. Adotamos também como critério de seleção a trajetória pregressa de vida nas ruas e/ou residência em alguma das quebradas de Belo Horizonte.

Sabemos que no caso do CnaR, por exemplo, as contratações para esse posto de trabalho têm como requisitos, além das experiências comunitárias, a trajetória de vida nas ruas e residência em locais periféricos, a expertise quanto às dinâmicas territoriais e conhecimentos acerca das SPAs e seus usos. Apostamos nas narrativas dos redutores de danos na visada de apreender as suas singularidades e melhor compreender as dinâmicas dos laços sociais e as experiências agenciadas pelos contextos de vulnerabilidade social. Para os fins desta pesquisa, os sujeitos ouvidos se declararam pretos e cisgêneros. Nenhum deles faz uso de nome social, e os nomes aqui adotados são fictícios e escolhidos por eles.

Delineamos em termos gerais os requisitos para tornar-se um redutor de danos, todavia, isso não esclarece o que ele faz: tal trabalhador tem por função incluir nas equipes um olhar diverso daqueles das especialidades adquiridas na educação formal. Além das ofertas próprias dos cuidados em saúde, o que ele faz é ler e intervir junto aos sujeitos e contextos por meio de uma leitura particular que pode ser subsidiada também por sua história, pelos vínculos estabelecidos anteriormente com as pessoas e com os lugares de acentuada

16 Falamos aqui da RD enquanto oferta institucional implantada por meio de um programa de caráter municipal. Certamente havia ofertas protagonizadas por outros atores e pelos próprios usuários de álcool e outras drogas antes da implantação do Programa.

vulnerabilidade social. Pode-se dizer que no caso do CnaR, por exemplo, ele irá orientar a entrada, o deslocamento e a saída da equipe nas quebradas. Partindo de um certo cálculo de riscos, ele tanto regula a atuação dos demais profissionais quanto impulsiona os fenômenos de transferência.

Como lembrou um entrevistado, a RD é “um estudo em campo” de formação diária e o redutor de danos, um “assessor territorial” dotado do “olhar clínico” que não restringe a sua atuação às demandas institucionais balizadas pelos ideais de tratamento e cura. A nosso ver, trata-se de um trabalhador promotor de laços sociais que utiliza a sua disponibilidade, criatividade e flexibilidade para abrir frestas nas lógicas de funcionamentos singulares e sociais que conduzem os sujeitos à morte. Ilustramos a sua atuação com um trecho registrado numa das maiores cenas de tráfico de drogas e uso de álcool e outras substâncias:

Convidamos um usuário a tomar a vacina. Ele responde negativamente e começa a gritar. “Aí ó, quero ver tu ganhar de mim hoje”, dirigindo-se ao redutor de danos. O profissional responde: “vc só ganhou a última”. “Você não aguenta”. “Se eu ganhar você toma vacina?” O usuário afirma: “aham, não vou perder mesmo!”. “Você é fraco, sô. Busca lá então”. O redutor de danos busca a bola na van e começam uma batalha de embaixadinhas. Usuário vacinado (Diário de Campo).

O “olhar clínico” sinalizado acima não corresponde necessariamente à escuta psicológica. Tampouco aos diagnósticos e tratamentos típicos das situações de vulnerabilidade social, como desidratação, desnutrição e doenças respiratórias. O que está em jogo, como na invenção acima, é uma ampliação do olhar e a possibilidade de “falar para as pessoas”. Resgatamos outro fragmento (dessa vez, das entrevistas):

Então quatro gerações moravam ali. Então, claro que tinha que ter, né, alguma coisa. Não era só pessoas em situações de rua. Existia uma história que tinha que ser representada; aquela história de quatro gerações. E aí eu falei, gente, é isso, é isso! Então vamos escrever o caso do território. E a gente escreveu o caso do território [...] É importante pra gente entender como é que a gente entra e a gente entendeu [...] e a partir disso a gente entrou de um outro jeito. A gente começou a fazer oficinas de arte dentro, debaixo do viaduto. A gente tirava muito eles de lá, porque eles sempre muito, muito violentos, né? E a gente entendeu que não era isso. Que a violência vinha e que se a gente talvez chegasse de uma outra forma e aí parou a violência! Foi parando aos poucos [...] quando a gente parava ninguém mais estava querendo, é, encenar, porque nós também já fazíamos parte da cena. Não precisava mais encenar pra gente. Sacou? (Olívio).

Bel, primeira redutora de danos entrevistada informou ter optado por esse nome em razão do seu “vulgo”¹⁷. Questionada sobre a sua escolha diz que

Eu tinha um nome na rua, né! Meu vulgo na rua era Bel. Bel é aquela Bebel lá da novela, lembra? Aquela Bebel bonita. Aí eu botava o meu Bel porque eu sou um pouquinho menos bonita que ela, né? Aí ficou Bel (risadas). Não era Bebel (Bel).

Bel nasceu no Rio de Janeiro (RJ). É proveniente de família pobre e tem 40 anos de idade. Reside em Belo Horizonte há mais de 15 anos. Relata ser mãe de cinco filhos. Fala com pesar da perda da guarda de uma de suas filhas, ocorrida há nove anos, quando estava em situação de rua. Informa ter sido acompanhada pelos equipamentos de saúde e assistência social do município e destaca os benefícios relacionados a esses acompanhamentos. Por outro lado, o sofrimento advindo das múltiplas violências institucionais sofridas quando do acolhimento e perda da guarda da filha fomentaram a nossa conversa. Bel diz que a mudança do Rio de Janeiro para Belo Horizonte está atrelada ao seu antigo trabalho como profissional do sexo, pois, segundo ela, “aqui o dinheiro rolava” (Bel). Conta-nos que hoje mantém vínculos importantes com os familiares e com outras pessoas que residem na capital mineira. Ao longo da entrevista, fala também dos laços afetivos que estabeleceu com o próprio território (lugares que gosta de visitar e frequentar). Bel reconhece a importância do seu trabalho como redutora de danos, nomeando-o como trabalho digno. Na ocasião da entrevista diz que: “[...] eu fico com medo de perder algum detalhe [...] d’eu falar alguma coisa que é importante para alguém [...] eu me sinto rica. Entendeu? Porque eu aprendi demais nessa trajetória de vida que eu tive na rua, né?” (Bel).

Lucas, nosso segundo entrevistado, ao ser incentivado a narrar a sua trajetória fala que: “[...] história? Uai, história para contar, creio que quase todo mundo tem. É, uai. História para contar todo mundo tem. Ninguém nasceu ontem, né?” (Lucas). Ele é natural de Belo Horizonte. Nasceu numa família de classe média baixa. Informa não ter filhos e sustentar bons vínculos com familiares e amigos. Tem 29 anos de idade e reside sozinho em uma das quebradas da cidade. Durante a entrevista, falou de sua trajetória de vida nas ruas, do uso prejudicial de álcool e outras drogas e do seu envolvimento com práticas infracionais durante a adolescência. Trabalha formalmente como redutor de danos há dois anos. Constatamos que Lucas detém conhecimentos importantes acerca dos territórios de Belo Horizonte, sobretudo daqueles onde há forte incidência do atacado e varejo da droga. Durante o

17 Termo usado para designar um apelido, nome fantasia ou encobrir o nome de registro civil.

encontro, narrou vivências em contextos de extrema precariedade material e violência, destacando as estratégias que desenvolveu para sobreviver. Identifica-se como trabalhador e fala da sua atuação como catador de reciclagem, flanelinha¹⁸, “atividade”¹⁹, colhedor de café e prestador de serviços gerais. Queixa-se da ausência de serviços e equipamentos de assistência social direcionados à Pop Rua.

Olívio, último entrevistado, dá o ponta inicial desta maneira: “[...] então você quer que eu comece do tempo que eu estou daqui para trás ou do que eu já passei para lá? Porque todos dois mexem muito comigo” (Olívio). Olívio é belo-horizontino. Nascido em família financeiramente abastada, tornou-se cantor e apreciador das artes, e tal apreço orientou a escolha de seu nome para os fins desta pesquisa. Nas suas palavras: “Deixa eu pensar. Olívio, pode ser? Eu sempre gostei da Olívia Havilland, uma atriz. Olívia. Masculino, Olívio. Pode ser?” (Olívio). Durante a adolescência e início da juventude, deparou-se com o declínio econômico da família; segundo ele, esse contexto desencadeou momentos de vida nas ruas. Diz conhecer os universos socioeconômicos e culturais da pobreza e da riqueza. Aos cinquenta e sete anos de idade, fala com entusiasmo dos múltiplos enlaces entre a sua vida e a RD. Profissionalizou-se e atua na área há mais de 30 anos. Discorre sobre o uso recreativo de ilícitos e queixa-se da forma como é tratado por familiares e pelos profissionais dos serviços de saúde. Durante a nossa conversa, falou longamente das questões relacionadas à RD, ao racismo, ao envelhecimento e ao que nomeou como “autoconhecimento”.

18 Atividade de limpeza e proteção de veículos estacionados na rua com fins de remuneração.

19 Termo utilizado para referir-se aos “olheiros”, isto é, pessoas que vigiam o território e anunciam possíveis ameaças, sobretudo a presença da polícia.

4 ARTICULADORES: INTERFERÊNCIAS E INFERÊNCIAS

Frente ao desafio de produzir saúde em situações de vulnerabilidade social, encontramos a repetição de alguns fenômenos que, não fortuitamente, também se destacaram nas falas dos redutores de danos. Nesta seção, transformamos os principais elementos observados em considerações teóricas. Atribuímos ao título desta seção os termos *interferências* e *inferências* por encontrar nesses substantivos uma maneira de destacar tanto aquilo que atravessou o trabalho como psicólogo do CnaR – e, conseqüentemente, a pesquisa –, como as reflexões disso derivadas. Exemplificamos: a existência de disputas decorrentes da comercialização de ilícitos, “desembolos”²⁰, intervenções policiais e outros conflitos de similar natureza restringem a atuação do equipamento de saúde e, por extensão, a escuta analítica e a produção dos dados, visto que constatamos que tais incidências continuavam a produzir efeitos nos sujeitos e nas dinâmicas locais tempos depois de ocorridas. Nesse sentido, podemos tomar por interferências as restrições, efeitos e desencadeadores de acontecimentos que se interpuseram na pesquisa e na rotina de trabalho; as inferências, por seu turno, fazem menção aos conceitos escolhidos para tratar do tema, dar consistência teórica à dissertação. Como poderá ser evidenciado a seguir, interferências e inferências foram combinadas para produzir e possibilitar a transmissão daquilo que observamos e vivemos na rua.

4.1 O território e a quebrada

A pergunta a ser feita não é sobre a heterogeneidade da periferia. A pergunta a ser feita é por que os bairros ricos são tão homogêneos. A pergunta a ser feita é por que a área central-sudoeste é tão branca e tão rica. A questão a ser colocada é como e por que esse setor social se deslocou dos demais e está tão afastado da grande maioria da população. A pergunta a ser feita é sobre de que maneira a concentração de renda e de poder na sociedade se expressa no território urbano.

(D’Andrea, 2020, p. 14)

²⁰ Termo frequentemente usado pelos trabalhadores do atacado e varejo da droga para indicar a existência de conflitos que geralmente são “resolvidos” por meio de agressões físicas, homicídios ou restituição de quantias monetárias. Encontramos também a expressão “desembolar” que, por sua vez, pode apresentar significado diferente, já que significa fazer algo que habitualmente não tem relação com a violência.

Parece necessário, cada vez mais, dimensionar, conceituar e descrever os fenômenos urbanos e sociais. Todavia, isso não é o suficiente para a psicanálise, que se ocupa justamente daquilo que escapa; do inconsciente, do indizível e do indefinível. Não há, como sabemos, aquilo que possa ser completamente descrito sem algum tipo de perda. Advertidos disso, podemos tirar proveito das observações do arquiteto, urbanista e professor Boeri (1997), que percebeu que a cidade não é estática e localizou como sintoma a nossa debilidade linguística para conceituar e descrever a arquitetura contemporânea.

Conforme o autor, empregamos palavras vagas e genéricas que se mostram incapazes de abarcar a complexidade do novo cenário urbano, como uma espécie de sintoma que não está inteiramente restrito ao campo da linguagem. Além da defasagem do vocabulário, insistimos em ignorar outros fenômenos das cidades. Como sinaliza o urbanista, carecemos de novos paradigmas para ler e interpretar a contemporaneidade. Nessa trilha, ainda que diante do intraduzível, torna-se nítida a necessidade de certa adequação do olhar e da linguagem para, com isso, qualificar as tratativas que damos aos fenômenos que nos rodeiam. Desde o nosso ponto de vista, adequar o olhar e a linguagem pode ser uma das formas de melhor acessar o laço social e os diferentes modos de viver.

Basta olharmos ao redor durante uma caminhada para percebermos as mudanças de nomenclatura dos bairros, ruas, condomínios, avenidas e comércios. Pintam-se as paredes, instalam-se jardins e desenvolvem-se “novas”²¹ políticas habitacionais sem que isso necessariamente afete de modo positivo uma parcela importante da população. O modo de produção capitalista faz o seu jogo e condiciona as nossas leituras, mascarando a relação mercadológica que enquadra a tela da tela realidade. Não há novidade quanto à existência dos esforços empregados para inviabilizar a transformação social. Podemos tomar como exemplo a instalação de pedras embaixo dos viadutos, cuja justificativa primeira fez referência às garantias das infraestruturas supostamente comprometidas pela presença da Pop Rua que usavam tais espaços para realizar a queima de fios a fim de extrair matérias, notadamente o cobre, que pode ser comercializado com menor dificuldade (Ronan, 2019).

A exemplo do que ocorre sob os viadutos, podemos falar dos territórios, quebradas e áreas de vulnerabilidade social. É preciso manter a vigilância quanto aos movimentos orientados por determinadas ideologias e as nuances dos mercados especulativos. Retomamos a discussão sobre a cidade não apenas pelas suas questões econômicas e estruturais, mas por entendermos que ela é um “ponto importante de inflexão nas relações

21 Observamos com a pesquisa que as políticas habitacionais podem ser novas no sentido da implantação, como foi o caso dos anos 1930, entretanto, não verificamos novidades nas formas de implementação. O acesso à moradia rapidamente vira mercado, e o que constitui um direito transforma-se em produto. Dito de outra forma: o Estado parece submeter-se à lógica do mercado ou torna-se aliado da especulação imobiliária e das empreiteiras responsáveis pela construção civil.

entre o indivíduo e a cultura” (Santi, 2010, p. 190). O sujeito e seu corpo não acontecem à revelia dos lugares habitados e/ou inabitáveis. Enquadramos as nossas rotinas segundo as dinâmicas espaciais. Atentamos aos horários de funcionamento dos comércios e aos picos de engarrafamentos nos trânsitos. Estamos inseridos num determinado modo de funcionamento que se torna mais ou menos corriqueiro de acordo com os lugares em que circulamos. Vivemos e frequentamos alguns espaços (geralmente os mesmos) e verificamos as notícias que indicam onde pode ser perigoso transitar. Construimos certa dimensão territorial, mas “sabemos que a sua totalidade [da cidade] nos escapa” (Santi, 2010, p. 189) — como prescreve a psicanálise, a totalidade não corresponde necessariamente a soma das partes e, tampouco, pode ser completamente acessada. A palavra e os tratamentos também têm os seus limites.

Veremos com Milton Santos (2005) que a importância do território reside na apropriação e nos usos que fazemos dele. Conectamos o território à psicanálise tomando-o como o lugar do vínculo social e dos eventos, um espaço onde a vida acontece. Não é possível supor uma cidadania concreta ou a emergência de um sujeito “sem considerar em larga escala o lugar em que esta pessoa está localizada”, uma vez que a “análise do espaço geográfico deve estar sempre vinculada a uma perspectiva crítica e engajada, capaz de identificar as relações de poder e as desigualdades que se expressam nesse espaço”. (A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]). Apostamos como Milton Santos, Boeri, Freud e Lacan que tanto a cidade quanto o inconsciente preservam algum traço do movimento. Os espaços são reinventados. A cultura também. Surgem novas palavras e os modos de viver contornam o impossível das situações colocadas pela vida – por exemplo, a pobreza. O sintoma muda, transita, ganha novas caras. Diante do nosso interesse pelas áreas de vulnerabilidade, verificamos que a investigação sobre uma unidade geográfica (bairro, quebrada, cidade, estado, país, mundo), deve considerar o espaço não somente como um lugar, com o sentido único de localização, paisagem, mas também, e principalmente, como categoria utilizada para entender e examinar um determinado fenômeno e/ou conjunto de dados (A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]).

Partimos de Milton Santos, geógrafo, cientista e escritor. Preto e baiano que por sua intelectualidade, determinação e engajamento, empresta o seu nome, que batiza “assentamentos, bibliotecas, saraus, organizações sociais e grupos de leituras, reafirmando sua condição de cidadão do mundo e anunciando-o como o geógrafo das quebradas” (A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]). Milton Santos reconheceu as transformações da geografia, reinventando as próprias ideias ao longo da vida. Por isso, a fim de evitar equívocos precisamos distinguir alguns dos seus conceitos: mundo, lugar, espaço e território.

Lugar não é sinônimo de *mundo*. Malachias (comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]), no curso “Milton Santos: cidadão do mundo e geógrafo das quebradas”, esclarece que lugar não é mero ponto geográfico, mas uma construção social, repleta de significado, vívida, cheia de relações sociais, interpretada e identificada por meio das experiências dos seus habitantes. Segundo o autor, o lugar é aquilo que sustenta o mundo. Nas suas palavras, “o mundo não existe em si, o mundo existe para os outros. É o lugar que dá conta do mundo. Há nele uma empiricização do mundo” (Santos, 1994, como citado em A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]). Para Milton Santos, o lugar é “o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico” (Souza, 2005, p. 5).

Santos e Silveira (2001) fazem a distinção dos conceitos *espaço*, *território* e *territorialidade*. O território faz menção à extensão apropriada e usada, ao passo que a territorialidade é empregada como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado” (p. 19). Já o espaço geográfico se refere a uma “totalidade em movimento”, e “estrutura subordinada-subordinante” organizada pelo homem (A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]). Temos no espaço um conceito amplo que abarca as dimensões físicas e sociais.

Território, conceito amplamente aplicado nesta dissertação, pode ser entendido em primeiro plano como “nome político para o espaço de um país” de forma que a “existência de um país supõe um território” (Santos & Silveira, 2001, p. 19). De acordo com Santos e Silveira (2001), não podemos dizer o mesmo da ideia de nação, pois ela não é necessariamente “acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado” (p. 19), ou seja, há territorialidade sem Estado, mas não há Estado sem território. Território é o elemento central na geografia, possibilitando a compreensão das relações econômicas e sociais estabelecidas no espaço. Território é parte do espaço. É o “conjunto articulado de elementos materiais e imateriais que formam uma totalidade singular” delimitada por “fronteiras simbólicas e/ou materiais”, administrado e organizado conforme “os interesses dos grupos que o constituem” (A. C. Malachias, comunicação pessoal, 2023 [material de apoio]).

O território é a “unidade e diversidade” que figura como “questão central da história humana de cada país”, constituindo o “pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (Santos & Silveira, 2001, p. 20). Encontramos na obra de Milton Santos a desnaturalização dos conceitos e a relevância das relações sociais, políticas e econômicas. Talvez seja essa uma das razões que o levaram a refletir sobre a política, a técnica e a

informação. Milton Santos se livrou do engessamento dos conceitos para pensar as estruturas de poder estabelecidas entre os

produtores e possuidores – empresas, Estado, sociedade – que vão decidir os seus usos. Cabe, então, considerar a relação entre duas potencialidades: a do conhecimento técnico e a da ação, isto é, a política, mediante os usos da informação, ora voltada para a busca de maior lucro, ora para a defesa da soberania, para a conservação dos recursos naturais etc. (Santos & Silveira, 2001, p. 94-95).

O que está em tela para ele não é apenas a terra, mas a vida e a experiência conectada a ela. O intelectual faz dois acréscimos importantes nos conceitos de território e espaço: território usado e espaço banal.

Souza (2005), ao apresentar o texto de Milton Santos, sinaliza que o território é forma, mas o território usado são as ações, objetos, espaço habitado, espaço humano. Segundo ela, o território usado firma-se como categoria de análise social que promove a mediação entre a sociedade nacional, local e o mundo. Trata-se de uma categoria de caráter integrador – relevante ao setor do planejamento – que encerra “as falsas premissas da possibilidade da gestão intersetorial a partir da justaposição do setorial na elaboração dos planos” (p. 5). A perspectiva miltoniana evidencia, a partir desse conceito, a impossibilidade técnica, teórica e política da intersetorialidade, atribuindo ao território o caráter de “única possibilidade de lidar com a unidade; categoria essencial para a elaboração sobre o futuro” (Souza, 2005, p. 5).

O espaço banal, por outro lado, opõe-se à ideia da conexão total e a integralidade das redes. Redes, para Milton Santos, são realidades novas, e não fórmulas técnicas e de circulação de informações. Espaço banal é “o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” (Santos, 2005, p. 9). Espaço banal é “o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos” (Santos, 2005, p. 9), é a contraposição à “noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns” (Santos, 2005, p. 9). Os conceitos de Milton Santos e o questionamento de Garcia, Brisset e Guerra (2021) sobre o comum do laço no espaço banal nos ajudam a avançar um pouco mais, tornando possível discutir o território e o espaço banal desde a perspectiva dos locais onde há forte incidência da vulnerabilidade social. Como verificamos, periferia e quebrada são territórios, mas nem todo território é periferia ou quebrada.

Entendemos com D’Andrea (2020), coordenador do Centro de Estudos Periféricos (CEP), que a periferia é o “conjunto de várias quebradas” e que “o ponto de partida da análise do fenômeno deve ser o território” (p. 9). Belo Horizonte, município da pesquisa, guarda similaridades com as outras cidades brasileiras na medida em que está submetido às mesmas lógicas dos modos de produção capitalista e, conseqüentemente, às mesmas propostas

políticas, arquitetônicas e de habitação de muitas outras cidades. Como dito, encontramos em Belo Horizonte aproximadamente 336 áreas de vulnerabilidade social, e muitas delas são reconhecidas como periferias.

No Brasil, tomando como referência os aglomerados subnormais, alcançamos uma quantia que ultrapassa 13 mil áreas periféricas/irregulares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019)²². Esses espaços figuram ora como objeto de desejo por suas valorações monetárias, ora como depositários daquilo que não cabe ou não encontra lugar em outros sítios. Aprendemos com Milton Santos que o território é uma questão particular composta por dimensões físicas e simbólicas, com isso, podemos abordar as questões relacionadas às periferias e quebradas.

O termo *periferia* surgiu primeiramente na academia. Trata-se de um conceito dos anos 1970, gestado de “fora para dentro e com sérias reticências para seu uso para moradores e moradores de bairros populares” (D’Andrea, 2022, p. 79). A periferia enquanto elemento espacial constitui-se no seio do modo de produção capitalista. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a “conformação das periferias” é resultado “de um processo de “urbanização acelerada e de industrialização concentrada na Região Sudeste que redundou em um desenvolvimento econômico e político” (Jesus et al., 2021. p. 266).

As periferias são, entre outras coisas, expressões de uma lógica do capitalismo na qual a terra é entendida como capital, e a especulação constitui o formato próprio de extração de renda da terra (D’Andrea, 2022). Tal modo de operação foi bem localizado numa das viradas teóricas do marxismo, que reconheceu a cidade não como “palco” da “reprodução do capital e da força de trabalho, mas como uma “forma específica de produção do capital” (D’Andrea, 2022, p. 72).

Historicamente, a problemática da habitação é forçosamente falseada pela ideia de déficit habitacional. A título de exemplo, constata-se que iniciativas como os Institutos de Aposentadoria e Pensão e a Fundação da Casa Popular, implementadas nos anos 1930, fracassaram na resolução da problemática (D’Andrea, 2022). A perspectiva quantitativa adotada durante o período da ditadura militar não atendeu às necessidades da população de menor renda, empurrando novamente os mais pobres na direção dos loteamentos, bairros periféricos e ocupações onde a alternativa possível é a autoconstrução (D’Andrea, 2022). Novamente,

[...] a produção das novas metrópoles no estágio atual do capitalismo é permeada pela renda imobiliária, promovendo um tensionamento entre o capital produtivo (construção

22 Em 2024, ano de publicação desta pesquisa, o IBGE passou a adotar as nomenclaturas *favelas* e *comunidades urbanas* em detrimento de *aglomerados subnormais* (Nery & Britto, 2024).

de espaço cujo valor de uso é material e finito) e sua subordinação à lógica da capitalização, ou seja, de uma ficção de valorização que é alheia à produção e que se rege pela lei da propriedade privada (valor de troca infinito) (D'Andrea, 2022, p. 100).

O fracasso do método de produção quantitativo das habitações vivenciado pelas populações de renda hipossuficiente revela a subordinação dos direitos básicos ao sistema financeiro. A partir dos anos 2000, o formato neoliberal de urbanização ganhou coloridos públicos/privados que privilegiam a fragmentação e a hierarquização dos espaços por meio de uma lógica condominial que desemboca em “processos espoliativos renovados de violência” (D'Andrea, 2020, p. 10). Tais ocorrências se expressam, por exemplo, por “remoções compulsórias pela pressão da propriedade e da valorização imobiliária” e do “endividamento em massa”, já que aquilo que a política adota visa não é mais que “integrar pelo consumo” (D'Andrea, 2020, p. 10).

A definição de *periferia* adotada nesta pesquisa refere-se sobremaneira aos aspectos estruturais desses locais, a saber: pior infraestrutura urbana em relação a outros espaços da cidade, menor investimento e atenção social pelo poder público (Jesus et al., 2021) e tempo de deslocamento para se chegar aos centros urbanos (D'Andrea, 2020). Pensamos com D'Andrea (2020) que a “história da periferia é a história da sua luta contra a invisibilidade” (p. 10) e que o desinteresse do Estado por esses locais “fez com que os equipamentos e serviços públicos chegassem na periferia com décadas de atraso em relação ao centro e à região de habitação das elites” (p. 10).

Constatamos, ao longo da itinerância proporcionada pelo CnaR e pela pesquisa, que “as mais eficientes políticas públicas para as periferias têm sido a repressão e a construção de moradias em larga escala, beneficiando construtoras e empreiteiras” (D'Andrea, 2020, p. 10). Como destaca D'Andrea (2020), essas políticas públicas reforçam um *modus operandi* que não promove equidade. A periferia é sempre um território disputado por “agentes externos e internos” (p. 55): externos do ponto de vista do Estado e do capital, e internos do ponto de vista das organizações e dos sujeitos locais. Na periferia, cada espaço é concorrido para a construção de moradias, estabelecimento de um comércio local e/ou gestão local do atacado e varejo da droga, entre outras atividades. Num pequeno circuito espacial de diminutos metros quadrados, podemos encontrar os principais elementos e estruturas que visam dar conta das necessidades das pessoas que ali residem.

O olhar atento e certa esperteza torna possível ver também as dinâmicas coletivas, cuja potência é singular. A fulana que olha os filhos e netos dos vizinhos, as artes inscritas nas paredes e madeirites, as invenções peculiares para fazer chegar às habitações água, energia elétrica e internet. Torna-se possível pausar a visão nas brincadeiras das crianças e ampliar o nosso repertório musical com samba, pagode, *funk*, *rap* e outras canções. As

dinâmicas comerciais estão presentes nos escambos, vendas de objetos, acordos verbais e “arregos”²³. Não é raro vermos na periferia uma igreja ao lado do bar que, por sua vez, divide parede com a reciclagem. Excepcionalmente – e com “sorte” –, encontramos alguns Centros de Saúde (CS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros equipamentos públicos. No cenário mais favorável em relação à representação do Estado, podemos encontrar políticas públicas destinadas exclusivamente aos territórios de risco, como é o caso dos programas Fica Vivo!²⁴ e Mediação de Conflitos²⁵.

Lembramos que a realidade de grande parte da população brasileira não corresponde ao ideário e à forma de viver da classe média. Como recorda D’Andrea (2020), em “favelas e periferias, três, quatro, ou cinco pessoas moram em casas de 30 metros quadrados sem ventilação” (p. 48). Certamente, essa e outras questões formatam os laços sociais e as formas de vidas estabelecidas. A lógica quantitativa e produtivista não supriu o “déficit habitacional”. Ao desconsiderar as relações, a apropriação e os usos dos espaços pelas pessoas (ou, em outras palavras, o movimento dinâmico da vida, a relação com a terra – enfim, o laço social), a produção em massa das habitações deixou um cenário aquém do necessário. É preciso “pensar no problema da habitação na perspectiva dos beneficiários de programas habitacionais, observando suas práticas de morar, e não a partir da lógica quantitativista e produtivista do déficit habitacional” (Nakano et al., 2021, p. 108).

Não há obviedade na forma de morar, o espaço e os seus usos não estão dados. No caso das periferias, a estrutura da residência, por exemplo, dificilmente é planejada e os recursos destinados à habitação são escassos. A construção civil acontece a partir do possível. A heterogeneidade de formas, tamanhos e acabamentos direciona a nossa atenção para a multiplicidade e diversidade de construções, de formas de vidas e, principalmente, de laços sociais. As soluções e impasses encontrados pelos sujeitos não são sempre os mesmos, o contexto é particular e não responde ao ideário e aos projetos formulados pela classe média. Na periferia moram na mesma rua

[...] o pastor, a funcionária pública, o policial, o boy da quebrada, a dona de casa, o jovem funkeiro, o motorista de uber, a vendedora de loja, o traficante e a moça feminista. Nessa mescla ainda se sobrepõem diferenças clubísticas e/ou político-

23 Pactuação comercial realizada entre representantes do Estado e os comerciantes locais para fins de manutenção das atividades ilícitas.

24 “Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno” (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública [SEJUSP], 2013, para. 1).

25 “Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade desde 2005 e está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade, que abrangem mais de 200 territórios. O Programa está presente em 10 municípios de Minas Gerais” (SEJUSP, 2017, para. 1).

ideológicas, dentre outras. Moradores das periferias aprenderam que não podem sair brigando com o vizinho por ele votar na extrema direita ou na extrema esquerda (D'Andrea, 2020, p. 56).

Encontramos nas periferias e quebradas um traço importante e pedagógico: a convivência com o diferente e o modo particular de fazer vínculo. Sabemos que quebrada não é propriamente um conceito, por isso, essa ideia não foi introduzida sem falar de lugar, território, espaço e periferia. Trata-se de um termo geralmente empregado pelos adolescentes e jovens adultos que vivem nas áreas de vulnerabilidade social. Como ouvimos nas ruas durante o trabalho enquanto técnico de saúde, "quebradas" é uma possível nomeação eleita para informar as coordenadas geoespaciais e determinados modos de funcionamento e identificações locais. Durante os atendimentos realizados pela equipe de CnaR, frequentemente escutávamos: "não zé, eu sou lá da quebrada tal"; "cê fraga minha quebrada, lá né assim não, lá é diferente". Observamos que atualmente a ampliação dos meios de comunicação, o aumento da utilização das redes sociais e a inserção de estilos musicais como o *funk* e o *trap* nas mídias acarretaram o uso dessa nomeação fora dos circuitos periféricos. Parece-nos que "quebrada" sinaliza um certo modo de enlace entre as vivências e posições subjetivas, a geografia e os desdobramentos do modo de produção capitalista. Encontramos na escuta realizada nas ruas a convergência entre as proposições de Milton Santos e D'Andrea: o território enquanto espaço dinâmico que proporciona o desenvolvimento da vida, e as quebradas, que delineiam um modo de relação particular.

As favelas, quebradas, periferias, cortiços e quantos nomes encontrarmos associados a esses contextos têm em comum a precarização da vida resultante do quadro de vulnerabilidade social. Esses locais podem ser interpretados por meio do território usado e do espaço banal (funcionalidade e vida em comum). Apostamos que o substantivo *quebrada* indica, como em certo emprego habitual, aquilo que se quebrou; que está dividido em partes. Lemos com isso que as quebradas correspondem à fissura da homogeneidade da paisagem pretendida pelo ideário médio burguês. Na quebrada, o condomínio não é espaço murado, vigiado e restrito. Nas quebradas, condomínio significa outra coisa, é uma taxa paga por algo. Na periferia, condomínio não representa local protegido pela infraestrutura, mas relação social e comercial. Encontramos no substantivo *condomínio*, como é de conhecimento da psicanálise, a inexistência da universalidade, exatidão, predeterminação e correspondência entre uma palavra e aquilo que ela pode representar; *condomínio* só é capaz de fazer referências e designações quando contextualizado e localizado, ou seja, inserido na cadeia significante de um determinado discurso.

Grosso modo, independentemente das suas coordenadas geográficas, as periferias e as quebradas ou estão fora dos circuitos urbanísticos ou foram empurradas para endereços

não compreendidos nos principais pontos de referência da cidade; no caso de Belo Horizonte, as quebradas estão fora do perímetro da Avenida Contorno, mas vez ou outra emergem e resistem ocupações e construções não planejadas e/ou consentidas pelas autoridades. Mesmo quando estabelecidas nos limites espaciais de uma área de alto valor financeiro, as periferias e quebradas continuam marginais e não são contempladas – exceto pelas desapropriações – pelos projetos e circuitos urbanísticos. As existências e resistências desses espaços não foram previstas pelos idealizadores da cidade. O que a quebrada quebra é, entre outras coisas, a expectativa burguesa e o ideário higienista amplamente presentes e consagrados desde a colonização portuguesa.

Uma quebrada pode avizinhar-se de um bairro luxuoso e isso em nada lhe garante, por exemplo, a assistência dos serviços básicos de saúde, assistência social e saneamento básico; a proximidade com centros comerciais também não assegura oportunidades de empregos aos seus moradores. Constituem-se, conforme as previsões de Milton Santos (2005), comércios locais compatíveis às realidades econômicas de seus habitantes, sendo inventadas alternativas que atendam às necessidades básicas dos moradores. Quanto ao abismo estabelecido entre as diferentes classes econômicas, podemos lembrar das críticas que assolaram os moradores e moradoras da periferia nos tempos da pandemia desencadeadas pelo Coronavírus, quando, por desconhecerem outras formas de vida, aqueles que podiam ficar em casa queixavam-se dos demais, sem considerar que talvez a periferia não tenha ficado em casa simplesmente por não ter essa opção, já que, aos mais pobres,

a resolução das questões da sobrevivência passa quase sempre por estar nas ruas ativando redes de vizinhança, redes familiares e redes de solidariedade mais extensas. [...] em favelas e periferias não existe o trabalhador que faz a entrega do supermercado em casa. Não tem o interfone que toca. Não tem porteiro. Muitas vezes não tem carro. Pra resolver qualquer questão, há a necessidade de se sair de casa a pé (D'Andrea, 2020, p. 48-49).

A pandemia descortinou o que insistimos em não ver: a existência de uma opressão territorial que se soma as demais opressões, discriminações e segregações (raça, gênero e classe) e que recai principalmente sobre as populações que fundaram as periferias, ou seja, negros, migrantes nordestinos, brancos pobres e indígenas (D'Andrea, 2020). Como revelou o curso de nossa pesquisa, “nenhuma expressão cultural está desconectada das condições econômicas de quem a produz” (D'Andrea, 2020, p. 7). A incidência das conjunturas de vidas expressa-se nas palavras empregadas pelos sujeitos nas construções discursivas, nas formas de circular na cidade, na escolha da substância psicoativa etc.

Como indicado por Stefano Boeri e Milton Santos, a cidade e o território precisam sempre ser relidos sob a perspectiva das transformações decorrentes dos modos de produção, do avançar dos tempos e dos usos que as pessoas fazem dos espaços. Como destaca D'Andrea (2020), "antes da consciência, do sujeito ou da identidade, periferia é uma condição" (p. 52). A favela, periferia, quebrada ou a rua sediam os improvisos e possibilitam aos sujeitos existirem em condições adversas à vida. Para habitá-las, torna-se imprescindível adaptar-se cotidianamente e inventar modos de existir que driblam a precariedade da infraestrutura. Escolhemos tratar da periferia como uma condição precisamente para dizer de sua incidência no inconsciente. Empregamos o termo *condição* como aquilo que contorna, limita, marca e demarca, como é o caso da raça e do gênero, da vulnerabilidade social e da escassez de ativos.

Pierre Bonny (comunicação pessoal, 08 de agosto de 2023)²⁶, afirmou numa de suas exposições que muitos sujeitos não podem se separar dos seus sintomas porque a situação socioeconômica não proporciona outros tipos de satisfações. Esse alerta parece indicar que diante de contingências adversas à vida devemos ampliar as apostas na psicanálise, apostar na fala dirigida ao analista. A máxima formulada por Lacan (1964/1998) continua válida: cabe ao analista alcançar a cultura de seu tempo, devendo "renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época" (p. 321). Entendemos que neste momento histórico cabe aos psicanalistas não se distanciar das confluências entre o inconsciente e as condições de vida dos sujeitos. Apostamos no laço social, cuja condição de existência é, dentre outros elementos, a presença dos sujeitos com seus corpos. A não evidência do "viver junto" coloca aos psicanalistas a tarefa de não se afastarem das confluências entre o inconsciente e as condições de vida das pessoas. Aprendemos na rua e na pesquisa que território, quebrada e ausência de dinheiro incidem nas subjetividades e no laço social e aprendemos também que por vezes a precariedade material desemboca em violência e que é possível, apesar das consequências devastadoras, existir na violência.

4.2 Violências

Encontramos um par de vezes nas ruas. As marcas da sua trajetória estavam à vista; inscritas no corpo. O sofrimento parecia transbordar, aumentando os tropeços desencadeados pela fragilidade da sua saúde e do uso prejudicial de psicoativos. Andou um pouco mais.

26 Aula ministrada em 08 de agosto de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas Coração Eucarístico. Notas de aula. Arquivo pessoal.

*Escorou no alambrado. Virou-se e sorriu. Magueou²⁷. Emagrecida.
Sua morte foi amplamente noticiada. Violência indescritível.
(Diário de Campo)*

A violência e a agressividade – presentes desde os tempos remotos – aparecem com certa sinonímia nos saberes populares e externos à psicanálise. Torna-se, por isso, necessário distingui-las. Além disso, a escuta dos redutores de danos, ponto central desta pesquisa, introduziu a necessidade de recortarmos esse fenômeno segundo o horizonte da segregação e do racismo. Oliveira (2007), ao percorrer as trilhas do ensino lacaniano, rememora que as manifestações da agressividade podem ser encontradas além dos atos violentos e dos crimes hediondos. Conforme o autor, a agressividade é corriqueira, integrante das psicopatologias da vida cotidiana e modulações discursivas de caráter reivindicatório.

Ao pautarmos a presença da agressividade desde os tempos remotos, sinalizamos que ela é constitutiva da experiência humana. Freud (1932/2010) postulou a existência da considerável cota de agressividade presente nos humanos, de forma tal que podemos fazer do próximo um alvo de satisfação e escoamento da agressividade, causando-lhe sofrimento, explorando sem retribuição a sua capacidade de trabalho e subtraindo-lhe as suas posses, por exemplo. Ramírez (2016) informa que o surgimento e a permanência da agressividade são constitutivos porque não estão vinculados a uma dimensão biológica, mas à própria estrutura do eu. Referimo-nos às primeiras experiências pulsionais de estruturação do sujeito que são, desde o início, de caráter especular e imaginário²⁸, delimitando as relações futuras com os semelhantes. Como reforça o autor, a agressividade é a relação fundamental do eu desde a perspectiva do sujeito e sua constituição, o que se coloca em relevo não é a unidade e a harmonia, mas a sua divisão contra si que muitas vezes emerge como hostilidade.

Tomamos, então, como ponto de partida para a organização psíquica do sujeito, o Estádio do Espelho. Ele corresponde ao primeiro momento de ascensão da agressividade; trata-se de um período em que a criança – de idade próxima aos seis meses – se encontra desprovida das condições motoras fundamentais, mas torna-se capaz de reconhecer a própria imagem projetada no espelho (Heringer, 2007). A imagem capturada pela criança no espelho não corresponde ao todo do corpo; nesse período, a imagem é “sustentada por um outro que lhe dá amparos dos quais necessita”, e a “imagem que vê refletida no espelho é uma simbiose com o corpo do outro ou de qualquer objeto que lhe seja próximo” (Heringer, 2007, p. 60). O reconhecimento contínuo e processual da imagem estende-se até cerca dos 18 meses de

27 Pedir dinheiro, objetos e outros itens habitualmente necessários à subsistência.

28 Conceito empregado por Lacan para designar a dualidade das relações do sujeito com a própria imagem e a do semelhante. Trata-se do “lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 371).

idade, quando a criança se percebe diferenciada do outro e dos objetos, concluindo – na travessia do Estádio do Espelho – que o corpo projetado na imagem é seu (assunção jubilatória) (Heringer, 2007).

O Estádio do Espelho é a mais remota formação do eu, afirmando-se como uma “relação libidinal essencial com a imagem do corpo” e uma “virada decisiva no desenvolvimento psíquico da criança” (Lima, 2007, p. 88). Heringer (2007) mostra o paradoxo experimentado pela criança após ver a sua imagem refletida no espelho: por um lado, esse momento demarca

[...] a entrada da criança no mundo simbólico²⁹, pois é uma experiência que extrai a criança do caos sensorial em que se encontra para remetê-la a uma primeira visão, ilusória, de uma possibilidade de integração que acalma e causa júbilo. Por outro lado, essa mesma imagem é geradora de tensão, pois aquilo que se vê do outro lado é uma imagem de um corpo unificado, enquanto do lado de cá, do lado real, o que é visto pela criança é um corpo fragmentado e carente de uma autonomia motora. Uma rivalidade agressiva entre aquilo que a criança vê como fragmentado – o seu corpo – e aquilo que vê como unificado – a sua imagem – se instala no eu do sujeito (p. 61).

Desse modo, o produto da precipitação da imagem tende ao encerramento da tensão produzida entre o corpo fragmentado e aquele unificado pela travessia do Estádio do Espelho, originando a agressividade (Gontijo, 2007). O corpo reconhecido no espelho – antes fragmentado e solto – é unificado à custa de um *quantum* de agressividade e da aproximação “à dialética especular do sujeito” (Oliveira, 2007, p. 45). Dessa maneira, a agressividade advém de uma defesa do eu em relação ao desconhecido e ao estranho do processo de unificação do corpo resultante da “relação especular, imaginária do eu e sua imagem projetada sobre o outro” (Heringer, 2007, p. 57). O Estádio do Espelho inaugura os processos de identificação que, a partir disso, não acontecerão sem uma quota de agressividade. Conforme exposto, agressividade, identificação e violência (ou ato violento) são intimamente conexos à experiência humana. A violência, fenômeno de interesse desta pesquisa, pode ser compreendida como uma manifestação da agressividade – decorrente, dentre outras coisas, da ausência da palavra – que emerge nas situações de fragilização do aparato simbólico e que, por isso, está contemplada na teoria psicanalítica na dimensão do Real³⁰ (Ramírez, 2016).

29 Significações e signos conscientes e inconscientes que permitem ao sujeito construir as suas referências; é um sistema de representação baseado na linguagem (Roudinesco & Plon, 1998).

30 Conceito formulado por Lacan para designar aquilo que não pode ser simbolizado. “Resto” inacessível aos pensamentos subjetivos; aquilo que não se inscreve no campo da linguagem e, por conseguinte, não pode ser elaborado, transformado em palavras e experiências (Roudinesco & Plon, 1998).

A própria fundação da civilização, o estabelecimento e a manutenção do laço social, ou seja, a vida coletiva, requerem a renúncia de uma parcela da agressividade, da violência e do gozo³¹. Ons (2009) recorda que o surgimento de uma sociedade só é possível por meio dos pactos que fazem cessar as hostilidades, permitindo às pessoas delegar os seus direitos. Essa renúncia, segundo a autora, vincula-se a uma autoridade pela qual os sujeitos se sentem identificados, todavia, o próprio processo de identificação demanda a eleição de algo e/ou alguém diferente daquilo que entendemos ser nós mesmos. Produzir coletividade é, ao mesmo tempo, eleger aqueles que fazem parte da comunidade e aqueles que precisam ser excluídos para que ela permaneça algo coesa.

Ramírez (2017) sinaliza que amor e ódio não são necessariamente opostos e que ambos podem fazer comunidade. Segundo ele, a comunidade formada pela via do ódio está situada no campo da alienação especular com o inimigo, o que, de certa forma, promove a queda do estatuto da palavra e da confiança. Com isso, torna-se mais difícil fazer a paz em detrimento à guerra. Agressividade e identificação conectam-se na medida em que a segunda passa pela “aparência simbólica e imaginária que encobre um Real, ou seja, um ideal que encobre um objeto de gozo, o que mostra que o avesso de toda comunidade ideal esconde uma comunidade de gozo” (Ramírez, 2017, p. 61). Sabemos, é claro, que o gozo é singular e autoerótico e não faz comunidade. Por outro lado, o traço mortífero que constitui a própria comunidade serve ao sujeito como ponto de identificação, levando-o ao gozo singular derivado da sua fantasia constitutiva (Ramírez, 2017).

Ons (2009) destaca que uma das facetas encobertas pelos atos de violência é justamente a segregação. Nesses termos, as violências emergem como produtos das operações de identificação que fazem do outro um estranho que precisa ser eliminado. Trata-se, como nas coletividades formadas pelo ódio demonstradas por Ramírez (2017), da produção da violência como operação de alienação especular ao inimigo. A análise do conflito armado na Colômbia realizada pelo autor – cujo cenário, guardadas algumas proporções, aproxima-se do Brasil – em relação ao atacado e varejo da droga, por exemplo, deixa claro que a questão principal não é uma explosão de violência sem sentido, mas um certo cálculo racional que camufla as paixões individuais e encontra subsídios de perpetuação da violência sob o argumento de favorecimento coletivo. Vivemos, como indica Heringer (2007), num mundo incerto e complexo, continuamente transformado

[...] pela mutação acelerada dos valores; e hostil, pela contínua exposição a situações de violência vivida ou espectral. No seu desamparo frente a esse quadro social em

31 Experiência de caráter repetitivo e não mediada pela linguagem, refere-se à ausência de limites entre o sujeito e Outro e às ocorrências não regidas pelo princípio de prazer (Queiroz, 2012).

que os contratos jurídicos e os contratos sociais são relativizados e aumentam-se exponencialmente as formas brutas do máximo lucrar, do máximo viver e do máximo gozar, gerando suas implicações nas sociedades uma agressividade desencadeadora de violência (p. 53).

Por meio da nossa prática, constatamos a convergência entre a “relativização dos contratos sociais” e as “formas brutas do máximo lucrar” descritas por Heringer (2007, p. 53) e as profundas conexões entre a pobreza e a violência referidas por Ons (2009) e Ramírez (2017). Claramente, o modo de produção capitalista, a lógica de mercado que prevê a produção desenfreada e a especulação do capital aceleram e aprofundam o cenário de desigualdade, criando múltiplos contextos de exclusão e marginalização.

Na contemporaneidade, ser indigente ou pobre significa ser excluído de uma realidade desejável, que é o mercado (Ons, 2009). A exploração não é apenas da força de trabalho, mas do próprio corpo que também se tornou mercadoria. Como descreve Mattos (2022), a nossa época, a do discurso capitalista, é marcada pelos significantes fome, abandono, segregação e violência – previstos no ensino de Lacan como o discurso do não laço em que cada indivíduo é um proletário. Recordamos neste ponto que Lacan (1969-1970/1992) situou o proletário como substituto do escravo, ou seja, como aquele que além de ser explorado foi também destituído do próprio saber. Assim, a “pretensa libertação do escravo teve, como sempre, outros correlatos. Ela não é apenas progressiva. Ela é progressiva à custa de um despojamento” (p. 140). A vida, então, é tomada como valor de troca e de uso, sendo quantificada como qualquer outra mercadoria, como é o caso dos conflitos armados e da guerra (Ramírez, 2017).

Existem, como sabemos, violências de todo tipo: psicológica, institucional, de gênero, patrimonial e muitas outras. A escuta dos usuários do SUS e dos redutores de danos revelaram a multiplicidades de violências com os seus deslimites e incidências. Abordá-las em extensão, tal qual foram recolhidas dos discursos, é tarefa impossível, por isso, vamos trilhar apenas as vias relacionadas ao racismo e à segregação, uma vez que elas apresentaram importante incidência na pesquisa.

4.2.1 Segregação e racismo

O racismo e suas múltiplas manifestações configuram uma forma recorrente de segregação e, portanto, de violência. Dunker (2019) retoma os campos de concentração do período nazista como exemplo principal da ideia fundamentada na existência de um semelhante inferior, aclarando que o fenômeno da segregação tem como base a produção da opressão, o isolamento, a invisibilidade e a miséria que ultrapassam a “mera discriminação”.

Trata-se de uma espécie de julgamento cuja convicção remete à existência de formas de vida e de pessoas com menos valor, configurando um processo que contém em sua fórmula a violência como alternativa de trato para com as diferenças. Desse modo, a questão pode ser colocada a partir de uma não identidade que busca a sua resolução na caracterização do outro como “aquele que vai ser reduzido a uma mesma massa uniforme, uma mesma massa homogênea” a ser segregada, como a Pop Rua, moradores de periferias, judeus, negros, índios etc.

Seguimos com Dunker (2019) para reafirmar que desde a leitura psicanalítica, a segregação (como as demais formas de violências) está inserida no registro do Real, ou seja, ancorada no “insuportável que não cabe na fantasia e convoca a angústia”. Trata-se de posições coloridas “por fantasias de eliminação” que se convertem em práticas de isolamento como forma de lidar com a diferença social. O Real, como bem delimita o autor, representa o insuportável; “aquilo que não cabe nas nossas estruturas de ficção; algo que convoca a nossa angústia” e “que nos faz entrar mais em contato com o limite da nossa própria humanidade e da nossa própria condição de sujeito desejante”. Frente a isso, empreendem-se tentativas de muramento e de isolamento do Real que visam cercear no plano da realidade e da concretude as diferenças não integráveis à fantasia (Dunker, 2019).

Como vimos ao longo da história da humanidade, as práticas de segregação consistem na reunião de determinados grupos que são constantemente excluídos, invisibilizados e desumanizados. Tais grupos ora são forçados a reunir-se dentro de um espaço, como nos campos de concentrações, ora ficam fora e/ou às margens de outros, como no caso da lógica de residência condominial com seus muros supostamente impenetráveis. Aprendemos com a psicanálise que o Real “não pode ser negado porque retorna em fenômenos de repetição” e reaparece por meio de diminutas transformações que a princípio nos impedem de visualizar a sua existência (Dunker, 2019). A segregação de que falamos muitas vezes mostra-se de maneira contundente e radical, e outras, de formas que podem ser mais ou menos sutis, como nas barreiras simbólicas que inviabilizam o acesso de alguns grupos aos serviços de saúde e/ou espaços de lazer.

Veras (2018), retoma o ensino laciano para aclarar que no conjunto humano há sempre um gozo extraviado e desconhecido que corresponde a uma identificação. Destarte, a aliança entre os processos de identificação e a segregação revelam que o racismo não é apenas “uma questão de supremacia e colonialismo”, uma vez as suas raízes estão “em um complexo inconsciente de horror e fascínio que o gozo encarnado em outra raça pode causar” (para. 12). A agressividade, impossível de ser totalmente suprimida, como indicamos na constituição do Eu durante o Estádio do Espelho, desafia o flexionamento da segregação e os limites criados pela cultura que visam manter os laços e paz entre as pessoas.

Como destaca Vannuchi (2017), a angústia proveniente do encontro no outro lado do espelho com os traços excedentes ao Eu e considerados pelos sujeitos como incompatíveis a si transforma-se em ódio “projetado em um traço de diferença de um semelhante, naquele que porta o estranho e o familiar” (p. 62). Assim, o racismo

se alimenta daquilo que aparece reproduzido, mas radicalmente recusado, na inscrição da própria identidade. Se a relação com o outro/ semelhante é problemática para todos nós, humanos, o racismo faz da cisão do caráter paradoxal, sempre presente, entre a mesmidade e a alteridade, seu ponto de partida (Vannuchi, 2017, p. 63).

Conforme a autora, nem mesmo a instituição do Direito, cuja função é assegurar a igualdade e regular os excessos, logra êxito, uma vez que “a interdição à satisfação dos impulsos destrutivos nunca chega a eliminar sua pressão, pois o que é reprimido retorna” (p. 61); a lei “deixa sempre como resíduo a marca do exercício de dominação, que persiste como elemento irreduzível nas relações humanas” (p. 61). A existência da letra da lei³² não basta para eliminar a segregação e o racismo. Conforme a autora, a regulação dos laços entre os membros da comunidade é tarefa árdua – impossível de governar – que envolve a supressão da agressividade e dos excessos eróticos que desestabilizam os vínculos entre as pessoas.

A existência da violência social desde os tempos antigos não significa que ela constitua um simples dado natural. Ela se desenvolve sobremaneira como uma construção que forja a imagem do “estrangeiro” como o inimigo; um artifício e um modo de defesa das coletividades criados para reforçar a reunião entre os pares (Vannuchi, 2017). Ao longo do tempo, o próprio conceito de estrangeiro, tomado sob a perspectiva da língua e, por conseguinte, do pensamento, deixou de ser apenas referência para algo não familiar, tornando-se uma categoria sociopolítica capaz de orientar os discursos contra determinadas classes e camadas da sociedade (Silva Júnior, 2017). Atende-se com isso as necessidades de autoconservação do grupo que, com sua “escala de valores, sua definição do que é ser bom ou ser mau”, geram as “suas com-paixões amorosas e odiosas” e criam vias para a expressão tanto do amor quanto da agressividade “a fim de fortalecer seus laços internos” (Vannuchi, 2017, p. 61).

Podemos, então, tomar o ódio como um dos principais componentes da violência e da segregação. Trata-se, como explica Reymundo (2018), de um sintoma social que desgasta os laços sociais e cede espaço às manifestações da violência. Como lembra o autor, os atos violentos estão excluídos do discurso, uma vez que eles suspendem os pactos realizados pelas palavras. Segundo ele, no cenário sociopolítico atual, o ódio enquanto afeto pode “ultrapassar os limites extremos do simbólico e dirigir-se até os confins da fala” (p. 3). Nessa

32 Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

linha, podemos retomar as considerações realizadas anteriormente acerca da agressividade. Partindo das formulações freudianas, desde os primeiros anos de vida, os nossos intercâmbios com o mundo externo são permeados pela “expulsão de um excesso interno insuportável e impossível de nomear. Em resumo, seria localizar no mundo externo o que internamente se torna insuportável” (p 13).

A cota de agressividade constitutiva a qual o autor faz referência não é sinônimo do ódio ou do ato violento. Ocorre que no ódio radical ao semelhante pode-se encontrar uma via de escoamento parcial da agressividade na forma de excesso dirigido ao mundo exterior. O ódio enquanto afeto diferencia-se do ato violento. Como demonstra Reymundo (2018), no ódio há a presença de um sujeito, ao passo que no ato violento acontece a suspensão do ser falante. Tal diferenciação remete-nos ao ensino de Freud e Lacan: o primeiro aborda a fala enquanto fio condutor da rememoração, ao passo que o “o ato faz um curto-circuito e, literalmente, realiza o que deveria ser lembrado” (p. 14). Lacan, por sua vez, postula que “o que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala” (p. 14).

Seguimos com Reymond (2018) para esclarecer que nos dias atuais, o ideal neoliberal – transcrito pela psicanálise como o discurso do capitalista – “empurra o sujeito ao silêncio da autossatisfação autista e à ruptura do laço com o outro” (p. 16). O que advém da impossibilidade da fala é o declínio da “função pacificadora do simbólico” (p. 14) que deixa a agressividade e o ódio “deslizando sem referências até o limite do suportável pela fala. Para além desse limite, o ato violento” (p. 14). Esclarecemos, como informa o autor, que não se trata da lógica neoliberal objetivar a promoção do ódio, o que está em tela é a promoção do ódio como consequência da devastação da dimensão simbólica. Com o declínio simbólico, o sujeito fica

exposto à ferocidade dos imperativos de gozo da época, gozo sempre autista e tirânico que pode encontrar no outro semelhante, ora um obstáculo para a sua realização, ora um alvo para seus excessos. Um dos nomes desses efeitos devastadores na dimensão simbólica é a segregação, mais especificamente, a segregação do sujeito da palavra (p. 16).

Como descreve o autor, o declínio simbólico somado ao contexto neoliberal ressoa na democracia e nas instituições de modo que um dos efeitos observados é a fragilização e “a quebra dos laços solidários que visam um saber fazer com a diferença, um saber fazer que não é a segregação” (p. 15). Admitimos, pois, que a ascensão do discurso da ciência e do capitalista com o seu efeito desagregador e dispersivo produz o esfacelamento das solidariedades familiares e comunitárias (Miller, 2016).

Segundo Reymond (2018), o encontro com a diferença do semelhante desmonta a nossa imagem ideal, escancarando a nossa precariedade e falta-em-ser. O ódio, pois, pode resultar no ato violento que visa a eliminação da diferença. Como demonstra a história recente do Brasil, o ódio àquilo que não se compreende frequentemente transmuta-se nas múltiplas formas de racismo, de violência contra as mulheres, os negros, transgêneros e opositores políticos, por exemplo. Eis um dos desafios dos nossos tempos: saber fazer com a diferença para mitigar a segregação.

Para a psicanálise, o que está em jogo no plano da segregação é a “rejeição ao outro que se apresenta contra um gozo intrinsecamente ligado àquilo que não suporto em mim mesmo” (Ciscato, 2019, para. 4). Dizendo de modo mais preciso: “todo conjunto humano comporta em seu fundo um gozo deslocado, um não-saber fundamental sobre o gozo, que corresponderia a uma identificação” (Laurent, 2014, p. 3). Não sabemos, como escreve Laurent (2014), “o que é o gozo a partir do qual poderíamos nos orientar. Só sabemos rejeitar o gozo do Outro” (p. 1). A denúncia feita por Lacan retoma o cerne do colonialismo, a saber: a normalização do gozo daquele que é “deslocado, emigrado em nome de um dito bem dele” (p. 2). O que não suportamos é o gozo do Outro. Tratamos dele, como aborda Laurent (2014), por meio das nossas imposições e forjamos com isso grupos que excluem outros grupos. O que fazemos é imputar aos semelhantes classificações que subtraem deles as singularidades, os direitos e a possibilidade de fala. Dizemos: os subdesenvolvidos, os indígenas, os negros, gays e por aí vai. Unimo-nos para rechaçar o gozo do Outro que não goza como a gente. O que ocorre, então, não “é o choque das civilizações, mas é o choque dos gozos. Esses gozos múltiplos fragmentam o laço social, daí a tentação de apelo a um Deus unificador” (p. 1) ou de qualquer outra coisa que responda nessa função de servir à identificação.

O racismo, recorrente e perversa forma de segregação, encontra maneiras de perpetuação segundo as próprias modificações das formas sociais, “mas, conforme a perspectiva de Lacan, sempre jaz, numa comunidade humana, a rejeição de um gozo inassimilável, domínio de uma barbárie possível” (Laurent, 2014, para. 4). Cabe aqui destacar duas questões. Primeiro: o sujeito da psicanálise, como afirma Miller (2016), é aquele herdeiro da ciência, ou melhor, o sujeito universalizado e abolido dela. Trata-se, segundo o autor, de um sujeito “extraviado quanto ao seu gozo, pois o que a sabedoria tradicional poderia enquadrar desse gozo foi corroído, foi subtraído” (seção Segregação e modos de gozo). Segundo: ainda que o discurso da ciência se proponha ao antirracismo ao defender, por exemplo, a inexistência da raça a nível genético, não faz mais do que excluir novamente o sujeito, tornando-se, portanto, inoperante. Por isso,

Pode-se repetir o quanto se queira “nós, os homens”; é preciso constatar que isso não tem efeitos. Isso não tem efeitos porque o modo universal, que é aquele da ciência,

encontra seus limites no que é estritamente particular. Encontra seus limites no que não é nem universal, nem universalizável e que nós podemos chamar, com Lacan, o modo de gozo (Miller, 2016, seção Segregação e modos de gozo).

Os discursos, independentemente de quais sejam, são estruturas que produzem consequências. Dizer que a raça não encontra justificção no campo da ciência não é o mesmo que dizer que ela não carrega efeitos de organização do laço social. Enquanto estruturas, os discursos engendram a vida e não basta a rejeição ou a formulação de argumentos lógicos e contrários para que eles desapareçam. Nesses termos, Miller (2016) demonstra que “há raças que não são físicas” (seção As raças como efeito de discurso) e que “a raça constitui pelo modo como se transmite, na ordem de um discurso, os lugares simbólicos” (Lacan, 1972/2003 como citado em Miller, 2016, seção As raças como efeito de discurso).

Vemos que a história do Brasil combinada à análise da conjuntura atual revela a reiteração cotidiana do racismo e das mortes da população negra. A “violência nossa de cada dia, do ‘racismo cordial’, típico da brasilidade, nega a negritude e mantém o negro na condição de vítima da violência” (Vannuchi, 2017, p. 68). Os dados apresentados pelo Atlas da Violência (Cerqueira & Bueno, 2023) evidenciam a reiteração sistemática do racismo estrutural e da violência contra as pessoas negras. A queda da taxa de letalidade de pessoas negras observada entre 2017 e 2019 voltou a crescer no ano de 2020. Ao que parece, é justamente nesse sentido que Veras (2018) retoma a importância de pensarmos que o Outro para o negro não é apenas o branco escravagista e colonizador, mas também os “milhões de negros escravizados, em subempregos, as mães empregadas domésticas, os jovens negros assassinados a cada 23 minutos, os pais humilhados etc.” (para. 15). Não por acaso, o dado evocado pelo autor é idêntico àquele cantado pelo *rapper* Djonga³³, na canção *Favela Vive 3*, que denuncia a presença do racismo no século XXI.

Encontramos na música e nos autores anteriormente citados unanimidade quanto à existência no campo social das pessoas que têm pertença e proteção em detrimento das demais. Determinados grupos designam aqueles que valem e aqueles que não valem segundo as suas preferências, identificações, gozos e fantasias. O conjunto daqueles de “menor valor” é eleito como “bode expiatório” contra os quais a agressividade é dirigida. Cumpre-se a lógica da segregação e do racismo: desprezo, invisibilização e isolamento

33 “Parece que nós só apanha. Mas no meu lugar se ponha e suponha que no século XXI a cada 23 minutos morre um jovem negro e você é negro que nem eu, ‘pretin’, ó. Não ficaria preocupado? Eu sei bem o que ‘cê’ pensou daí: rezando não ‘tava’, deve ser desocupado. Mas o ‘menó’ ‘tava’ voltando do trampo. Disseram que o tiro só foi precipitado. No mais, saudade dos amigo que se foi. P.J.L pros irmão que tá na tranca” (Djonga et al. [compositor e intérprete], 2018).

seguido de violências simbólicas e físicas, privações, subtrações e destruições de bens materiais. Como diz Dunker (2019), segue latente o paradigma dos campos de concentração.

O racismo, “base do desenvolvimento do sistema capitalista moderno (a partir do século XVI)” e da estruturação da sociedade (Silva, 2017, p. 80), remete-nos ao sintoma coletivo herdado da própria origem escravocrata do Brasil que se atualiza enquanto violência nos processos de sociabilidade (Vannuchi, 2017). Referimo-nos à formação do Brasil baseada nos traumas decorrentes da exploração, violência colonial e crueldade intrínsecas à escravidão que subsidiou a consolidação do Estado Nacional no período do império. Tanto a formação quanto a representação da nação foram atravessadas e sustentadas pela sociabilidade e economia ancoradas no tráfico e exploração de pessoas escravizadas (Ribeiro, 1999 como citado por Vannuchi, 2017, p. 63).

Pinçamos o racismo e a segregação na ampla gama de significantes encontrados nas entrevistas e no trabalho de campo porque constatamos que as ideologias e as condições socioeconômicas também engendram as estruturas psíquicas, como demonstra Isildinha Baptista Nogueira (2017), reiterando ainda que:

O “ser negro” corresponde a uma categoria incluída num código social que se expressa dentro de um campo etno-semântico em que o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos (p. 123).

Vannuchi (2017) desvela que as barbaridades cotidianas encobertas pelos discursos da mestiçagem e da democracia racial continuam empurrando as pessoas negras e não brancas à condição da “não existência” (p. 66). Há, como demonstra a autora, um desmentido no discurso coletivo que insere no imaginário social as representações negativas das pessoas negras. Segundo ela, a branquitude faz da brancura uma imagem fetiche que promove a violência na medida em que a introjeção desse ideal pode conduzir “o sujeito negro a desejar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo” (p. 67).

Nesse sentido, Silva (2017) aclara que os atributos negativos advindos do racismo ganham força nos discursos forjados pelos grupos hegemônicos. Dessa maneira, tais elementos discursivos passam a fazer parte dos processos de identificação e identidade, produzindo, conseqüentemente, uma espécie de “marca psíquica de impedimentos e manutenção de um lugar social de subordinação e inferiorização no estabelecimento das relações sociais e pessoais, funcionando como indicadores de sofrimento psíquico” (p.87). Produzido e fixado nos planos simbólicos e materiais, o racismo consolida a sua vitória desde a dimensão psicológica na medida em que a criminalização, invisibilização e subalternização

das pessoas estabelecem condições sub-humanas. A ideologia racista, com as suas legitimações, interfere sobremaneira nos processos de identificação e identidade do povo brasileiro, gerando rompimentos, marcas e sofrimentos psíquicos (Silva, 2017). O que observamos nesta pesquisa corrobora com aquilo que já foi destacado por Silva Júnior (2017), a saber, que:

O sofrimento entrava e espolia a subjetividade, interditando a capacidade psíquica de reflexão e a relação consigo e com o outro. Assim, uma experiência de intenso sofrimento pode levar ao encolhimento do espaço interior, atingindo o núcleo mais profundo de si, seu sentimento de identidade e de existência: miséria psíquica e social (p. 177).

Nogueira (2017), ao abordar o ideal da brancura e seus entrelaçamentos com a vida psíquica dos sujeitos, afirma que os negros passam por processos de caráter confuso a nível do inconsciente, uma vez que o ser sujeito em relação ao outro representa também a negação da realidade do próprio corpo.

Compreendemos que a “face horrenda da segregação é sua mutação em figuras de invisibilidade” e que ela é o polo contrário ao funcionamento social que desejamos (Dunker, 2019). Um possível tratamento a este tipo de violência, como aponta Dunker (2019), é o retorno à singularidade em que cada sujeito porta uma diferença constitutiva. Assim, desviamos das formas uniformizantes que velam as práticas segregativas, fazendo ver a unicidade escondida pela homogeneização dos grupos. Tabacof (2017) afirma acertadamente que a “dor de uns não é maior que a dor de outros, mas quando a dor e a glória são narradas e transmitidas, é possível processar as experiências traumáticas e, em alguma medida, ultrapassá-las” (p. 52).

Os argumentos desses autores figuram entre as apostas desta pesquisa. O que se pode com a psicanálise é reconhecer a existência do gozo insuportável e rejeitado que permitirá a sustentação da diferença absoluta para além da via identificatória (Ciscato, 2019). Pode-se “dar voz àquilo que está emudecido”, movimentando a esfera das representações, da construção e desconstrução das imagens, testemunhar e tratar desse pesadelo social (Vannuchi, 2017, p. 68). Diante da segregação, a ética da psicanálise e o desejo do analista devem “reconhecer a existência do conflito, suportar a sua violência e encontrar palavras para falar sobre ele” (Tabacof, 2017, p. 48). O que fazemos é “dar lugar a essas forças, não recuar diante dos demônios que nos dispomos a invocar, é a ética do nosso ofício” (Tabacof, 2017, p. 50).

Caminhando com esses autores, pretendemos ir além do entendimento da lógica de hierarquização que fundamenta o racismo. Faz-se necessário reconhecer as suas mutações, seus discursos e contornos, colocando em escuta a “dor condenada ao silêncio, da presença

constante do racismo à brasileira, que – negado, feroz e naturalizado – tem efeitos na subjetividade de quem o sofre, de quem o atua e em todo o universo social que o atravessa” (Tabacof, 2017, p. 46-47).

Silva Júnior (2017) reforça que enquanto realidade social e cultural, o racismo pauta-se pelo fenótipo como ponto de partida das discriminações e delimitações dos grupos. Porquanto, a “primeira lição do corpo em sociedade é: em nenhum lugar do mundo, até hoje, o corpo biológico é o corpo social” (p. 161). Como diz o autor, o corpo está sempre inserido em algum grupo, etnia, nação ou comunidade e é marcado pelas convenções culturais e pela história. Essas marcas inscritas no corpo – “impressas temporária ou definitivamente em nossa pele biológica, a primeira pele” (p. 161) – confrontam a segunda pele (tecido social) que “nos faz seres humanos para outros seres humanos” (p. 161). O corpo, para a psicanálise, como exposto a seguir, não é completamente determinado pelo aparato biológico que o sustenta. Trata-se, na verdade, de uma construção; uma invenção na qual cada sujeito precisa implicar-se para sustentar a vida.

4.3 Fazer corpo

O corpo humano é o lugar da similitude e da estranheza, onde se faz marca de afeto e de privação; nele há uma topologia singular que evidencia o trilhamento primeiro, em que a experiência faz sulcos percorrendo a carne, apontando sua consistência e sua inconsistência; o lugar da geração da vida e, também, da morte.

(Sobral & Viana, 2019, p. 225)

O verbo *fazer* inscrito no título não é opção fortuita. Trata-se de indicar, como será demonstrado a seguir, não a existência de um corpo pronto e acabado, mas do corpo sempre em construção e portador da singularidade. O corpo é, sobretudo, uma experiência. Inserir esta seção imediatamente após as considerações sobre a violência, agressividade e segregação também é proposital. Podemos aqui, em primeiro lugar, retomar o Estádio do Espelho não apenas como o momento em que a agressividade galga o seu lugar no ser, mas também como ponto de partida para a abordagem do corpo que na teoria e na prática analítica ocupam lugar primordial. A imagem corporal formada nesse momento torna-se tanto a função do eu quanto a matriz do registro imaginário que possibilita a transição de um corpo inicialmente experimentado como despedaçado a um corpo capaz de diferenciar um fora e um dentro, formando um contorno promotor da unificação parcial do corpo (Nicolau & Azevedo, 2019).

Na orientação lacaniana, a experimentação da imagem refletida no espelho combinada aos significantes do Outro que adentram o corpo confere o aspecto de unidade ao

sujeito (Sobral & Viana, 2019). A “primeira precipitação do corpo no formato de uma imagem dá-se pela identificação à imagem do semelhante, como uma alienação a uma imagem similar” (p. 227). O Estádio do Espelho fornece o terreno necessário à intrusão simbólica, uma vez que a criança que antes era incapaz de desalienar-se adquire a capacidade de identificar-se ao outro no lugar da sua própria imagem (Askofaré, 2019). Partindo da formulação do Estádio do Espelho, Lacan atribui ao corpo uma “consistência imaginária” para, em seguida, afirmar que o próprio “imaginário é o corpo”, inserindo-o “no centro da psicanálise como prática e discurso” (p. 35).

Lembremos que a importância dada por Lacan ao corpo remete à própria invenção da psicanálise. Como demonstra Askofaré (2019), foi a escuta das histéricas que conduziu Freud a “colocar no coração da clínica e da teoria analítica o corpo e a relação com o corpo” (p. 36), delimitando-o como o lugar da memória, da voz, dos efeitos de significados e do gozo (satisfação, sofrimento, desprazer, dor). A descoberta freudiana do inconsciente, tal qual o concebemos na teoria analítica, foi impulsionada pelo abandono dos métodos hipnóticos, conduzindo Freud à constatação de que o corpo submetido à escuta clínica não era apenas um organismo no sentido biológico e médico, restrito à anatomia dos órgãos e tecidos, mas um corpo que se colocava além da sobrevivência e autopreservação, ou seja, “um corpo que advinha a partir de uma linguagem comum, de uma narrativa acerca de um histórico de vivências e experiências subjetivas” (Silva & Henderson, 2019, p. 286).

Freud percebe que a histeria e/ou o corpo da histerica não era definido apenas pelas afasias, paralisias e pelos outros sintomas. Tratava-se, na verdade, do corpo enquadrado pela representação corporal da época; o corpo engendrado pelo discurso do imaginário social (Lazzarini, 2019). Uma vez abandonada a hipótese do corpo como mero organismo, aparato biológico e somático, a psicanálise passa a concebê-lo a partir do seu entrelaçamento com a linguagem. Freud concebe o corpo erógeno, inserido na linguagem, na representação, na memória e significação (Lazzarini, 2019), construindo assim um terreno fértil às elaborações vindouras de Jacques Lacan.

Em psicanálise, o corpo passa do fisiológico ao domínio simbólico da representação, tornando-se suporte para as manifestações dos conflitos inconscientes (Askofaré, 2019). Falamos do corpo como “objeto para o psiquismo, corpo da representação inconsciente, corpo investido numa relação de significação, construído em seus fantasmas e em sua história” (Lazzarini, 2019, p. 183-184). Freud e Lacan fizeram da psicanálise uma clínica do corpo; conforme Askofaré (2019), a psicanálise é a clínica que parte do corpo e a ele retorna, reconhecendo-o como “superfície de inscrição” (p. 40) com função significativa, suporte da relação e do sintoma. Como lembra o autor, o “verdadeiro corpo humano (*versus* organismo), o corpo capaz de gozo, o corpo apto ao amor e ao desejo é uma atribuição languageira, isto é, totalmente contrário a um dado natural imediato” (p. 39).

Alberti e Martins (2019) lembram que corpo inato e regido pelos instintos dos outros animais difere-se do corpo humano na medida em que a unificação da imagem no Estádio do Espelho decorre do encontro entre o bebê e o seu cuidador, inscrevendo, desde esse momento, a marca do desconhecimento e da alienação como constitutivos do eu. Em outras palavras: acontece no campo especular um processo de identificação a partir do olhar do Outro no qual a criança assume a sua própria imagem. Conforme Nicolau e Azevedo (2019), a intervenção do Outro acarreta a “desnaturalização do corpo”, de forma que as “ações da pessoa externa produzem alterações internas que trazem as consequências mais radicais para o desenvolvimento das funções do sujeito” (p. 111). Com isso, segundo os autores, o sujeito humano passa a ser regulado pelo laço que estabelece com o outro. Está colocado, portanto, o impossível de tornar-se sujeito sem a dimensão da linguagem, das relações com os semelhantes e com o próprio corpo.

De acordo com Nicolau e Azevedo (2019), o encontro entre o bebê e o adulto marcam para esse primeiro o enlaçamento entre a linguagem e o corpo e a introdução da dimensão simbólica. Desse encontro acontece a “promoção do vivente ao estatuto falante, ou, ainda, há uma suposição de sujeito entremeando a relação mãe-filho” (p. 113). Como informam, é “essa promoção e interpretação, violenta e necessária, que desnaturaliza a organicidade do bebê humano e permite que ascenda à dimensão de sujeito de desejo” (p. 113). Nessa esteira, Lazzarini (2019) retoma a teoria de Jacques Lacan para descrever que a entrada do vivente na linguagem promove a impossibilidade de acesso ao corpo real, ou seja, no que tange a construção da identidade humana, o corpo intervém sob a forma de imagem (imagem do corpo) intrinsecamente ligada ao sujeito e à sua história.

Pode-se deduzir com a autora que a imagem do corpo é própria a cada ser, ao passo que o esquema corporal representa aspecto diverso, isto é, o esquema corporal pode ser compreendido como a “necessidade de viver” e como um “dato natural” (p. 187), pois “o corpo humano constrói e se desconstrói ao ritmo de sua relação à demanda do Outro” (p. 187), fazendo-se como um efeito e um “produto de um processo de simbolização e investimento libidinal do organismo” (Askofaré, 2019, p. 38). Afirmamos, com Askofaré (2019), que o corpo – efeito e experiência – só pode ser acessado pelo sujeito quando mediado pelo simbólico.

Nesse ponto, na transição do corpo concebido no campo da imagem ao corpo enquanto dispositivo simbólico, situa-se uma das mudanças de concepções propostas por Lacan ao longo do seu ensino. Retomamos brevemente o desenvolvimento de Nicolau e Azevedo (2019), que situam cronologicamente as contribuições de Lacan: em 1940, o corpo foi primeiramente localizado como sede do eu sob a dimensão do registro imaginário. Como destaca Víctora (2016), Lacan desenvolve concepções de corpo relacionadas aos objetos que dele (corpo) podem ser destacados, “mas que se mantêm sempre circulando por suas bordas: seio, fezes,

e ainda funções como o olhar e a voz, tomadas como objetos” (para. 3) que contornam a “imagem de como o sujeito se vê, e como acredita ser visto pelos outros” (para. 7).

Em seguida, décadas depois, Lacan realocou as questões sobre o corpo no domínio simbólico, marcado pelo significante e delimitado pelo objeto *a*³⁴ (Nicolau & Azevedo, 2019). O corpo assume o lugar de “envelope tecido pela linguagem. É como uma segunda pele, feita por uma rede de significantes” (Víctora, 2016, para. 6). Conforme destaca Víctora (2016), a trama simbólica formada pela incorporação dos significantes ganha relevo e fornece os subsídios ao futuro sujeito. Segundo ela, a rede tecida pelo emaranhado de palavras cuja organização depende dos significantes formará – parcialmente – a unidade de ser. O corpo, então, submete-se às regras da linguagem tornando-se “passível de associações e de interpretação” (para. 11).

O ensino lacaniano, como referimos, não é mera evolução teórica que pode ser lida apenas sob a perspectiva cronológica, em outras palavras, Lacan não necessariamente muda um conceito ou abandona-o. Muitas vezes ele o retoma para avançar um pouco mais, adicionando camadas de complexidade para dar conta dos fenômenos sobre os quais se dedica. Por isso, o corpo desde a leitura do simbólico retoma as bordas (zonas erógenas) para delimitar os “pontos de encontro entre a experiência orgânica e a imagem do corpo” (Brousse, 2014, p. 6). Brousse (2014) lembra que os olhos, ouvidos e outras extremidades e orifícios do corpo “permitem grampear a imagem com o organismo (o que Freud já enfatizava e que Lacan vai retomar), chamando este grampo de *objeto pequeno a*” (p. 7). Ocorre, como diz a autora, que é

[...] a linguagem que permite articular as experiências corporais de gozo com a imagem que, em si mesma, não implica absolutamente uma experiência de gozo, a não ser aquela que Lacan enfatiza desde o início, chamada por ele de *experiência jubilatória* (p. 8).

Seguimos com Brousse (2014) para lembrar que os *objetos a* não se limitam ao “ponto de encontro entre imagem e organismo” (p. 9), eles são “também o ponto de oposição ou de contestação entre o corpo como imagem e a experiência corporal” (p. 9). O laço agenciado pela linguagem entre a imagem e o organismo remete-nos às formulações posteriores.

34 O objeto *a*, também nomeado de “objeto do desejo”, está presente nos três registros propostos por Lacan: Real, Simbólico e Imaginário. No registro Real, o objeto *a* diz respeito ao desejo inconsciente com a sua dimensão inapreensível e de resto não simbolizável. No campo Simbólico, ele está entrelaçado ao discurso e às formas de gozo. No registro Imaginário, ele se refere aos objetos destacáveis que compõem o corpo, ou seja, às suas bordas: olhar, voz, fezes, seio (Víctora, 2016).

Na década de 1970, então, o corpo foi tomado como ponto de tensão e lugar da experiência de gozo, aproximando-se do registro do Real (Nicolau & Azevedo, 2019). Nesse último aspecto, no registro do Real, Sobral e Viana (2019) apontam que para Lacan “o inconsciente é um saber a nível do corpo” e que “o sentido de sintoma vem do real”, atravessando “o corpo para impedir que as coisas andem, colocando-se como pedra no caminho” (p. 226). A transição do imaginário (Estádio do Espelho) ao Real (sintoma e gozo) na teoria lacaniana coloca em evidência que a “linguagem atravessa a carne” (Nicolau & Azevedo, 2019, p. 112). O corpo, como demonstram Sobral e Viana (2019), é “território marcado pelos paradoxos da pulsão” (p. 228), é “substância que se goza” (p. 230). Há no corpo, como afirmam os autores, duas dimensões: uma representável por meio das imagens e palavras, e outra que por ser inacessível ao sujeito permanece irrepresentável.

Seguimos com os autores para esclarecer que a pulsão descrita por Freud nas suas formulações sobre a sexualidade é precisamente o “efeito da articulação entre corpo e psiquismo” (p. 228). Segundo eles:

Essa articulação, no tocante ao ser humano, nunca se dá de forma completa, fechada, ela necessita de uma instrumentação na qual a pulsão tem a competência de fazer o sujeito funcionar, mesmo à sua revelia. Algo pulsa, sem controle, sem consentimento, já que o pacto da pulsão é com o inconsciente, e se ela pulsa é porque pede, a todo instante, uma satisfação (Sobral, 2014 como citado em Sobral & Viana, 2019, p. 228).

A pulsão, cujo pacto é com o inconsciente e que visa a satisfação, lembra, como dissemos, a impossibilidade de completude, seja ela corporal ou de outra ordem. A questão no tangente ao sujeito está sempre colocada em possibilidades parciais: o corpo não é todo unificado, a pulsão nunca se satisfaz por completo. A falta, a insatisfação e a impossibilidade são constitutivas, para lidar com isso não há alternativa senão recorrermos à linguagem para escapar das invenções mortíferas que almejam a satisfação total. O corpo Real proposto por Lacan “inclui o corpo orgânico – ossos, órgãos, etc., mas não se reduz a isso – pois ele só existe à medida que for falado” (Víctora, 2016, para. 5). O corpo Real, cuja existência se condiciona ao aparato simbólico proveniente da linguagem, torna-se, como esclarece Víctora (2016), depositário daquilo que é recalçado pela consciência. Trata-se de identificar o corpo real “como o recalçado do corpo do desejo inconsciente. É um corpo inconsciente que insiste atrás destas representações não faladas” (NACHT, 2000 como citado em Víctora, 2016, para. 9). Tomamos emprestadas as considerações da autora para aclarar nossa transmissão:

O sujeito nasce com um corpo orgânico que segue uma *bio-lógica*, com um sistema mais ou menos autônomo, no sentido de ser independente da consciência, mas que

não fica imune aos processos inconscientes – que irão organizar ou desorganizar esta lógica “bio”. Mas este corpo biológico, que integra o corpo real, não sobrevive por si só, e só ganha vida na medida em que outras instâncias interferem nele. A instância simbólica, ou seja, as palavras advindas dos outros, vêm para *animá-lo*, no sentido original, de *animare*, do latim: dotar de vida (*animus*: espírito, energia, coragem, audácia, vontade, desejo e paixão) (Víctora, 2016, para. 8).

A introdução do registro simbólico, como esclarece a autora, confere vida e anima o ser. O que subverte a lógica instintual e coloca os humanos em posição de exceção em relação aos demais é justamente a linguagem. A pulsão, diferentemente do instinto, não alcança a satisfação completa. O corpo, apesar de sustentar-se por meio da dimensão biológica, não pode ser resumido aos seus órgãos. O trabalho de Freud esclarece que apenas a racionalidade não basta para aclarar as maneiras como estabelecemos os nossos vínculos com os semelhantes; Lacan, no seu retorno à letra freudiana, reordenou os ensinamentos psicanalíticos dando especial lugar ao corpo e à linguagem. No registro simbólico em que operam as palavras é que a vida pode tomar formas mais ou menos afeitas à cultura do momento. Atento aos fenômenos da sua época e visionário quanto ao desenvolvimento da sociedade, Lacan buscou na linguagem e nas matemáticas uma maneira própria de desvelar a vida na cena coletiva, estabelecendo com isso uma fórmula própria que nos permite realizar a leitura do nosso tempo numa prática situada entre a cena coletiva e a singularidade dos sujeitos: a teoria dos discursos.

4.4 O laço social

Elegemos o laço social enquanto chave de leitura e forma de produção da pesquisa porque entendemos que esse é o elo possível entre o singular e o coletivo. Com esse conceito, podemos suspender, “do ponto de vista topológico”, a “divisão entre o singular do sujeito *versus* o social ou o político” e, por conseguinte, diluir a “divisão entre a psicanálise em intenção e psicanálise em extensão” (Souza, 2008, p. 113). Como exposto nas seções anteriores, a ascensão do sujeito está intimamente conectada à dimensão da linguagem e às experiências subjetivas. O humano conforma-se, portanto, pelas relações que estabelece com os outros através da linguagem.

Lacan (1969-1970/1992) entrelaça a clínica ao campo coletivo por meio do conceito de laço social. O que ele faz, como informa Coelho (2006), é “articular os campos da linguagem e do gozo, o sujeito e o saber inconsciente” (p. 107), inaugurando uma forma nova de pensar os vínculos e as estruturas clínicas. Na teoria lacaniana, o laço social pode ser tomado como uma maneira de acessar o coletivo sem renunciar aos fundamentos da clínica

psicanalítica. Com isso, a psicanálise mantém o inconsciente em destaque, diferenciando-se dos outros campos do saber, como a sociologia e a antropologia. O sujeito do inconsciente, derivado de um enlace discursivo reproduzido sob transferência, conduz Lacan a propor o discurso como um modo “de uso da linguagem como vínculo social, pois é na estrutura significante que o discurso se funda” (Coelho, 2006, p. 108).

A assertiva de que o laço social se deriva da linguagem e produz o discurso requer um esclarecimento. O “conceito discurso” não é necessariamente psicanalítico. Souza (2008) recorda que durante anos tal conceito se manteve na teoria analítica sob a sua perspectiva convencional, ou seja, aquela própria ao campo da linguística. Apenas mais tarde, como destaca o autor, ele recebe a função de “uma textura formada por letras” (p. 18), passando a ser concebido como laço social. Influenciado pela corrente de pensamento estruturalista – mormente pelo pensamento de Claude Lévi-Strauss, Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson –, Lacan retoma a linguagem como “função essencial no desenvolvimento e no próprio comportamento do animal humano”, destacando a “dominância que o simbólico exercia sobre o orgânico” (Souza, 2008, p. 20).

O passo dado por Lacan proporciona à psicanálise transformar o discurso numa teoria própria que prevê, segundo Souza (2008), que os

[...] elementos singulares e discretos da linguagem estabelecem um tipo de relação covariante. Aqui, também, o valor de cada um deles não existe em si mesmo, mas vai depender da relação que mantém com elemento vizinho, que o antecede ou sucede, numa “pura diferença”, na cadeia de significantes, diz Lacan, como se estivesse parafraseando Saussure (p. 39).

Orientado pela noção linguística de que o “pensamento organiza-se de acordo com a ordem das palavras ou mesmo segundo os sons, já que os fonemas são também entidades de oposição” (Souza, 2008, p. 30), Lacan faz a psicanálise “se desprender da ilusão de que o significante responde à função de representar ao significado...[ou]...que o significante deve responder de sua existência a título de qualquer significação que seja” (Lacan, 1966 como citado em Souza, 2008, p.38). Por isso, como lembra Askofaré (2019), o discurso não se refere aos laços naturais ou gregários; ao transformar o discurso em laço, Lacan não faz nenhuma referência à linhagem. Na verdade, a própria escolha do substantivo *laço* rompe a ideia de relação contígua, visto que na teoria dos discursos, “o laço é o que assegura a coexistência sincrônica de dois ou mais termos” cuja coexistência e sincronia não representam “puros significantes, mas sim corpos” (p. 41). Como será demonstrado a seguir, os matemas que representam os discursos são sustentados pelo corpo, ou seja, pelo “agente” e pelo “outro” (Souza, 2008), por esse mesmo motivo, pela consideração de que o corpo

compõe cada um dos discursos, Lacan postulou o discurso dissidente – o discurso capitalista – como aquele incapaz de fazer laço social.

O discurso no matema lacaniano é “representado por uma estrutura sem palavras” que ordena e regula os relacionamentos (Coelho, 2006, p. 108). Explicamos: por “estrutura sem palavras” não queremos dizer que elas (as palavras) estão excluídas da trama discursiva; o que está expresso por meio da ausência de palavras é que o discurso é precisamente uma “estrutura necessária que subsiste na relação fundamental de um significante com outro”, na qual as palavras tornam-se ocasionais (Coelho, 2006, p. 109). O que vale, então, são as relações estabelecidas entre elas desde a visada de cada sujeito. Eis a descoberta lacaniana: a não correspondência entre a palavra e a coisa. Em outras palavras, trata-se da primazia do significante sobre a semântica. Dizemos, portanto, que “os discursos nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o *status* existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem palavras, que vêm em seguida alojar-se nele” (Lacan, 1969-1970/1992 como citado em Coelho, 2006, p. 109).

Coelho (2006) aclara que a proposta lacaniana consiste num determinado “modo de uso da linguagem como vínculo social” (p. 111) fundamentado e produzido pela estrutura e articulação da cadeia significante. A via do significante, como afirmam Rosa e Domingues (2010), permite tangenciar o “modo singular de enredamento no laço social” como estratégia de elucidação e “compreensão do fenômeno estudado” (p. 187). Dessa forma, o dispositivo do discurso é um “novo espaço a partir do qual deve-se reler de uma outra maneira a própria função do significante” (p. 106). *Discurso* não é mera correlação de palavras, mas relação entre o Saber e o gozo que obedece à condição de “fazer limite entre o real e o simbólico, através dessa noção de letra” (Souza, 2008, p. 110). Dizemos, então, que a estrutura do discurso implica sempre em uma relação com o Outro: o sujeito dividido e a satisfação perdida³⁵. Valendo-se dos discursos radicais³⁶ que representam as diferentes modalidades de laço, Lacan buscou desvelar “a causa do sofrimento do analisante, procurando dar conta de uma relação entre o privado e o público, ou melhor, entre o singular e o público” (Souza, 2008, p. 103).

O laço social como aquilo que faz interface entre o público e o singular é tomado nesta pesquisa da seguinte forma: aquilo que há de comum e o que se refere à unicidade própria a cada sujeito. Encontramos no campo comum as questões relacionadas à vulnerabilidade social, marginalização, violências, uso de SPAs, precarização da vida e segregação – sobretudo, o racismo –, por exemplo. Encontra-se também no lado comum o território e seus usos. A periferia e as quebradas estão dentro da cidade, mas nem por isso elas integram a dinâmica hegemonicamente prescrita (residência convencional, trabalho formal etc.), uma vez

35 Contribuição de Cristina Moreira Marcos.

36 Discurso do mestre, discurso do histórico, discurso do universitário e o discurso do analista.

que além das questões citadas, existem as barreiras materiais e simbólicas, as correlações de poder e a dinâmica do capital. Logo, o que há de comum é de certa forma aquilo que está dentro, mas não faz parte, ou seja, a exclusão.

O que então torna-se passível de captura pela psicanálise? Aquilo que é próprio a cada sujeito na relação com os seus semelhantes. A exclusão e a precariedade são comuns, ao passo que o modo como cada ser torna-se partícipe da trama social, não. A psicanálise busca a inovação expressa nas modalidades de laço social para ler em outros termos como os sujeitos se fazem existir (ainda que na exclusão e na violência, por exemplo). A tessitura entre o singular e o público pode ser apreendida sob a perspectiva do inconsciente como o lugar em que se articulam paradoxos sem que eles necessariamente sejam contraditórios³⁷. Para sermos mais precisos, recorreremos a Torossian (2016), segundo a qual acostumamo-nos a pensar sob a ótica dual em que as duas opções distintas tornam-se excludentes, isto é, como ela explica, que da perspectiva psíquica podemos muito bem amar e odiar algo ou alguém; não raro, nossas palavras e ações não correspondem àquilo que pensamos ou idealizamos; repudiamos a violência na mesma medida em que muitas vezes a praticamos; escolhemos segundo as nossas experiências e expectativas, mas também conforme o inconsciente que nos habita. A todo instante colocamos em marcha as contradições. Sabendo disso, Lacan fez avançar a psicanálise de modo a permitir alcançar o inconsciente nas suas articulações com o campo social.

Inspirado pela linguística e pelas matemáticas, ele construiu “uma álgebra própria em forma de quadrípode” com quatro casas que mantêm “relações rígidas entre si” e cuja produção advinda de cada forma de vínculo acarretará um determinado “efeito de escritura que afeta o sujeito” (Souza, 2008, p. 115-116). Para esclarecermos quais são os termos e posições da álgebra, ilustramos a estrutura elaborada por Lacan: a primeira figura denota o ponto de partida e a sustentação para a álgebra seguinte. Consideramos, neste primeiro momento, a existência de dois polos. A casa à esquerda é nomeada de “lugar do sujeito” e representa o ponto de nascimento do discurso. À direita está o quadro “outro significante”, que delimita para onde o discurso se dirige (Souza, 2008).

37 Contribuição de Tharso Peixoto, psicanalista, doutorando em psicologia pela PUC Minas.

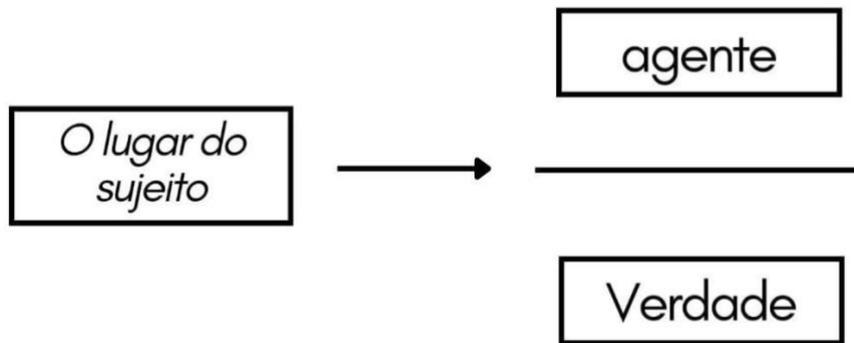
Figura 1

Estrutura primária do discurso.



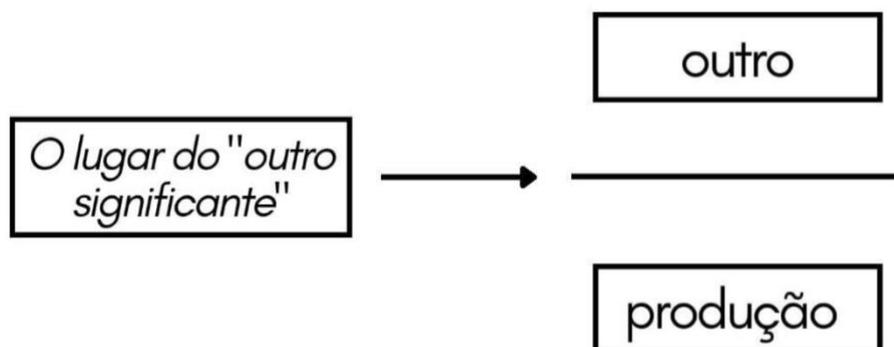
Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

Avançamos na fórmula inserindo em cada um dos polos dois novos lugares. Posicionado à esquerda, no “lugar do sujeito”, acrescentam-se as casas “agente” e “verdade”. A casa “agente”, da qual emerge o discurso, pode ser tomada como a referência do discurso vigente (universitário, histórico, mestre, analista). Essa posição “funciona como uma matriz para que a fala possa produzir diferentes efeitos sobre esse “outro lugar” (Souza, 2008, p. 117). A “verdade”, posicionada à esquerda e abaixo, dá sustentação ao agente, do qual partirão os vetores que transformarão os discursos. A verdade é o lugar de abrigo de cada discurso. Lembremos, é claro, que para a psicanálise a verdade mantém sempre uma estrutura de ficção e nunca pode ser completamente acessada. Rabinovich e Couto (2001) informam que falsidade e verdade “se rompem no jogo significante do inconsciente freudiano”, pois o sujeito “fala sem saber o que diz”, já que a verdade “sempre pela metade” se disfarça no “equivoco de seu sintoma, de seu lapso, de seu sonho... Verdade dita ‘a meias’ por um sujeito dividido, cuja cisão constitutiva não admite nenhuma totalização, nenhuma unidade, nenhuma plenitude de sentido” (p. 11). Quanto à verdade, Lacan (1969-1970/1992), ao tratar do discurso do mestre, alerta que “uma verdade oculta não quer dizer que esse discurso se oculte (p. 74). Pode-se, portanto, extrair dessa ficção que ocupa o lugar de verdade os elementos norteadores do discurso e da inscrição do sujeito no laço social. Vislumbrada, ainda que de forma precária ou parcial, podemos deduzir dela os efeitos de cada discurso.

Figura 2*O lugar do sujeito.*

Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

O “lugar do outro significante”, grafado à direita do “lugar do sujeito”, constitui-se como a sede de dois outros termos, são eles: o lugar de “outro” (na casa acima) e a “produção” (logo abaixo). A produção diz respeito àquilo que é gerado pelo discurso, encontrando-se pela própria estrutura do matema “em disjunção com a sua produção” (Rabinovich & Couto, 2001, p. 13). O “outro” se refere à direção tomada pelo discurso, ou seja, a quem ele é dirigido. Rabinovich e Couto (2001) demarcam que a comunicação pode ser entendida como “a transmissão de um sentido de um sujeito a outro. Se, por acaso, há algum outro ao qual o discurso se dirige, esse é o grande Outro, alteridade irreductível” (p. 17)³⁸.

Figura 3*Lugar do outro significante.*

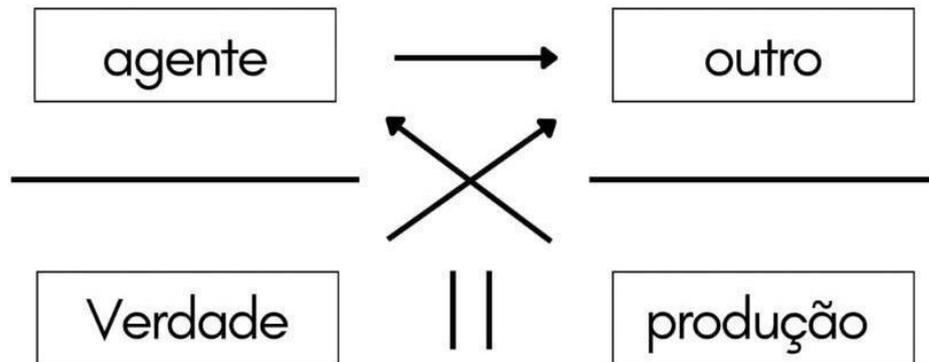
Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

³⁸ Observamos que “outro” no contexto da álgebra lacaniana encontra-se grafado das duas maneiras na literatura.

Podemos agora avançar na construção do matema inserindo as duas casas correspondentes aos “do sujeito” (à esquerda) e do “outro significante” (a direita), como demonstrado a seguir:

Figura 4

Estrutura do discurso.



Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

Encontramos em Coelho (2006) a síntese das quatro casas (ou lugares) expostas acima:

O *agente* organiza a produção discursiva, domina o laço social, ao dar o “tom” ao discurso e possibilitar que haja alteridade. O *outro* é aquele a quem o discurso se dirige. O outro precisa do agente para se constituir. A *produção* é o efeito do discurso, é aquilo que resta. A *verdade* sustenta o discurso, mas é acessível apenas pelo “semi-dito”. A verdade não pode ser toda dita, havendo uma interdição (//) entre a produção e a verdade (p.110).

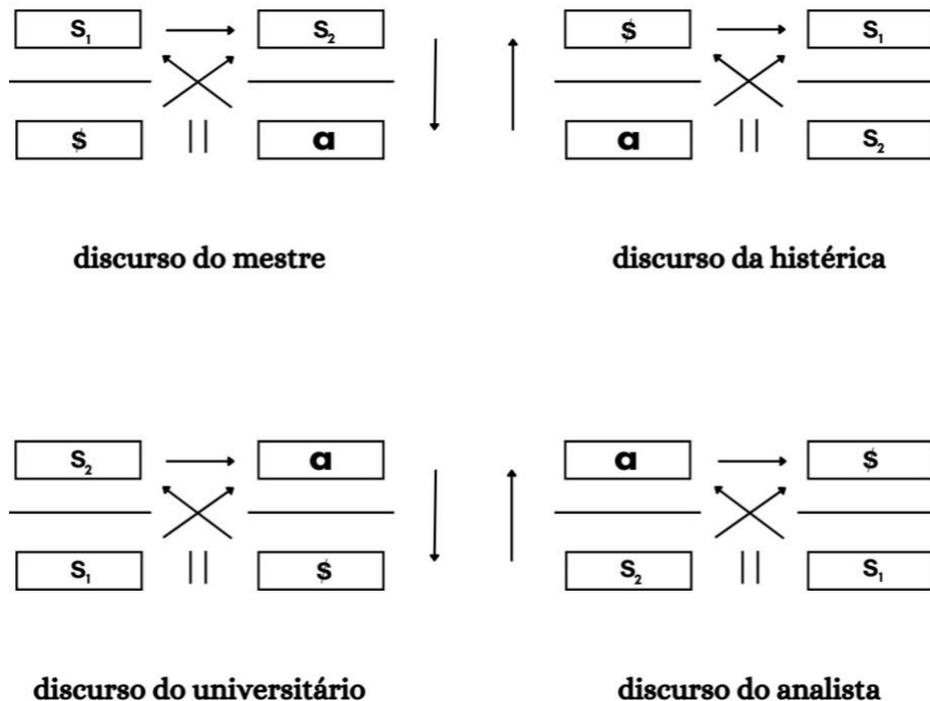
As quatro casas fixas do matema (agente, outro, verdade e produção) são ocupadas por quatro letras que se movimentam de maneira lógica. Conforme Souza (2008), o deslocamento das letras na álgebra pode ocorrer no sentido horário ou anti-horário, sempre com um quarto de volta e sem qualquer possibilidade de alteração fora dessa lógica. Conforme o autor, os movimentos de um quarto de volta permitem a dedução da posição do sujeito na estrutura linguageira, construindo “uma permutação cíclica que é determinada pela presença de um elemento gerador” (p. 117). Por isso, temos no matema a presença das setas e barras, que denotam o trânsito, as interações e as interdições entre os termos da fórmula.

Seguimos com Rabinovich e Couto (2001) para demonstrar os quatro discursos advindos de “quatro configurações significantes que se diferenciam e se especificam por sua distribuição espacial” (p. 10). Como dissemos, são quatro “postos fixos, quatro significantes

que rodam nesses mesmos postos e que determinam, na sua rotação, a emergência da própria trama discursiva” (p. 10). Na imagem a seguir podem ser observados os quatro discursos fundamentais e as movimentações (no sentido horário) de um quarto de volta das letras que os agenciam.

Figura 5

Os quatro discursos radicais.



Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

Esclarecemos com Rabinovich e Couto (2001) do que tratam as letras integrantes dos discursos: o s corresponde ao sujeito que é sempre castrado e dividido pela incidência do significante; o S_1 refere-se ao significante mestre, que não é dotado de significação apriorística e detém a função de articular a própria cadeia de significante – na matemática lacaniana o S_1 pode corresponder ao “traço unário”, “significante da lei” e “falo simbólico”, por exemplo –; em todos os casos, ele atua na condição de organizador do discurso e representante do sujeito. O S_2 diz respeito à cadeia de significantes, trata-se da rede de conexões e por isso é denominado também de Saber. O a (objeto a ou pequeno a) pode ser simploriamente definido como o “mais de gozar” ou causa de desejo, trata-se daquilo que escapa à captura e circula entre os significantes. O “ a ” é “objeto-produto, resto, resíduo de uma operação” de “surgimento do sujeito pela ação do sistema significante. Não se trata de um objeto ‘natural’, ‘dado’, mas de um objeto-efeito da ordem simbólica” (p. 14).

Os quatro discursos fundamentais (ou radicais) delimitam as principais formas de inserção e permanência dos sujeitos nas tramas languageiras e sociais. Cada um deles, como anunciou Lacan (1969-1970/1992), apresenta efeitos diferentes quanto à posição do sujeito frente à castração e ao tecido simbólico. Diante da nossa temática, não discorreremos sobre as suas especificidades, optamos, pois, pela abordagem de uma derivação do discurso do mestre: o discurso do capitalista³⁹.

O discurso do mestre é o discurso formulado em torno do ordenamento do “sistema de saber” e de poder. Trata-se de um discurso “no qual o poder faz laço social entre aquele que manda e aquele que trabalha” (Rosa et al. 2006, p. 38). Ocorre, como demonstram Rosa et al. (2006), que os eventos clínicos e sociais com os quais nos deparamos atualmente indicam os “discursos elucidativos de modalidades do laço social e da dimensão política do gozo, do sintoma e da construção da realidade” (p. 36). Por esse motivo, ou seja, pelas modalidades de gozo e sofrimento atuais, é que elegemos o discurso capitalista em detrimento aos demais. Como apontam as autoras, no capitalismo avançado os sujeitos estão expostos a modalidades de laço que “empurram violentamente o sujeito ao gozo, sob a forma de consumo e lucro desmedido ou de sofrimento e geram, para além do mal-estar, violências” (p. 45).

4.4.1 O discurso do capitalista

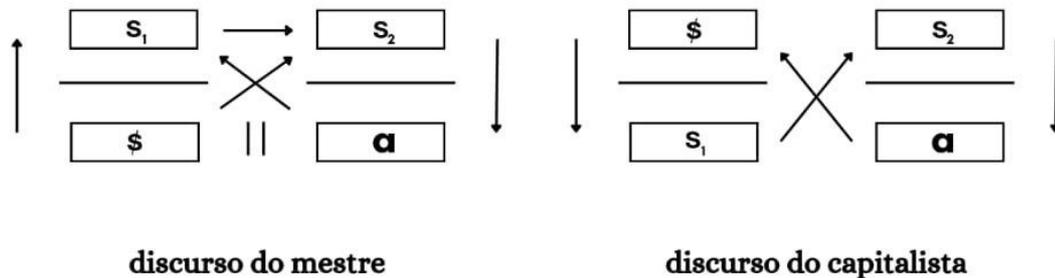
O analista, sobretudo, deve deixar de se constituir num objeto de mercado e de uso, para fixar um lugar de onde o analisante possa fazer sua análise e não consumi-lo.
(Souza, 2008, p. 165)

Seguindo as trilhas da seção anterior retomamos as figuras. A seguir, a figura à esquerda demonstra o discurso do mestre, enquanto a da direita, o discurso do capitalista.

³⁹ Encontramos na literatura diferentes nomeações para esse discurso: discurso do capitalista, discurso do capitalismo e discurso capitalista. Seguimos Souza (2008), que utiliza a tradução “discurso do capitalista” no livro que dedicou à temática.

Figura 6

Discurso do mestre e discurso do capitalista.



Adaptado de *Os discursos na psicanálise*, de Aurélio Souza, 2008.

Inserimos aqui o discurso do mestre de forma antecedente ao do capitalista justamente porque este último é produto de uma alteração na disposição das letras e no ordenamento delimitado pelas setas e barras do primeiro. Acrescenta-se a isso duas outras questões: em primeiro lugar, é o Saber que está em questão nesses discursos; em segundo, o discurso do capitalista não foi pautado por Lacan na mesma época dos outros. Apesar de ter sido evocado em algumas ocasiões, ele foi apresentado formalmente uma única vez, em 1972, durante a sua passagem por Milão (Betts, 2018; Souza, 2008), como uma nova leitura do laço social que parte das transformações da sociedade globalizada e do modo de produção capitalista. Ao produzir esse discurso, Lacan demonstra com precisão “algo que sempre o interrogou: o lugar da psicanálise na cultura ou na política e a posição política do analista” (Souza, 2008, p. 153). Lacan converte e subverte o discurso do mestre, transformando-o numa nova chave de reflexão acerca dos fenômenos contemporâneos. Nota-se que à esquerda do matema, no lado “lugar do sujeito”, acontece uma inversão na posição das letras, já que no discurso do mestre, o S_1 apresenta-se na parte superior da álgebra, ao passo que, no discurso do capitalista, ele está posicionado na parte inferior da álgebra. Altera-se, portanto, a posição do sujeito ($\$$) e do significante mestre (S_1 ; Saber).

O que decorre dessa mudança nas casas não é a formulação de um novo discurso, trata-se, se assim podemos dizer, de um substituto do discurso do mestre que se funda como uma espécie de antidiscurso – escolhemos chamá-lo assim porque o discurso do capitalista abandona o próprio fundamento proposto pelo matema: o de fazer laço social. O que encontramos nesse discurso típico da civilização fundada na ciência é “uma modalidade degradada do discurso do mestre, que desestabiliza o laço social dominante na sociedade contemporânea” (ROSA et al., 2006, p. 38).

Este discurso, o do capitalista, diferencia-se dos outros ao alterar as relações entre os elementos do matema, já que nele, o lugar de agente ($\$$ – esquerda superior) comanda a produção (a ; *mais-gozar* – abaixo e a direita) por meio de uma intermediação do saber (S_2 –

à direita e acima), como demonstram as setas da figura. Com isso, o *mais-gozar* (produção), passa a interferir sobre o sujeito (Souza, 2008). Forma-se, como evidenciado pela diferença das setas e barras entre o discurso do mestre e o do capitalista, a comunicação completa entre os quatro vértices do matema neste último (Souza, 2008).

Dito isso, dedicamo-nos menos à fórmula matemática e mais – segundo os interesses e achados desta pesquisa – aos efeitos do discurso do capitalista. Conforme Betts (2018), Lacan prontamente observou as transformações da sociedade e a substituição da “onividência divina sobre o comportamento humano” (seção O cogito dos imperativos do gozo escópico e o discurso da ciência) pelo discurso da ciência e do capitalista⁴⁰. Podemos, é claro, questionar o que a psicanálise tem a ver com estas transformações. Ora, o sujeito da psicanálise, como resgatam Rosa et al. (2006), “não é um sujeito abstrato, mas sim um sujeito atravessado pelo gozo e pelo desejo. Esse desejo é singular, mas não individual” (p. 44). Como dizem as autoras, apresenta-se aí uma problemática relativa aos “impasses do sujeito com o seu objeto de gozo”, uma vez que o sujeito se remete sempre ao “ao desejo do Outro, regulado por um discurso: o discurso do Outro, que o posiciona no laço social” (p. 44).

O discurso do mestre, aquele no qual o Saber detido pelo escravo trabalhava para ocultar a falta do agente, transmuta-se, como demonstra Souza (2008), num Saber globalizado que ganha contornos de objeto e valor de mercado. Segundo o autor, o Saber “passa a valer o quanto se pode vender e comprar dele, levando-se em conta também que o ‘próprio trabalhador’ vai se transformar num valor de mercado que pode ser vendido e comprado” (pp. 156-157). Dessa forma, o antigo laço entre mestre e escravo mediado pelo Saber dá lugar, no discurso do capitalista, às formas de relacionamentos atravessadas pelo consumo e pelo gozo. Nesse sentido, ocorre que o

discurso capitalista esclarece uma concepção de funcionamento social em que o indivíduo se adapta a uma realidade dada. Privilegia não o sujeito, mas o indivíduo consumidor que, em sua dimensão de consumido, não encontra lugar para o seu *pathos* (sofrimento), para formular demandas, remetido que fica à colagem do objeto da demanda ao objeto do consumo (Rosa et al., 2006, p. 39).

Rosa et al. (2006) reforçam que o tecido social, invadido e ordenado pelos princípios do consumo, força modalidades de economia psíquica diferentes daquelas observadas em tempos anteriores, transformando “cada um num explorador em potencial de seu semelhante

40 Observa-se aqui a transição do discurso religioso para o da ciência cartesiana e, em seguida, para o discurso capitalista emergente dos novos modos de produção, acesso e consumo de bens e serviços. Alteram-se com isso as formatações dos vínculos e as inscrições dos sujeitos nas cenas coletivas.

para dele obter um lucro de um sobretrabalho não contabilizado” (Quinet, 1999, p. 4, como citado por Rosa et al., p. 39). Segundo as autoras, ocorre a substituição da “demanda de amor pelo apelo ao consumo e ao lucro sobre o outro. Não basta o acesso aos bens. Visa-se a destituição do outro, germe das violências” (p. 39). Coloca-se, dessa forma, o ponto de fragilização dos laços sociais nessa modalidade discursiva.

Uma das novidades propostas por Lacan ao estabelecer o discurso do capitalista é acrescentar à exploração e à dominação – típicas do discurso do mestre – a imperiosa demanda de consumo. O que ele faz é nada menos que colocar em avanço a teoria marxista por meio da observação do cotidiano das pessoas. Lacan verifica que a generalização da “condição de proletário” inerente ao modo de produção “desenvolve um tipo de sintoma social”, pois os “objetos passam a ter um acréscimo de gozo em sua produção”, criando, com isso, uma nova tratativa para o Real (Souza, 2008, p. 154). Lacan desenvolve um *upgrade* na mais-valia proposta por Marx, inserindo-a na psicanálise através do *mais-gozar*. Segundo Souza (2008, p. 157-158),

diferente de Marx, no entanto, a proposta de Lacan com o discurso do capitalista foi sugerir que a mais-valia não correspondia, simplesmente, a algo que devesse ser entendido como uma alienação do trabalho do escravo ou do proletário e que estivesse condicionado a uma situação econômica. Esse “mais-de-trabalho”, do escravo ou do proletário, corresponde a essa condição de que aquilo que se produz paga-se com gozo [...]. Com isso, o Saber passava também a ser reduzido a um valor de mercado, a ser tomado como uma “mercadoria”. Desta maneira, adquiriu essa condição de *mais-valia* ou de seu equivalente na psicanálise como *mais-de-gozar*, passando a conter uma dimensão do Real.

O empuxo ao consumo e a produção desenfreada de objetos no qual o Saber passa a ser incluído como bem de consumo impactam o sujeito. No lugar de mercadoria, Saber e objeto tornam-se desejados ferozmente pelos sujeitos que acreditam encontrar neles as melhores possibilidades de satisfações (Souza, 2008). No capitalismo, o tecido social é invadido e agenciado pelos verbos imperativos *compre, consuma, desfrute, gaste e trabalhe*. Como observou Lacan, a industrialização massiva e maciça dos objetos coloca tudo sob a égide das leis do mercado e produz a ilusão que as novas versões são sempre melhores que os modelos anteriores (Souza, 2008). O sujeito torna-se então “vítima dessa ‘ideologia da livre empresa’ que o lança cada vez mais numa busca desenfreada de sucesso, desencadeando inveja em relação ao gozo do outro, ao ‘gozo do escravo’” (Souza, 2008, p. 162).

Advertidos pela psicanálise de que a satisfação é sempre parcial, o sujeito que corre para consumir, adquirir, saber mais, chegar mais longe etc. não logra êxito. Quando

imaginariamente alcança o que supunha ser o seu desejo, o sujeito tão logo volta a frustrar-se e passa a “querer outra coisa”, sustentando a utopia de alcançar a felicidade por meio dos objetos, do *status* e das narrativas orientadas pela economia. Nessa estrutura, o que acontece é que em pouco tempo o sujeito tem o seu interesse “por x ou y” esvaziado. Com isso, inicia uma nova busca por algo que fantasiosamente irá suprir a sua falta.

Não negamos, é claro, a importância dos objetos e serviços, acessados sempre pela mediação do dinheiro, para a garantia da qualidade de vida e da dignidade. Esse não é o nosso ponto. Ocorre que o capitalismo – com seus traços perversos – serve-se da impossibilidade de satisfação total e sustenta uma estrutura incoerente que introduz “o desejo pelo objeto”, mas limita o acesso a eles ocasionando, como delinea Souza (2008), “uma má distribuição desses objetos de gozo nas diferentes camadas sociais. Esse fato determina no *sujeito* suas reivindicações” (p. 162). Ancorados na leitura do autor supracitado, constatamos também outra faceta dessa lógica: ao acessar (real ou ilusoriamente) os objetos que produz, os sujeitos “[os proletários e os escravos] acomodam-se e, sem desespero, são usados pelo capital” (p. 162). O que está em tela, como descrito, é uma modalidade discursiva que desmantela o laço social e faz dos vínculos uma nova forma de exploração. O remanescente do tempo usado para produzir e gerar riqueza para os detentores dos modos de produção é empregado para inserir-se novamente no mercado por meio do consumo. Transcorrido o momento de tratar das formulações teóricas, avançamos para as extrações do trabalho de campo e a escuta clínica.

5 CORPO QUEBRADO, CORPO QUEBRADA⁴¹

A novidade freudiana é a de pensar o sujeito não como uma informação, como o significado de um significante “qualquer”, mas como efeito de um corte particular na cadeia dos significantes. Por isso, na interseção de corpo biológico e corpo social, o sujeito é corte contingente, êxito dos remanejamentos internos aos dois sistemas simbólicos como resposta do real; e o tempo dessa resposta não obedecerá nunca, por estrutura, ao modo preditivo da cientificidade do experimento.

(Viganò, 2010, p. 8)

Nesta seção, empreendemos esforços para ler os dados produzidos pela pesquisa sob a perspectiva dos conceitos empregados até aqui. Buscamos desvelar as modulações dos laços sociais e aclarar alguns dos pontos de singularidades capturados no percurso que entrelaçou psicanálise, pesquisa e as nossas vivências nas quebradas da cidade. Como revela a epígrafe que inaugura este capítulo, para a psicanálise o sujeito é uma tessitura intermediária que emerge entre o biológico e o social. O que está em pauta é o ser falante – irredutível aos pressupostos da ciência cartesiana, dual e positiva – que busca dar conta dos impossíveis da própria existência por meio de invenções singulares.

A captura da diferença e da surpresa, preciosas à psicanálise, permitiram-nos extrair do cotidiano e das narrativas aquilo que faz questão e convida ao movimento. Como disse Viganò (2010), alcançamos o inconsciente não pela via do experimento controlado e repetido que visa a confirmação das hipóteses, mas pela experiência. Ocorre que nosso percurso até aqui só foi capaz de traçar as questões gerais; orientados pelos achados de campo, não fizemos mais do que pinçar os principais fenômenos e abordá-los pelo viés da psicanálise. A importância disso é inegável, mas podemos desavisadamente sobrevalorizar contextos como a precariedade material, a violência, o capitalismo etc., perdendo de vista o sujeito.

Ao concentrarmos a nossa atenção nos usos da cidade, ao estabelecimento dos vínculos, às marcas agenciadas pela dor que atravessa o corpo, deparamo-nos com um importante ponto de tensão da pesquisa: o sujeito não é completamente determinado pelas influências externas, tampouco pura invenção capaz de construir saídas e realizar grandes feitos subjetivos à revelia do seu contexto sócio-histórico⁴². Decorre disso, desta produção

41 Jogo de palavras que tomei emprestadas de Lislely Braun (doutora em psicanálise pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas [Fafich], da UFMG) na ocasião em que ela discorreu sobre o território e o laço social.

42 Contribuição de Lislely Braun, quando da conversa sobre as questões sociais e subjetivas.

fronteira entre o singular e o coletivo denominada “laço social”, a novidade desta escrita: encontramos no “corpo quebrado, corpo quebrada”, uma maneira de conectar aquilo que é experimentado pelo sujeito como sofrimento para então tornar-se uma espécie de articulação e contorno que faz a sua inserção na cidade e no tecido social. Ao abordarmos o território, violências, laço social e corpo, intentamos fornecer os contornos gerais para facilitar a transmissão de:

Uma condição que já havia sido trabalhada por Freud: um sujeito quando fala e dirige-se a alguém, realiza uma condição que não é de sua autoria ou mesmo de sua escolha, mas daquilo que o constitui. Um dispositivo linguageiro e lógico que está além das palavras e visa inscrever essa condição que sustenta a fala (Souza, 2008, p. 102).

Os sujeitos da nossa pesquisa, como anunciamos, são redutores de danos do município de Belo Horizonte que detêm múltiplos saberes, dentre eles, aqueles relacionados às experiências decorrentes do uso e abuso de psicoativos. Cabe-nos aqui, na posição de analista e pesquisador, sublinhar algumas questões. Segundo a nossa perspectiva, não é necessariamente a droga (sobretudo, o crack), como costumeiramente é abordado pela mídia, a substância “mágica” que promove a imediata destruição na vida dos sujeitos. Obviamente isso pode ocorrer, como demonstram diversos casos atendidos durante o trabalho no CnaR, por ser esse o objeto de gozo que captura o sujeito.

O que propomos, como trabalha Fraga (2022), é que podemos caminhar por uma via diversa àquela que objetifica as relações, atribuindo à substância características animadas e subtraindo do sujeito as características vivas que lhe são inerentes. Como destaca a autora, comumente os usuários de álcool e outras drogas são retratados no campo social de maneira estigmatizada que lhes retira a condição de sujeitos de direitos por meio da humanização das “drogas, que são coisas (com adjetivos como vivo, potente, forte, perigoso), em detrimento dos sujeitos que fazem uso, desumanizando-os (comparando-os a zumbis, por exemplo)” (p. 64). Não negligenciamos, é claro, a interferência química e social da droga, desencadeadora de diversos prejuízos à saúde e aos vínculos, como pode ser observado nas falas de Bel e Lucas; encontramos, por outro lado, formas diferentes de uso de substâncias, como também é descrito pelos nossos três interlocutores.

Destacamos com isso que à psicanálise importa mais a relação estabelecida pelo sujeito com a substância e/ou objeto, dessa maneira, preservamos as singularidades, as escolhas e as invenções de cada um. Soma-se a isso, como tem demonstrado a clínica psicanalítica, que o dano decorre e sobretudo do excesso e do modo de gozo, por isso, a rigor, não tratamos do crack, mas do sujeito que dele faz uso – igualmente, *a priori* não tratamos da bulimia, anorexia ou da pornografia, mas daqueles que fizeram desses sintomas uma espécie

de parceiros mortíferos. O que podemos localizar como tratamento desses fenômenos decorre então da escuta analítica que intervém no ponto de gozo do sujeito, e não no objeto ou unicamente no sintoma. Freud, precursor da psicanálise, ensinou-nos a “arte da escuta”. Seguindo os seus passos, nomeamos as entrevistas conforme um detalhe ou um significante que não passou despercebido. Abordamos as quebradas e os outros temas para alcançar agora a fala dirigida a um analista que possibilitou a produção desta pesquisa.

5.1 Do luxo ao lixo, do lixo ao luxo

Bel, como os demais redutores de danos, foi convidada a contar a sua história. Não fizemos, portanto, perguntas fechadas ou diretivas, ancorados nos princípios da psicanálise procedemos de forma contrária, demandando apenas que ela contasse livremente a sua história e intervimos pontualmente para estimular a continuidade discursiva. Desse modo, os temas que aqui elencamos não compuseram a entrevista de Bel de forma organizada, eles foram emergindo ao longo do encontro. Coube-nos, como aconteceu nas outras situações, a tarefa de organizá-los no intuito de tornar possível a transmissão.

Luxo e lixo foram os significantes eleitos por ela para descrever momentos importantes de sua história. Ela condensou com essas palavras as transformações das suas condições de vida e parte importante da sua trajetória de vida nas ruas. Nas suas palavras: “eu aprendi demais nessa trajetória de vida, de vida que eu tive na rua, né? Eu fui do luxo pro lixo, do lixo pro luxo várias vezes. Toda noite eu ia do lixo pro luxo”. O trânsito entre o “luxo” e o “lixo” conecta-se ao trabalho como profissional do sexo, ao uso de substâncias, à violência, à aquisição de recursos materiais e às diversas experiências vinculadas aos territórios. Segundo ela, “às vezes eu estava ali sem, sem um real no bolso [...], filhinho de papai me levava pro motel. Me enchia de droga, de dinheiro. Chegava de manhã eu estava sem nada de novo”.

Tais significantes, como escutamos, inscrevem-se no campo simbólico anteriormente à sua chegada em Belo Horizonte. O trabalho como profissional do sexo inicia-se no Rio de Janeiro mediado por esse significante e pelo reconhecimento de sua beleza. Segundo ela:

Cês falam que o Rio, Rio é lugar de, né, de droga, tráfico, mas eu fui conhecer droga aqui em BH. Lá no Rio eu não usava droga. *Era mãe de família. Hoje eu sou, né?! [ênfase adicionada]*. Mas eu era assim, trabalhava de carteira assinada como ajudante de cozinha. Aí eu fui saí uma vez para o baile *funk* lá e conheci né, o baile, aquela, né. Aquilo tudo, aquela *ostentação* [ênfase adicionada]. Aí eu topei umas menina lá aí elas falavam nó moça, você é muito bonita e me apresentaram, ah, vão lá na boate, sei lá. Deram o endereço da boate e eu fui na boate. E aí eu, mas eu não sabia o que que

era boate de programa, né. Aí eu *fiquei encantada com aquilo e comecei a fazer programa* [ênfase adicionada] nessa boate. Aí que eu comecei a fazer programa lá. De lá eu rodei várias boates no Rio, né. E aqui, é vida de ostentação. Era roupa, sapato de marca, sandália bonita de grife, né. Os cabelos, um mais longo que o outro, lente. Aí eu fui parar. Aí nisso, falou assim, ah, lá em Minas Gerais, lá tem muita casa de prostituição, mas lá eles não têm gigo... não tem cafetão. Porque lá no Rio a gente tem cafetão. A gente tem que fazer o programa e dividí tudo com o dono da boate, né. Aqui em Minas não. Aqui em Minas a gente paga o quarto e o que a gente fizer é nosso. Aí eu vim pra cá e nisso tem 15 anos eu vou e volto no Rio. 10 anos eu fiquei em situação de rua direto aqui.

Acrescenta-se a isso a forma como ela inicia a sua narrativa:

Que eu vim do Rio para caçar emprego aqui em Belo Horizonte, né, como profissional do sexo. Só que *essa vida de profissional do sexo é muito custosa; muito dolorosa; muito cansativa* [ênfase adicionada]. Aí no tempo, aí eu comecei a fazer muito programa e comecei a ficar muito cansada. Aí comecei a experimentar droga. Me disseram assim: ah, *cê usa isso aqui* [ênfase adicionada] que você vai ficar com mais estímulo para fazer o programa [...], eu era muito bonita, né. Era novinha. Eu tinha o sotaque puxado e todo mundo falava assim: quanto que é o programa? Aí eu falava é dez reais, naquela época, agora já tá um pouquinho a mais. Aí eu tinha muito cliente. Acho que mais cliente a gente tem, mais cansada a gente fica né? Tem que trabalhar demais. Aí foi nisso que eu comecei a usar droga.

Partindo dos fragmentos acima, podemos desdobrar a entrevista de Bel segundo o seu trabalho como profissional do sexo, o uso de substâncias ilícitas, a trajetória de vida nas ruas, a maternidade e o trabalho como redutora de danos. Como na própria estrutura do discurso na qual o S1 demanda a presença da cadeia de significantes, emergem tais desdobramentos que se apresentam de alguma forma conectados na narrativa.

Bel associa o uso de substâncias ao trabalho como profissional do sexo. Segundo ela, este foi o recurso possível para driblar o cansaço e as outras questões que atravessavam a profissão. Todavia, pudemos evidenciar que o uso de drogas não representa o mesmo que o uso de crack, há uma diferenciação importante: “eu comecei o uso da droga até eu conhecer o crack. Aí eu conheci o crack, aí nisso eu não aguentava mais fazer programa e manter a o quarto que eu morava né”. Escutamos aí uma diferença na qual o crack se apresenta como o objeto de gozo devastador. Bel informa que o início da trajetória de vida nas ruas aconteceu

após o uso prejudicial do crack. Nas ruas, depara-se com diversas formas de violências, restrições e dificuldades.

Na ausência de endereço fixo e residência convencional, Bel se insere na cidade adequando as suas saídas singulares e invenções aos contextos fortemente marcados por adversidades. Ela demarca que os dez anos de trajetória de vida nas ruas trouxeram aprendizados e dores irreparáveis, como a perda da guarda de uma de suas filhas, e conta que “é triste, mas assim foi boa porque eu me fortaleci muito. Aprendi muito com os mineiro [...] onde eu vou hoje em dia, todo mundo é, eu tinha um nome. Eu tinha um nome na rua, né”. Um “nome na rua” que articula a sobrevivência e a inscrição no tecido social.

Cabe lembrar que um “nome na rua” tem muito valor. Associa-se ao reconhecimento, respeito, trânsito livre nos territórios e proteção. A nossa prática revela também que nas situações de trajetória de vida nas ruas, muitas vezes o “vulgo” substitui o nome de registro; por conflitos com a justiça, entraves relacionados à família, dívidas financeiras ou qualquer outro motivo, o anúncio do nome de registro ao técnico do serviço de saúde geralmente só acontece sob o signo da confiança. Traduzimos então que para conhecer o nome (e com isso acessar os sistemas de prontuário eletrônico, por exemplo), o analista na rua precisa produzir e sustentar a transferência, fazendo-se confiável não apenas ao sujeito ao qual se dirige, mas também ao próprio território. Ou seja, cabe também ao analista se inscrever naquele espaço e articular-se de alguma forma às pessoas que ali circulam.

O analista, portanto, não pode vacilar quanto ao seu desejo de analisar. Na clínica a céu aberto é fundamental sustentar a transferência e empreender esforços no sentido de sua ampliação, fazendo-a alcançar as pessoas do território. Recordamos ainda a especificidade desta clínica. Para chegar ao sujeito e aproximar-se da sua singularidade, muitas vezes é necessário que antes tenhamos sido capazes de nos inscrever no território e de conhecer minimamente o seu funcionamento. É preciso valer-se dos cálculos clínicos e lançar mão de outros recursos aprendidos na própria rua, com os usuários e com os colegas de trabalho; sabemos também que habitualmente o laço social nas ruas e quebradas não suporta o vacilo. Desta vez, empregamos a gíria no seu sentido comum. Portanto, o analista, como os demais trabalhadores do Consultório na Rua, não deve interferir nas dinâmicas criminais, permanecer na cena em momentos de tensionamento, posicionar o seu corpo de forma incorreta nos espaços, cobrindo o campo de visão de alguns atores locais, utilizar o telefone em momento inoportuno, repassar informações dúbias ou sigilosas (como pode ser verificado num dos trechos do diário de campo), por exemplo. Operar com a psicanálise nas ruas e quebradas requer a nossa adequação aos códigos que modulam os laços nesses lugares.

Após a impossibilidade de manter o quarto que morava, Bel retoma a questão do dinheiro desde a perspectiva da maternidade. O trabalho como auxiliar de cozinha não correspondia, como relata, às suas necessidades e anseios. Diz que desejava dar “uma vida

boa” aos filhos, idealizava que eles estudassem no melhor colégio da cidade interiorana onde residia, “que a van pegasse na porta, que ela fizesse balé. Queria que ele fizesse futebol. Queria que ele tivesse jogame. Bicicleta, eu vim atrás de dinheiro, né?!” Ela relata que quando trabalhava como profissional do sexo, enviava o dinheiro para a sua mãe para que ela procedesse aos cuidados com as crianças. Conta que engravidou no Rio de Janeiro, mas manteve o trabalho em Belo Horizonte. Inferia, como demonstra o desfecho da gestação posterior, o risco da perda da guarda do filho. Diz saber que “aqui é assim, né? Você não tem direito de ser mãe, você usando drogas e fazendo programa. Mesmo você faz o programa, tem um dinheiro pra pagar alguém para tomar conta, mas é difícil”. Por isso, segundo ela, aos nove meses de gestação, regressou à cidade onde nasceu para “ter ele lá”.

Indignada, Bel marca uma nova diferença ao informar que naquela época conseguiu por meio do trabalho como profissional do sexo oferecer aos filhos as condições materiais que (segundo a nossa escuta) atravessavam o seu ideal de maternagem. Fala ter conseguido dar “vida boa” aos filhos, entretanto, a sua narrativa deixa clara a insuficiência dos bens materiais. Localiza-se aí a diferença: “consegui dá isso tudo pra eles naquela época, né. Mas hoje em dia eu com certeza, eles me considera mais que naquela época. Hoje em dia eu dô tudo isso a eles, mas eles estão do meu lado. Antes não”. Ela acrescenta que anteriormente, nessa temporada da vida, não dispunha da convivência familiar, pois “ia em casa 15 em 15 dia. Aí começava 15 em 15 dias. Uma vez no mês. Aí fui parando de ir no Rio até parar de vez. Até não ter mais situação, condição de bancar a passagem, né”.

O uso prejudicial de crack combinado com as diversas outras questões apresenta a Bel as dificuldades para “banciar a passagem”, o quarto de hotel e a convivência familiar. Diz ter recebido visitas da mãe durante os anos em que viveu nas ruas, mas não aceitou retornar ao Rio de Janeiro, e isso custou-lhe, como sinaliza, a convivência com os dois filhos (crianças à época) que lá estavam. A história modificou-se muitos anos depois, quando voltou temporariamente à sua cidade natal. Nessa ocasião, Bel engravidou⁴³ novamente. Após os primeiros momentos da gestação, deixa o Rio de Janeiro e volta a habitar a capital mineira, mas formula uma nova estratégia: permanece em Belo Horizonte até o período próximo ao nascimento da criança e retorna a sua cidade natal para a realização do parto, buscando com isso mitigar os riscos relacionados à destituição do poder familiar. Retornou à casa da mãe, onde residiu temporariamente e assegurou breve exercício da maternagem. Após alguns

43 Totalizam-se cinco gestações: as duas primeiras ocorreram no Rio de Janeiro, quando de sua residência lá. Quando Bel engravidou pela terceira vez, estava morando no Rio de Janeiro, mas passou grande parte da gestação em BH, retornando a sua cidade natal pouco tempo antes de dar à luz. As duas gestações seguintes aconteceram em BH: Bel perde a guarda de uma filha e encontra apoio institucional na gestação subsequente.

meses, Bel retorna, uma vez mais, a Belo Horizonte, deixando a criança sob os cuidados da sua mãe. Nas ruas belo-horizontinas conheceu o pai de seus dois últimos filhos.

As duas gestações que se seguiram tiveram desfechos diferentes. No primeiro caso, Bel perdeu a guarda do bebê porque, segundo ela era “preta” e “usuária de drogas”, e queixasse de não ter recebido o apoio necessário. Fala da filha perdida com pesar e retoma esse acontecimento diversas vezes durante a nossa conversa, relatando ter sido “um momento muito triste né, da minha vida né, porque eu sei com certeza, se eles ligassem minha mãe, alguém da minha família, eles vinha e pegava a guarda da menina, né?” Escutamos que as gravidezes ocorridas em situação de rua entrelaçam a vida de Bel às redes de saúde e assistência social do município.

A última gravidez se desenrolou de forma diferente. Bel relata com alegria ter encontrado o suporte que necessitava nos equipamentos de saúde. Foi acolhida no hospital por aproximadamente seis meses na modalidade internação social⁴⁴, período necessário ao seu encaminhamento ao abrigo para famílias. Segundo ela,

Nisso, em 2014 eu engravidei da [...]. Aí eu tive a [...] e fui lá para o, para o hospital, para a maternidade. Só que lá eu não tive apoio nenhuma, né. Aí nisso eu perdi a minha filha para a guarda do Município, né. Aí passou um ano eu engravidei de novo. Aí eu tive o [...]. Aí já foi totalmente diferente, né; que nesse, nessa maternidade me apoiaram, fizeram um documento e eu falei né; deixei bem claro lá para a assistente social que eu já tinha perdido uma menina, né, e eu não queria perder outro neném. Que eu só ia sair de lá, da maternidade, com o meu filho no braço. Aí eu fiquei nessa maternidade de janeiro até março. Aí eles arrumaram uma, uma internação social pra mim lá no Sofia Feldman. Aí lá no Sofia eu fiquei de março até junho. [...]. Foi seis meses dentro da maternidade esperando a vaga num abrigo familiar pra mim poder criar meu filho. *Porque oportunidade de sair eu tinha, mas eu tinha que deixar meu filho. Aí eu não ia fazer isso, né porque foi, ah, uma dor muito grande perder uma criança [ênfase adicionada], né. Uma criança de nove meses e naquela dor que eu pari, na hora que pare o Estado pega. Né? Só porque eu era usuária de droga. Preta, né?! [ênfase adicionada].*

Extraímos da escuta de Bel um certo empuxo às ruas de Belo Horizonte onde, segundo ela, “tudo é mais fácil”, para “trabalhar, fazer o corre, tudo a rua aqui é melhor”. Percebemos

44 Modalidade de hospitalização aplicada aos pacientes que não dispõem dos recursos necessários à desinternação, como suporte familiar, renda, moradia etc. Trata-se de uma internação de caráter breve e transitório até que se estabeleçam as condições necessárias à alta. No caso de Bel, a internação cessou mediante a disponibilização de uma vaga na Unidade de Acolhimento para famílias.

que o “aqui tudo é melhor”, se referindo às ruas de Belo Horizonte, e o “corre mais fácil” não se assemelham àquilo que é tranquilo, confortável, seguro ou outros adjetivos dessa natureza. O ideal da vida de luxo e os excessos relacionados ao consumo típicos dos tempos e do discurso capitalista conectam-se ao uso prejudicial de substâncias e à rua, modulando a sua inserção e permanência no laço social. Bel encontra acolhimento em pontos das ruas ao estabelecer, por exemplo, vínculos interessantes com “as meninas trans”, que a “apoiaram demais”, com os “meninos do tráfico” e com outros atores. Entretanto, depara-se também com constantes violações dos seus direitos e, principalmente, do seu corpo. O “tudo aqui é melhor” não é sinônimo da vida de luxo que idealizava. Aprendemos pela via do trabalho no CnaR e da pesquisa nas ruas e quebradas que o laço social e as formas de garantir e inventar a vida são distintas daquelas expressas nos discursos burgueses.

Bel narra que após abandonar a “prostituição particular”, encontrou na pista⁴⁵ “das Trans”, que a “sociedade vê com olhar recriminoso”, uma forma possível e singular de habitar a cidade. Ela relata a sua inscrição da seguinte forma: “elas me acolheram demais no começo que eu saí [...] da prostituição, né, particular, e fui pra pista”. Bel alça posto único, colocando-se no lugar de exceção, já que, conforme disse, “era a única menina que trabalhava na pista de travesti. Eu era a única. Única mulher junto com os travesti”. O lugar de exceção ocupado por Bel remete-nos à saída construída por ela para reduzir os danos relativos ao seu contexto de vida. O acolhimento e proteção encontrados “na pista de travesti” nos indica uma das saídas construídas por Bel para reduzir o gozo à deriva que estava articulado ao “corre” e ao uso prejudicial de crack.

Os laços estabelecidos na cidade, porém, não impediram que Bel fosse violentada diversas vezes. Capitalismo, vida nas ruas, segregação e violências escancaram a dimensão do não laço. Não encontramos via melhor que o uso das próprias palavras de Bel para descrever as violências:

[...] depois que eu saí da zona, que eu parei de trabalhar como profissional do sexo, eu sempre estava com namorado. Porque assim, na rua é assim. Eu prefiro ser estropada e violentada por um do que por 10. Aí eu sempre tinha namorado, que é uma proteção falsa, né? A gente acha que é protegido. Mas eles invadem a gente de toda maneira, né, na rua. Aí sempre tratei todo mundo bem. [...] você ser violentada, porque, pelos polícia, pelos camelô, por todo mundo, de toda maneira. [...] Esses caras

45 Nome usado nas ruas, periferias e quebradas para indicar o local onde se desenrolam as relações mediadas pelo comércio de drogas e de sexo. Em diversos locais de Belo Horizonte, a pista é onde estão as profissionais do sexo ou os comerciantes de substâncias ilícitas. Não é incomum que o espaço seja compartilhado por essas duas atividades, sobretudo durante o período noturno.

que compra celular roubado. Tudo eles quer ganhar em cima de você, que é morador de rua, usuário de droga. Quer ganhar vantagem.

A experiência da maternidade, a vida nas ruas, o uso de psicoativos, o ideário capitalista e as violências atravessam a história de Bel. A repetição, como prescreve a psicanálise, é uma espécie de círculo desenhado à mão livre. Embora os traços não sejam idênticos a cada volta, o movimento se mantém similar de forma que a circunscrição só é interrompida quando o lápis alcança as imediações de onde partiu. O relato de Bel indica o constante retorno às quebradas belo-horizontinas. Entre idas e vindas, o “corre mais fácil” parece mascarar as adversidades de viver nas ruas. O círculo, ou melhor, o circuito, repete-se até a inauguração de um ponto de virada. Na quinta gestação, há um deslize que possibilita uma reorientação da sua trajetória.

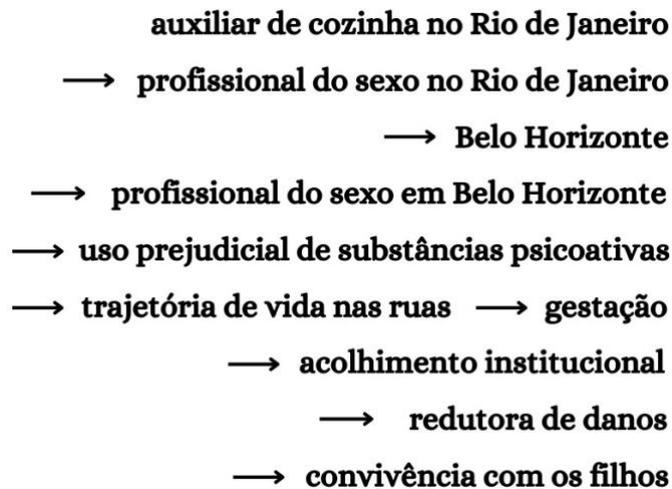
O “lixo”, descrito por Bel, não diz respeito apenas às questões materiais e às condições de vida, mas ao Real atrelado às violências sofridas e, sobretudo, ao Real que emoldura a sua separação da filha. Segundo ela, na ocasião do parto o hospital “deu um papel com 10 dias falando você tem 10 dias só para ficar com a menina [...]. Se você não conseguir registrar, não conseguir algum lugar pra você levar a sua menina, é, vai para adoção”. Instaurou-se para ela um Outro tirânico que retira o que lhe é valioso. Relata: “não me deram chance não. Onde dez dia eu vou mandar pedir uma certidão lá do Rio pra vir pra cá, né?” Através da sua vivência, ela fala de algumas dificuldades enfrentadas pela Pop Rua. À época, Bel não possuía documentos de identificação, e o prazo estipulado pelo hospital para obtê-los (segundo ela, dez dias) foi insuficiente. Lembremos que a sua certidão de nascimento estava alocada num cartório do Rio de Janeiro.

Frente a dor, Bel encontra certo apaziguamento no registro imaginário. Constrói cenas acerca do rosto da criança, pensa em nomes a partir das informações que conseguiu e imagina momentos em que mãe e filha estão juntas. Conta que “até hoje eu sonho com ela. O rostinho dela, imaginando como que ela tá”. Os movimentos simbólicos encadeiam a fala que atribui ao município a desassistência e as violações de direitos que causaram a sua dor. Fala das múltiplas tentativas de reaver a guarda da criança. Queixa-se que o hospital impediu as visitas da avó da criança em decorrência da ausência de documentos comprobatórios do vínculo.

Anos depois, entre “o lixo e o luxo”, advém uma saída agenciada por uma nova gestação seguida do encontro com instituições que escutam e acolhem a sua demanda de permanecer com a criança que estava gestando. O encontro com o Outro institucional que assegura o direito à maternidade produz efeitos, facilitando um novo giro na engrenagem subjetiva de Bel. Altera-se a rota prescrita pelo seguinte encadeamento:

Figura 7

Itinerários de Bel.



Na ocasião da hospitalização, Bel faz prelúdio ao que estava em marcha, anunciando que “só ia sair de lá, da maternidade, com o meu filho no braço”, porque “oportunidade de sair eu tinha, mas eu tinha que deixar meu filho. Aí eu não ia fazer isso, né porque foi, ah, uma dor muito grande perder uma criança”. Desenrola-se o parto, seguido da internação social e do encaminhamento à Unidade de Acolhimento. O desfecho diverso daquele da gestação anterior corrobora a sua reorganização subjetiva, que desta vez está orientada por soluções menos mortíferas e mais condizentes com as suas necessidades e as do filho nascido há pouco. Trata-se da sua última gestação.

Segundo ela, “através do abrigamento, consegui trazer meus filhos para morar comigo, consegui Bolsa Moradia; hoje em dia eu moro na minha casa; dou os conforto para os meus filhos que eles merece”. Após algum tempo na Unidade de Acolhimento, Bel é convidada a participar da seleção para o ofício da RD. Foi escolhida entre dezenas de candidatos e atualmente tem dois vínculos de trabalho. O retorno às ruas acontece de outra maneira, inaugurando a introdução de um novo elemento no circuito, desta vez, não como profissional do sexo, mas como reduzora de danos vinculada aos serviços de saúde, assistência social da cidade e organizações não governamentais.

Como lembra, o seu fazer nesse campo começou muito antes de conhecê-lo formalmente. Ao deparar-se com colegas intoxicados, orientava: “bebe uma água, lava o rosto, come aqui alguma coisa, né? Uma pipoca, né, que na rua o que mais tem é a pipoca”. Compartilhava o seu saber em gesto de cuidado, orientando as pessoas quanto ao uso de substâncias. Ela relata que “a redução de danos veio desde aquela época”, quando pedia àqueles que faziam uso de substâncias para não pegar coisas do chão, substituindo-as por guardanapos limpos, papéis de pastéis e outros materiais alternativos. Aprendeu com a

própria história a cuidar das pessoas e descobriu como posicionar o seu corpo nas cenas da cidade. Decantamos do seu discurso que a RD para ela é contornada também pelo cuidado materno, visto que ao falar do trabalho nos serviços públicos, destaca a sua dedicação às gestantes, crianças e adolescentes.

Reordenamos o seu dizer “eu tinha um nome na rua” para “eu tenho um nome na rua”. O nome agora é diferente daquele de outrora, quando era profissional do sexo e/ou estava em situação de rua. O “vulgo” *Bel* deu lugar ao seu nome de registro, tornando-se conhecido pela Pop Rua e pelos atores dos locais onde trabalha e circula. Bel é reconhecida pelo trabalho desenvolvido. Sabe entrar e sair das quebradas da cidade, usando-as para driblar as perdas da vida. Fala com alegria dos atendimentos realizados e das pessoas que encontra durante a rotina de trabalho. Para ela, a quebrada torna-se o lugar da vida e do laço. Há outro marco importante, conexo ao trabalho e à maternidade. Encontramos uma divisão no seu discurso, que coloca o antes, como profissional do sexo, e o depois, como redutora de danos. Sobre isso, fala:

E aquele conforto que eu dava lá há 10, 12 anos atrás; que eu achava que era conforto, que era com o dinheiro de prostituição. Não era conforto. Agora é conforto porque eu, eu, eles vê eu saindo de manhã, vê eu chegando de tarde, tendeu? Que agora eles pode usufruir do meu suor, assim suor digno. Não é porque o da garota de programa ‘né’ digno. É muito digno, né. Digno e custoso, porque você imagina cê ficar lá o dia inteiro em pé. Vários homem, né. É tipo a terapia lá, né. Aí hoje, eles dois, eles, esses meus filhos têm orgulho de mim. E me indentifico muito nesse trabalho porque assim os dois trabalhos que eu faço, eu gosto. Eu gosto de sentar ali com Pop Rua, conversar. Explicar pra eles que eu já ‘tive’ naquele lugar. Que não é a mesma dor que eles ‘tão’ passando que eu passei, mas é parecido, né; cada dor é diferente, né. Cada sentimento é diferente.

Bel diz também que se sente acolhida pelas pessoas em situação de rua. Informa que frequentemente os usuários perguntam por ela quando da sua ausência em campo. Conta longamente as intervenções realizadas para com uma mulher que inicialmente apresentava um quadro grave de desorganização psíquica seguida de mutismo e narra os encaminhamentos realizados e a sua emoção ao ouvir da interlocutora o seu nome.

Voltamos à metáfora do círculo para indicar que, às vezes, é necessário fazer muitos desenhos – alguns livres e algo desorientados – antes de o traçado formar uma figura diferente. Hoje Bel reside com os filhos e tem endereço fixo. Diz que já não frequenta os bailes, sob o argumento de que agora os filhos se apropriaram desse espaço, mas circula

pela cidade para além do trabalho, desfrutando dos eventos artísticos e culturais. Bel e a rua já não são as mesmas.

5.2 Entre altos e baixos: na rua é foda

“História para contar todo mundo tem. Ninguém nasceu ontem, né?”. É assim que Lucas inicia a sua fala, buscando nos marcos cronológicos os subterfúgios necessários à transmissão da experiência. Diz que frequentemente pensa sobre “como é que eu consegui ser um redutor de danos” porque a história “teve bem, bem coisa cabeluda”. Intuímos que a “coisa cabeluda”, relacionada por ele à situação de rua, violências, práticas de atividades ilícitas e uso prejudicial de psicoativos, demarcou os caminhos do que se tornou o seu ofício. O “molequinho” que “era curioso”, residente nas imediações de uma das favelas de Belo Horizonte sabidamente reconhecida pela grandiosidade das operações relacionadas ao atacado e varejo da droga, diz ter sido capturado pela rua desde os primeiros anos da adolescência, momento em que começa a fazer uso de algumas substâncias psicoativas (SPAs) e envolve-se na dinâmica da criminalidade.

Lucas articula o território aos vínculos estabelecidos à época e à sua inserção no atacado e varejo da droga. Segundo ele, “foi ali que eu comecei a minha vida [...], foi ali que eu tive a minha primeira passagem pela polícia [...], passei até no *Balanço Geral*”⁴⁶. A primeira apreensão aparece no seu discurso como uma espécie de marco que baliza os eventos posteriores. Ele fala da violência policial sofrida e dos desenlaces com a família nos anos seguintes, quando do uso prejudicial de substâncias e relata que à época do seu ingresso nas atividades ilícitas, o seu avô era policial civil, fato que lhe trouxe medo e constrangimento. Diz que naquela época, em meados dos seus quinze anos de idade, “o trem tava feio” porque “os cara lá tava de guerra. O cara já tinha ido lá em casa me ameaçar, falou que ia cortar minha cabeça fora”.

Criticamente, diz que essa guerra não era sua e que estava em risco por ser “laranja”⁴⁷. Ele exemplifica o seu contexto de vida resgatando canções de sucesso dos grupos musicais Racionais e Fação Central. Lucas, ao tomar as músicas como exemplos de algumas vivências promove uma espécie de síntese da sua trajetória de vida; segundo ele, “numa dessa de querer virar patrão”⁴⁸, eu acabei virando usuário. Perdi o controle. Cabe indo morar na rua”.

46 Programa televisivo que transmite notícias majoritariamente relacionadas a violências, tragédias e desastres.

47 Substantivo usado para designar aquele que cede a sua identidade para mascarar a origem de recursos obtidos ilegalmente.

48 Posição de comando e privilégio no tráfico de drogas.

Os cara ao redor da periferia não têm jeito. Os caras se ilude memo [...] aí vê só o cara ali do movimento com dinheiro. Só o cara do movimento ali comprar roupa nova direto. Só o cara do movimento troca de moto, troca de carro. Uai, uma hora o cara fala: eu vou virar aquele cara ali, uai.

Assim como Bel, Lucas fala dos anseios de uma vida mediada pelos objetos de consumo e narra os aprendizados decorrentes da criminalidade, da trajetória de vida nas ruas e do uso de substâncias ilícitas. No ato de contar a vida, fala dos episódios em que deu “de frente com a cabeça no muro várias vezes” e “tomou muito no zói”⁴⁹ antes de recalcular a sua rota. Diz que irá “perseverar nessa trajetória” com soluções mais afeitas à vida por “mais ou menos mais uns 10 anos”.

Lucas informa ter feito uso pregresso de uma grande gama de substâncias, com predominância dos inalantes e do crack. Analogamente aos demais entrevistados, a escolha pela substância x ou y é agenciada por contingências como o custo monetário da droga e os seus efeitos, se são depressoras ou perturbadoras do sistema nervoso central, os prejuízos e benefícios à saúde e a sua disponibilidade no mercado, por exemplo. Há também a própria concepção do sujeito em relação aos psicotrópicos, como podemos observar na fala de Lucas: extraímos do seu discurso que para ele a maconha – droga de preferência desde a adolescência – não é caracterizada como droga. Conforme o seu relato, droga está associada àquilo que lhe causou grandes prejuízos, como a farofa⁵⁰ (“meter a cara na farofa”) e o crack. Esse último, que ele conheceu por meio do bereu⁵¹, transformou-se ao longo dos anos no objeto de devastação que intermedeia a sua relação com o mundo. Em relação a essa substância emerge o significante *dominar*. Segundo ele:

É tipo assim, você acha que uma coisa não te domina, zé? Não fuma pedra⁵² não, viu! Por que você acha que nada me domina? Você falar assim: não, eu conheço várias pessoas que fala, fala não, que nada sou, nada me domina, não, eu sei meu limite, eu me conheço tudo, pá. Num cai na pedra não. Cai na pedra, não porque se você acha que nada te domina não cai na pedra não, porque domina sim, viu, domina, domina. Cê vende até a roupa do corpo. Tipo assim, a pessoa achar que não domina. Às vezes pode não te dominar em um dia, dois. Mas num momento de depressão que você se afunda.

49 Expressão que se relaciona às decepções, aos prejuízos, às dores físicas e ao sofrimento psíquico. Neste caso, principalmente ao uso prejudicial de ilícitos.

50 Cocaína.

51 Mistura de maconha e crack.

52 Crack.

A “coisa cabeluda” é tangenciada pela relação estabelecida com o crack e com as pessoas às quais ele se vinculou quando estava em situação de rua. Escutamos que essa tal coisa, desde a perspectiva da subjetividade, abriga outro significante mencionado uma única vez: depressão. Não nos interessa, pois, a categoria diagnóstica, mas o sofrimento psíquico que ela sinaliza, ou melhor, que combinada à substância, “domina” e “afunda”. Nos entremeios sujeito/droga/rua/família/trabalho delineiam-se os “altos e baixos”. Lucas destaca os muitos prejuízos materiais e subjetivos, bem como o rompimento temporário com a família. Diz que a sua história

[...] é cheia de altos e baixos, né zé? É uma história cheia de altos e baixos. A história cheia de altos e baixos. Uma hora minha família cansou, me botou pra fora de casa. Não é? Porque todo mundo uma hora cansa. Você vai ficar, você vai ficar limpando o esterco da galinha? Vai ficar botando adubo? Vai ficar te dando gasto, vai ficar te dando gasto. E você vendo que você nunca tem um retorno. Isso aí é bem dizer cê jogar dinheiro fora. Queimar dinheiro. Aí, tipo assim, era do jeito que a minha família me olhou.

Lucas conta que dispôs de todos os seus bens para sustentar o uso do crack. A dominância da droga, como ele relata, coloca-o em posição de rechaço em relação à família, e então quando precisaram mudar de casa, disseram a ele para ir morar numa das quebradas que frequentava. A partir disso, intensifica-se o seu laço com a rua. O ideal de “ser o cara”⁵³ furado pelas vezes que “bateu a cara no muro” combina-se à submissão à substância e fragilização dos vínculos. Em situação de rua, fixa-se justamente na quebrada mencionada pela família, indo “morar lá debaixo da ponte lá com a cama box”. À sua maneira, narra a precariedade material: “batia uma chuva de vento assim, o colchão, mesmo debaixo do viaduto, tava todo moiado. Aí tinha hora que não dava para cobrir a cobertinha. Tinha que botar a cobertura em cima do molhado para tentar dormir”.

Questionado sobre a escolha do local, ele fala de algo que mescla uso da droga a sua inserção no laço social: “era usuário, aí como eu era usuário e os cara precisava de ‘atividade’, eu comecei a trabalhar como ‘atividade’ para os cara, só que os cara foi me achando bom”. Conta nunca ter sido preso nesse período porque “na hora que a polícia vinha, eu não ficava não. Ó, saia quebrando. Deixava chinelo, deixava cachimbo, deixava pedra, deixava tudo para trás”. Havia deixado também, como dissemos, o contato com a família e o conforto possível do ambiente em que morava antes. Inserido na quebrada e com bom desempenho na

53 Dispor de reconhecimento, poder e recursos materiais.

dinâmica criminal, insere-se de outro lugar no laço social. O “atividade” em atividade⁵⁴ encontra recursos materiais e afetos: “os cara foi gostando de mim, me abraçou. Falou agora cê é nós [...] mesmo assim, na rua, eu ainda eu fiquei um tempão fumando pedra ainda. Até que um dia eu cansei de sofrer”.

Desdobramos a sentença acima para abordar alguns elementos proeminentes no discurso de Lucas. Discorremos sobre “um tempão fumando pedra”, ato conexo à vida nas ruas, e “cansei de sofrer”⁵⁵, que delimita a reorientação da sua trajetória. Como bem elucidou Freud, inventor da psicanálise, o inconsciente tem caráter atemporal; os discursos, então, muitas vezes não correspondem à lógica orientada pelo relógio ou pelo calendário, cada sujeito recorre aos marcos temporais segundo o que lhe é possível. Por isso, na fala de Lucas, o “um tempão fumando pedra” e o “cansei de sofrer” não dizem respeito apenas ao número de dias ou ao momento em que ele se dá conta do sofrimento envolvido no uso prejudicial de drogas. Trata-se antes de um percurso de muitos anos que foi condensado nessas duas sentenças. Aprendemos com a prática psicanalítica que por vezes as palavras faltam; a fala, então, é concatenada por um certo curso que não abarca a totalidade dos fatos nem das experiências, pois ocorrem retrocessos e avanços, pausas e interrupções. Um substantivo é trocado por outro. As palavras, sons e gestos tornam-se interpretáveis, e o inconsciente aparece aqui e acolá. Captamos da fala de Lucas uma história própria, cadenciada segundo as contingências e invenções singulares; alternam-se, como ele narra, momentos de grande sofrimento e de certo apaziguamento. Entre os usos prejudiciais de substâncias e os intervalos, mesclam-se a casa e a rua de maneira própria e tão contundente como a que vimos na poesia de Marques (Marques & Jorge, 2017) que faz o preâmbulo da pesquisa. Conforme Lucas:

Teve um tempo que eu voltei para casa. Minha, minha tia me achou depois de quase oito meses lá na [...]. Aí quando eu voltei para casa, que eu estava deitado lá dentro de casa. Ou, eu levantei assim de noite, assim eu estranhei. Falei que lugar que é esse que eu tô aqui? Que maloca⁵⁶ que é essa que eu tô aqui? Aí eu passo na frente do espelho e eu falei: o zé, e ocê correndo aí, sô? Aí depois que eu olhei assim, eu falei ó, tô em casa. Já estava acostumado com rua. Já tava acostumado com rua mesmo.

54 Olheiro do atacado e varejo da droga no exercício de sua função.

55 Lamentavelmente não dispomos do material necessário à inferência daquilo que o conduz à rua e que depois o faz cansar de sofrer. Considerando o princípio da fala livre, restringimos as nossas intervenções para possibilitar ao sujeito que falasse daquilo que para ele era importante no momento da entrevista. Podemos, portanto, supor apenas que cansar de sofrer está relacionado à vulnerabilidade social e a devastação decorrente do uso de crack.

56 Moradia geralmente construída em logradouros públicos com lonas, madeiras e outros recursos simplórios. No vocabulário das ruas, *maloca* difere-se de *barraco* pela localização e pelo tipo de infraestrutura.

Que maloca que é essa aqui que eu tô dormindo? Que tem dia que cada dia você está num lugar, meu fi.

No primeiro trecho, “um tempão fumando pedra”, encontramos mais que o uso de drogas: ele contém as marcas das violências presenciadas, vividas e protagonizadas e denuncia a escassez de recursos destinados ao atendimento da Pop Rua. Lucas queixa-se da insuficiência de Abrigos⁵⁷ na cidade e fala das disputas pelos recursos materiais quando esteve em situação de rua; denuncia o descaso e a atuação do Estado em diferentes momentos do nosso encontro. Recortamos de sua fala dois aspectos proeminentes: a precarização da vida e as violências.

Lucas condensa as duas questões supracitadas de forma interessante. Segundo ele, nas ruas “tudo que dá dinheiro, dá B.O.”⁵⁸ e “de madrugada, não tem lei. De madrugada, aquele olho vivo lá, eu não sei se ele dorme. Uma vez que eu vi aquele olho vivo desembolar de madrugada”. Como ele repete, “na rua é foda” e “é foda né zé”. Enquanto o olho vivo dorme, a Pop Rua geralmente está acordada. Quando não, alguns dormem enquanto outros mantêm certo nível de vigilância (“tem hora que você dorme em equipe para se defender, né?”). Quando o sono chega, não é possível acomodar-se em qualquer lugar. Existem riscos, como aqueles narrados por Lucas quando da agressão por objeto cortante enquanto descansava numa das maiores praças de Belo Horizonte. Não há dúvidas quanto às diversas dificuldades enfrentadas pela Pop Rua. A chuva, o frio ou as altas temperaturas somam-se às doenças sazonais e às comorbidades, porque “colchão, mesmo debaixo do viaduto, tava todo moiado”. Para conseguir dinheiro trabalhando na reciclagem “tem que andar é muito, muito, muito mesmo” e o ganho só vem “em dia de *show*”. É necessário “botar a mão, né, lixo sujo”.

Muitas vezes é fundamental contar com o acolhimento e proteção de um padrinho, ou “paizão”⁵⁹, das pessoas que trabalham no atacado e varejo da droga ou “das trans”, como aconteceu para Bel. No seu discurso, a situação precária faz uma pausa quando são recebidas as doações ou assistência dos serviços disponíveis no município. Lucas lembra que “ali na rua você tem que defender na unha”, o que geralmente significa lançar mão da violência ou do nome conquistado a duras penas, “porque isso é a rua. Na rua, o bagulho é doido. Mas você também não pode ser muito puro não! Você tem que ter um pouquinho de

57 Belo Horizonte tem apenas três Unidades de Acolhimento Institucional destinadas à Pop Rua: Abrigo São Paulo, no bairro Primeiro de Maio, e Albergue Tia Branca I e II, situados, respectivamente, nos bairros Floresta e Funcionários (PBH, 2022). Segundo uma publicação veiculada pelo jornal *Brasil de Fato*, juntos, os três equipamentos disponibilizam aproximadamente mil vagas (Araújo, 2022), quantia notavelmente insuficiente.

58 Boletim de Ocorrência policial. Termo equivalente a *problema*, *confusão* e *desfecho desfavorável*.

59 Pessoa reconhecida e respeitada nas ruas. A exemplo de Bel (“mãezona”), é importante ter um nome na rua.

maldade”. Nisso não há novidade, uma vez que frequentemente nos deparamos com situações que escancaram a dureza da rua e do crime.

Para aclarar ao que ele se refere, reavemos duas anotações do diário de campo realizadas no mesmo dia e relativas ao mesmo local. O primeiro trecho diz respeito à entrada da equipe de CnaR no território, ao passo que o segundo exemplifica o cru de um corpo na quebrada, na rua, no crime. A mesma transferência que nos possibilita ingressar nas áreas de vulnerabilidade social, sustentar e produzir demandas relacionadas aos cuidados em saúde, coloca-nos em situações indesejadas em que muitas vezes imperam a barbárie e a lei de ferro. Exemplificamos com dois pequenos trechos do diário de campo: primeiro, descrevemos a nossa entrada nesta quebrada agenciada por práticas violentas e comercialização de drogas a partir dos sons que escutamos assim que chegamos à sua entrada principal. Sintetizamos desta forma os primeiros diálogos:

[...] suave, tá normal heim [...] Normal normal⁶⁰ [...] Reto na 13⁶¹ [...] Cadê água? E minha consulta? Me dá paçoca? Ou, vou ali buscar o menino que o cachorro mordeu. Cadê fulana? Cadê sicrana? E meu documento? Fez não? Tá tirando mesmo heim (Diário de Campo).

Algo protegidos pelo uniforme branco, pelo conhecimento do território e pelos laços estabelecidos, seguimos quebrada adentro. Entre curativos, distribuições de insumos de RD, agendamentos de consultas médicas, orientações e o “falar à toa”, como apontou Miller (2008), qualificamos as demandas e oportunizamos a escuta. Para isso, alguns usuários são convidados a uma conversa com um pouco mais de privacidade. Tudo acontece ali mesmo, sentados na calçada, encostados num poste ou em qualquer lugar que forneça abrigo do sol e/ou chuva. Pinçamos de um momento como esse o que disse cautelosamente e em sigilo uma usuária, segundo a qual não deveríamos atender a pessoa – com a qual tínhamos vínculo – que estava aguardando. “No pé do ouvido”, como dizem os mineiros, ela confia a alguns trabalhadores da equipe de CnaR: “esse aí que vocês vão atender? Faz nada não, sô. Vacilou, deu mole. Eles não vão perdoar não” (Diário de Campo). Os dois pequenos recortes deixam claro que a nossa presença e permanência nos territórios é sustentada pelas demandas e necessidades locais, mas, sobretudo, pela transferência com as pessoas e com a própria quebrada, uma vez que há alta rotatividade dos moradores e trabalhadores. Ingressamos apostando na transferência construída de maneira gradativa, cotidiana e

60 *Suave* e *normal* são algumas das palavras gritadas pelos trabalhadores do tráfico de drogas para indicar a inexistência de ameaça quando da aproximação de pessoas alheias ao território.

61 Localização da unidade móvel de polícia que circulava no local.

instrumentalizada pelo acolhimento possível das demandas, mas a deixamos afetados pela dureza da violência proveniente do anúncio do “desembolo”⁶².

Quando os trabalhadores do CnaR estão em campo, por orientação, hábito, técnica e precaução, os atendimentos raramente são realizados por apenas um profissional. Enquanto um ouve o usuário – atento ao lugar, mas dedicando-se exclusivamente a ele –, o outro intervém quando possível, maneja aqueles que se aproximam e, principalmente, amplia o seu campo de visão a fim de estar a par do que se desenvolve ao redor para garantir a segurança da equipe.

As ruas e quebradas demonstram a coexistência das ocorrências da violência e da miséria com as soluções criativas: paredes pintadas, *playgrounds* improvisados, soluções interessantes aos problemas de infraestrutura. Facilmente esbarramos com artistas (músicos, pintores, atores etc.). Por outro lado, como demonstram os discursos dos entrevistados, nas ruas não se pode “ser muito puro não! Você tem que ter um pouquinho de maldade”. Para garantir as condições necessárias à vida e driblar as adversidades, é preciso mais do que malícia: é fundamental ter jogo de cintura e malemolência nos laços estabelecidos com as pessoas; é imperativo tornar-se algo inventivo para extrair de contextos desfavoráveis maneiras próprias de viver e sobreviver.

Além da contação de múltiplas vivências violentas – como espectador ou partícipe –, emerge outro significante que invade o encontro: Ao falar da região centro e centro-sul de Belo Horizonte, surge um elemento que também marcará as suas escolhas quanto aos lugares de fixação e, posteriormente, de moradia – os ratos! Lucas discorre longamente acerca desse animal que além de causar-lhe problemas provoca certo horror. A presença massiva dos ratos na região central da cidade faz com que ele fale do tamanho, deslocamento, alimentação e procriação do mamífero. As hipérboles e onomatopeias pareiam-se a suas faces ora cômicas, ora de nojo: “Rato correndo com marmitex e é raato, é raaato, é raaato, ‘né’ esses camundongo. É raaato, raaaato. Porque ali é comida o dia inteiro, né, zé? Nem todo mundo tem asseio, vocês é doido demais de ficar comendo trem no centro (risadas)”. Ele lembra a existência de um lixão próximo ao viaduto que abrigava o seu colchão, mostra vídeos com a presença dos animais e só depois indica a aquisição de uma nova casa. Para se livrar dos ratos presentes nas imediações dos seus pontos de pernoite, do trabalho como “atividade” e da antiga casa, ele mudou de endereço.

Transitar – ainda que na mesma quebrada – não é sem consequências. Ouvimos que mudar de casa é o desfecho transitório de um percurso subjetivo anunciado no início da entrevista, quando ele disse que “até na rua, nem todo dia eu queria saber de pedra não” e “nunca fui de roubar. Nem de manguear. Nem de pedir os outros. Falava, ô moça, deixa eu

62 Resolução de conflitos de maneira pouco ou não mediada pela via da palavra e das negociações. Comumente, *desembolo* é sinônimo de agressões físicas e/ou homicídios.

varrer a sua calçada, deixa eu vigiar seu carro [...] Vendia uma droga, mas nunca fui de roubar os outros”. Ele trabalhou em diferentes lugares e funções: reciclagem, serviços gerais, construção civil, comércio de ilícitos e nas lavouras do Sul de Minas. Lucas relata ter iniciado o uso de bereu quando esteve no interior de Minas Gerais trabalhando nos plantios e colheitas de café. Refere que lá a relação estabelecida com a substância, bem como o lugar dela no campo social, é diverso ao das grandes capitais:

Lá é comum. Lá a pessoa trabalha na lavoura de café a semana toda, chega final de semana, vai lá busca umas 5, 10 grama de pedra e fala é essa que eu vou fumar meu final de semana. Fica lá, final de semana torto, mas segunda-feira volta a trabalhar tudo normal do mesmo jeito. Tipo assim, não é olhado como bem dizer, igual os traficantes falam: noiado. Não é olhado como nóia. Lá, bem dizer é moda fumar pedra.

Numa moda “dessas que a gente cai no bereu”. Dessa forma ele demarca o início do uso de crack. Há sempre o risco de a moda ganhar aderência e colar-se – como no caso dos demais psicoativos – na subjetividade e no corpo. Retomamos as questões relacionadas às substâncias para articular necessidade⁶³, território e invenção. Após retornar à capital, ele retoma a trajetória de vida nas ruas, esquivando-se dos ratos vai construindo as suas alternativas: “varrer uma calçada”, “vigiar um carro”, “vender uma droga”, “mexer num telefone” etc. Ele faz o seu “corre”⁶⁴ na cidade sem negligenciar os aprendizados pregressos. Informa que na época em que estava no Sul Minas era dono de um aparelho de celular “top” que estragou e precisou ser formatado após um problema no sistema *touch screen*. Anos depois, nas ruas da capital mineira, ele fez do estrago uma constante fonte de renda: “cria”⁶⁵ de uma grande favela, conhecedor do funcionamento da rua e com muitos laços estabelecidos na rua, conta que interveio num dos conflitos motivados pela divisão de telefones roubados e furtados. Fez do “cobra comendo cobra” outro uso, mediu a situação e resolveu o impasse pela oferta do seu trabalho. Segundo ele, naquele tempo poucas pessoas sabiam usar os recursos do sistema operacional dos telefones, desconheciam como *resetar* ou fazê-los funcionar sem correr o risco de responsabilização pelo crime cometido. Ele descreve a cena desta maneira:

Neguinho, é que nós roubou esse telefone aqui e nós tá meio assim de mandá tirar a senha dele, tá ligado? Porque se ele sumí com meu telefone eu mato ele. Que o ladrão

63 Pelas incidências químicas e subjetivas, o objeto droga pode figurar no lugar de uma necessidade.

64 Obter os recursos necessários, como dinheiro e objetos.

65 Expressão utilizada majoritariamente pelos jovens em referência ao local onde se vive. Dizer-se “cria” sinaliza uma forma de pertencimento e identificação a uma determinada comunidade ou território.

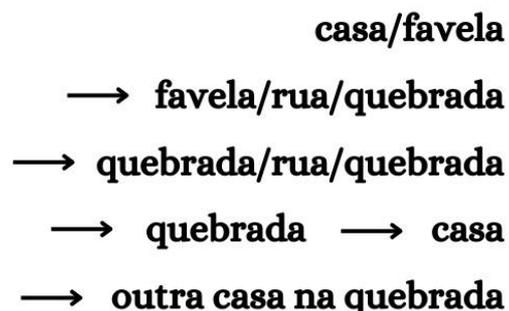
pode roubar de todo mundo, mas não pode ser roubado. Você tá ligado, né? É, ladrão pode roubar de todo mundo, mas se roubar o ladrão, meu fí, ele vai até o inferno atrás docê. Aí ele me mostrou o celular, no que ele mostrou o celular eu sabia formatar. *Eu vi uma outra utilidade na rua* [ênfase adicionada]. Os cara, ó. Vou trazer é nocê. Os caras já trazia o celular roubado ni mim. Já falava: todo celular que você formatar para nós, cê vai ganhar tanto. Aí eu já estava ganhando um *dinheiro mais suave* [ênfase adicionada]. Tava ganhando um dinheirinho mais suave.

Como os demais redutores de danos entrevistados, Lucas viu “uma outra utilidade na rua”. O seu *quantum* de perspicácia e inventividade garantiu-lhe um “dinheirinho mais suave”. Pouco a pouco o “mais suave” transforma-se no afastamento dos ratos e no gradativo abandono da trajetória de vida nas ruas, do uso prejudicial de crack e das dinâmicas criminais. O dito “cansei de sofrer” ganha ares de saber fazer. O dinheiro obtido deixa de ser majoritariamente empregado na aquisição de substâncias. Advertido pela própria experiência, ele sustenta uma construção que prescinde do ideal da abstinência e abre espaço para a atitude cotidiana representada pelo “perseverar nessa trajetória mais ou menos mais uns 10 anos”. Aos poucos, o colchão debaixo do viaduto, as ruas e praças perdem espaço para a residência de familiares e amigos. Como na escrita de Marques e Jorge (2017), primeiro, Lucas constrói algo entre a rua e casa para, em seguida, inverter os termos na direção casa e rua.

O território é preponderante na trajetória e escolha pela RD, conhecida quando Lucas estava em situação de rua e maloca. O seu trânsito pode ser condensado da seguinte forma:

Figura 8

Trajetoária de Lucas.



O “cria de favela” produz meios para mitigar a precariedade material: Lucas deixa a rua para trabalhar no atacado e varejo da droga, depois deixa o uso abusivo de crack para ter uma casa na quebrada. Posteriormente, muda-se de casa dentro da quebrada. Agora, os ratos ficam na rua.

5.3 Corpo de vidro e o chafariz

Olívio é um dos primeiros redutores de danos do Brasil. Nas três décadas de ofício, ele circulou em diferentes Estados promovendo trocas de experiências. Trabalhou em grande parte dos serviços municipais, estaduais e não governamentais que envolvem a RD. O sorriso que inicia o nosso encontro dá o tom da entrevista. Apesar das questões que evocam certo sofrimento, esse cantor irreverente preserva o bom humor. Nos momentos iniciais, mostra-me um livro e indica que irá fumar, varre o lugar com o olhar para evitar problemas com a Guarda Municipal e fala brevemente de sua relação com aquele psicoativo. Indaga sobre o que deveria falar, obtendo a clássica resposta analítica que demanda ao falante que simplesmente conte a sua história.

Como Bel e Lucas, ele fala das reviravoltas da vida, nomeando-a como uma “revolução”. Lembra que passado e presente “mexem muito” com ele e que o primeiro “reflete” muito no segundo. A partir daí discorre sobre a sua trajetória de vida, notadamente marcada pela RD e pelas questões que envolvem o seu corpo. Exemplifica:

O envelhecer é uma caixinha. Eles querem colocar a gente numa caixinha, né? Então, por exemplo, eles querem que eu, eu estou no caminho do envelhecer, então eles querem ficá me apresentando, é agulhas de crochê, de tricô, sabe? (risadas) Só que o seguinte, eu tô querendo quicar, escutar *funk*, ficá quicando, entendeu? Então é, essas caixinhas me incomoda e eu acho que eu ainda vou precisar, inclusive, falar disso, sacou?

O corpo que primeiro emerge no seu discurso como resistente às capturas das “caixinhas” da idade e dos estereótipos atribuídos aos “velhos” convoca contornos inventivos que indicam o seu desejo pela vida. Ao longo da entrevista, discorre sobre isso da seguinte maneira:

Mas eu vou contar para você. Eu falei sobre isso, que eu estou envelhecendo, eu vou falar por quê. Eu vou fazer 58 anos. E aí é isso. Veio essas questões da velhice que eu tô encontrando com ela. Eu não estou com ela ainda não. Eu estou ao encontro dela e aí é a minha família que traz isso quando eu falo dessas agulhas de crochê, é um pouco dessas da minha família pensa de mim⁶⁶, assim. Ah, você precisa aposentar, ah, você precisa ah, você sabe, uns papo que porra. Eu estou querendo. Eu sou

66 Olívio se refere à forma como é percebido pela família, ou seja, como alguém que deveria se comportar de maneira diferente: aposentar-se ou trocar de trabalho, alterar as suas preferências musicais e os usos que faz do seu corpo.

cantor, né? Eu gosto de cantar, eu gosto de viver, eu gosto de cantar, eu gosto de ir pra praia, eu gosto... e eu quero fazer nudes com 80 anos. Sinto muito!

Olívio aprendeu com a RD, como grifa ao longo do encontro, a ser crítico. O irônico “sinto muito” e falas similares surgem em outros momentos do encontro como indicadores de um estilo que auxilia na sustentação da sua posição frente às adversidades. Ele resgata uma situação no trabalho para dizer que só emite a sua opinião quando participa da construção – segundo ele, “já que eu me entendi quem eu sou, eu sei também construir, né?”. Ao longo da entrevista, deixa claro o seu rechaço quanto a ser colocado na posição de “coitado” ou “frágil”. Amparado pela crítica e pelo cômico “sinto muito” ele sustenta uma postura calculadamente combativa, recorrendo a esse traço peculiar para discorrer sobre o corpo ao qual se refere como “alto”, “preto” e “negro”. Com tais adjetivos, ele, do trabalho desenvolvido como redutor de danos e dos atendimentos que recebe no SUS, fala daquilo que o atravessa:

Eu vejo que existe um racismo estrutural comigo já há muito tempo, que eu fico; eu preciso trabalhar isso, dá uma puxada, uma guinada. No sentido que o negro no passado, os negros grandes, altos, eram os que mais, na tendência, tinham forças na lavoura. Era aquele que batia mais e apanhava porque ele precisava trabalhar. Eles me veem como esse nego. O meu corpo sempre fala isso numa unidade de saúde. Meu médico, ele fala, você está ótimo. Eu tô morrendo lá. Eu sou uma pessoa super. O meu corpo, eu me entendendo como o meu corpo, ele é quase de vidro. Quando eu adoço, eu quase quebro e ninguém consegue ver isso.

Ao falar daquilo que lhe é “muito estranho”, ele sintetiza as violências sofridas nos serviços de saúde. Segundo ele, “a escuta na unidade de saúde, ela é a escuta é dos dados vitais. Ah, você tá ótimo, ah, então vai embora. Os dados vitais que são a escuta, mas e a outra escuta? Onde que eu enfio isso?”. Considera a logística dos equipamentos interessante e informa ser bem atendido, por outro lado, captura o ponto de furo e falta. Descreve a “impressão” de que o médico da sua equipe está atendendo uma outra pessoa, fala que passa “por todos os processos”, faz os procedimentos e conversa, mas “ainda assim eu tenho essa impressão que ele está atendendo uma pessoa que não sou eu, sabe? Então, nesse sentido que eu acho que também perpassa pelo racismo”. Pergunta-se repetidamente “cadê a escuta” e explica que não falta a reformulação da política de saúde, mas o “olhar para uma pessoa negra”.

A não escuta equivale para Olívio ao não reconhecimento. Como refere, ele encontra no campo social a oferta de “agulhas de crochê”, “aposentadoria” a “aferição dos dados vitais”. Destacou, nas múltiplas situações que narrou, as mudanças decorrentes do processo de envelhecimento, sinalizando que ao questionar as condutas (sobretudo, as condutas médicas)

encontra como resposta: “Não, você está ótimo, você está ótimo, Olívio. E é só isso que eu escuto. Que eu tô ótimo, sabe?” Acrescenta-se a isso o diagnóstico de “drogadicto” recebido quando da entrevista médica para a realização de uma cirurgia, ao que ele optou por responder somente no período pós-operatório porque “ainda tinha todo um processo com ele”. No trecho a seguir, os embargados e o tom da voz combinaram-se às interrupções discursivas. Tais sutilezas não escapam à psicanálise, e elas são indicadores do sofrimento transcrito no trecho a seguir:

Quando eu operei, eu fui conversar com o residente médico, aí ele foi e escreveu: você fuma maconha? Você usa algum tipo? Eu falei: eu fumo maconha! Ele escreveu *drogadicto*. E aí eu peguei aquilo, olhei e falei, meu Deus. Eu estava muito mal, Leandro. Eu não sei se você chegou a me ver. Eu estava muito sensível mesmo, né? Eu estava muito magro. Quando ouviu que eu falei maconha ele não perguntou nem o tanto que eu fumava. Qual era; quanto tempo que eu fumava? Quantos baseados eu fumava. Se eu fumava todo final de semana, eu escolhia o dia, ele não perguntou porra nenhuma. Só foi escrevendo lá. Então é disso que eu falo, sabe? A redução de danos, ela, ela, ela me ensina a dizer quem eu sou. Nesse processo político e social, assim ela, ela me coloca nesse lugar.

O estereótipo do “negro grande que é viril”, estereótipo do racismo, não lhe cabe por muitos motivos, dentre eles, a saúde precária. Em contraposição a isso, o corpo preto, alto e magro busca fazer-se ouvir por meio dos aprendizados com a RD, permitindo-lhe dizer que “não! Eu não tô ótimo não”. As empreitadas para a garantia de saúde exigem-lhe muito e por vezes só são possíveis no encontro com um semelhante menos insensível ao seu sofrimento. Na situação descrita acima, é o encontro com o seu médico⁶⁷ – “que inclusive era negro” e que “estava com o mesmo ofício⁶⁸, fazendo as mesmas perguntas” e “não escreveu drogadicto” – que facilita a expressão da violência sofrida. Em outro momento, Olívio lembra criticamente que não se trata apenas da cor da pele, porque

[...] falar de racismo não quer dizer que eu tenha que achar que tudo, que todo mundo que é preto também que tá falando está certo. Consegui entender que eu também não sou esse negro, sacou? Então eu tenho as minhas especificidades.

67 Olívio diferencia o médico residente do “seu médico”, que na ocasião era preceptor do programa de residência.

68 Relatório médico.

Nesse sentido, o fragmento abaixo nos permite ver algo da sua invenção singular contornada pelos encontros com a RD:

Porque antes da redução de danos eu era uma marionete social, porque eu era um tanto de coisa para todo mundo. E eu não tinha um lugar. Eu tinha que ser o Leandro, eu tinha que ser a menina, eu tinha que ser o médico, eu tinha que ser todo mundo e aí eu eu falava, eu sou, aham, eu sou, e aí eu falei, não, eu não sou. E por que que eu não sou? Eu só tinha um sentimento que eu não era, mas eu não sabia dizer sobre isso, né? E aí, *a redução de danos me trouxe esse ser* [ênfase adicionada], a redução de danos, ela realmente me faz me encontrar comigo mesmo. O Olívio. E aí eu sei dizer quem eu sou, né? Agora sim, é combater tudo isso, né? Porque isso, isso tira a minha personalidade e a minha, e a, e a minha liberdade. Quando eu falo, né, que a sociedade é uma farsa, perpassa também por isso aí, né? E aí? É, uma pessoa negra não pode ter voz. Uma pessoa negra tem que trabalhar até morrer. Isso continua. Eu sinto isso na pele. Né?

Os traços das violências de caráter racista também descritas por Bel quando ela diz “mulher preta”, e por Lucas nas denúncias relativas às negligências do Estado e às vivências de marginalização, aparecem com os contornos da RD no discurso de Olívio. Para ele, a RD vincula-se à entrada e às modulações dos laços sociais. O ofício ultrapassa as estratégias de cuidado geralmente direcionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, tornando-se uma espécie de linha-guia cujos primeiros traçados iniciaram-se muito anos antes dos vínculos empregatícios na área.

Tratamos deste discurso de forma diferente em relação aos demais. Bel e Lucas recorreram à cronologia crescente da história, ou seja, falaram das suas trajetórias de vidas para em seguida abordar as questões relacionadas à RD. Olívio fez o percurso inverso: falou primeiramente da incidência da RD na sua trajetória para em seguida resgatar os elementos marcantes da sua história. Ao seguirmos o encadeamento do seu discurso, torna-se possível transitar do “corpo de vidro” ao “chafariz”. O encontro de Olívio com a RD não foi sem sofrimento. Lamenta não a ter encontrado antes e diz que para se apropriar dela precisou “abaixar muito a cabeça”. Segundo ele, “devia ter encontrado com RD bem mais jovem. Eu acho que eu teria sido mais feliz, inclusive”. Fala amplamente das suas experiências como redutor de danos e narra as transformações das suas atuações ao longo das décadas de trabalho, das instituições em que trabalhou, das conquistas e impasses vivenciados. Dedicase especialmente às questões relacionadas ao HIV, à educação no uso de substâncias, às transformações dos contextos urbanos e às dinâmicas territoriais.

Ouvimos, entretanto, que os precursores de tal encontro podem ser localizados antes da década de 90, quando ele acompanhou muitos amigos contaminados pelo HIV; foi também nessa época que começou a desenvolver os primeiros trabalhos como redutor de danos. Olívio e RD colidem quando o apartamento luxuoso em que morava foi substituído por uma casa simplória e pequena que, segundo ele, não lhe cabia. O *hall* de entrada do prédio, com tapete vermelho e chafariz, assim como diversas outras possibilidades e experiências, deixam de fazer parte da sua realidade. Nas suas palavras: “Chafariz! Cê entrava no meu prédio e tinha um chafariz! Eu me sentia, né? Aí, e aí de repente eu venho pra esse bairro que não tinha nada aqui. Aqui, inclusive, lá em cima um pouquinho, era um lixão”. Ele saiu, como informa, da “zona sul” para morar num bairro “que não tinha nada”, de “estrada de terra” numa “casinha mequetrefe” com construção precária e inacabada.

A falência dos negócios espalhados por Belo Horizonte “mexeu demais” com ele. Já não trabalhava nas lojas, como fazia desde os treze anos de idade. Está colocado, portanto, o Real que tornou a vida temporariamente insuportável. Ele recusa a mudança de endereço e vai buscar nas ruas alternativas que lhe garantam a existência. Para reduzir os próprios danos desencadeados pela falência financeira da família, que se viu obrigada a trocar a moradia de luxo com chafariz por uma habitação precária nas imediações de um lixão, Olívio recorre também às SPAs. À época, os remédios psiquiátricos e os moderadores de apetite compuseram a sua escolha em virtude do valor de comercialização e dos efeitos obtidos quando do uso. Ao falar da quantidade de remédios consumida, ele localiza a função da substância: “um apagão” que ajudava com “a dor que estava sentindo”. A mitigação dessa insuportável mudança coloca no seu caminho a necessidade de atenuar as devastações vivenciadas. O chafariz que antes era um entre muitos outros artigos decorativos torna-se para ele um significante, o objeto deixa de ser mera construção que jorra água para tornar-se um divisor de águas. Ele conta que insistentemente sentava-se à calçada em frente ao prédio, onde passava um período do dia sozinho ou com amigos; às vezes, estava sob efeitos de SPAs. Fala:

Eu lembro que eu ia pra frente do prédio, chorava, chorava, chorava, chorava, chorava, com a minha turma assim. A gente fumava, bebia assim e eu chorando, olhando pro prédio e falando, mas eu morei aqui, como é que eu saí daqui? Chorava, chorava, chorava, foi a época que eu bebi muito, parei de estudar, perdi o tesão pelo estudo, fiquei nessa loucura assim, sabe? Dos 18 até uns 20 e poucos, eu fiquei numa loucura assim, da rua. Eu fui um personagem da rua. Tudo que você imaginar de coisa boa e coisa ruim eu fiz.

Acrescenta-se a isso o seu contexto familiar, marcado por uma divisão: “meu pai é de família. Minha mãe é da favela”. Frequentava, como diz, “os dois lados”; “os dois movimentos”. Visitava a casa do tio para “escutar Ray Charles e ia pra casa da minha avó da favela pro samba, que eu adorava, de roda, que ela fazia dentro da casa dela”. Deslizante nos “dois movimentos”, entre o samba de/na favela e o convívio com artistas reconhecidos, adjetiva-se como Olívio “de vários lugares”. Procura nos universos economicamente distintos e nos diferentes territórios recursos para usufruir da vida e contornar o sofrimento. O corpo alto, preto e em processo de envelhecimento estabelece os seus trânsitos, amparado pelo uso que fez da sua história e da RD.

A ausência do chafariz – representante da falência financeira – marca o início das experiências em situação de rua e do consumo acentuado de psicoativos. Olívio ressalta que o uso (por vezes abusivo e prejudicial) pode ser relido hoje sob a perspectiva experimental. Podemos, aliás, recorrer aos termos que usou: “experimentador da substância”. Interessamos os usos e as apropriações que ele fez das drogas, combinando-as às suas situações de vida. Diz:

Tudo que tinha na rua eu comecei a fazer e comecei a entender que na rua tinha que ser o bicho mesmo, porque era o seguinte, se você fica em cima do muro, alguém te puxa pelo pescoço ou você pula no pescoço de alguém. Eu escolhi pular no pescoço de alguém, né? E aí fiz meu nome na rua [...] Classe média, a primeira droga a gente conhece é a bebida, né?... Eu já fumei pedra, por exemplo. Fumei um tempo em que eu achava maravilhoso. Emagrecia, ficava um corpicho. Falava gente, não preciso nem academia... e teve um tempo que eu questionava, que eu olhava as pessoas e falava assim: nó, ó, não, isso não é pra mim... eu não fiquei viciado em nada. Foi um experimento mesmo. Experimento social para mim ver o que é que de bom que tinha aquilo⁶⁹. Eu passava muito mal com esse negócio de pedra. E aí falei: esse negócio não é para mim não. Precisei nem de CERSAM. Eu já fiz... muita terapia, mas não por causa do uso de drogas. O uso de drogas eu sempre resolvi comigo mesmo... Eu acho que a redução de danos, ela me organizou nisso.

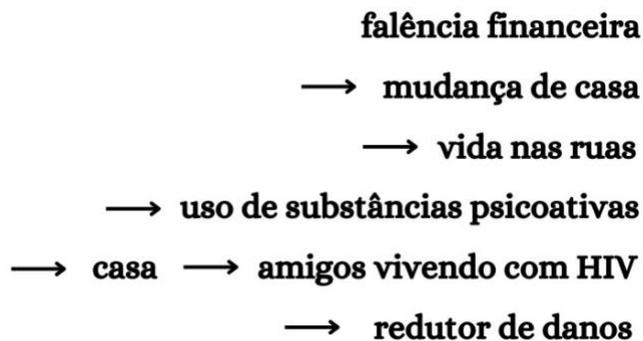
O discurso de Olívio revela o encadeamento entre o “mexeu demais comigo”, a experimentação de substâncias e vida nas ruas e a sua invenção singular. Os choros sentados em frente ao prédio, os apagões e o fazer o nome na rua (como Lucas e Bel) na sua história são conexos com a própria RD – redução dos próprios danos – na medida em que

69 Olívio reconhece os prejuízos decorrentes do experimento, bem como os desconfortos e agravos associados aos usos das drogas.

proporcionaram o intervalo necessário para que ele pudesse retornar a casa da família e pleitear o lugar ao sofá que lhe restou. No caso de Olívio, a RD apresentou-se como uma saída que delimita a sua posição e inserção no mundo. Não se trata, é claro, do próprio ofício, mas da forma que ele fez uso dela. Sintetizamos o seu percurso da seguinte maneira:

Figura 9

Trajetória de Olívio.



Em relação ao “processo de envelhecer” não localizamos nas suas falas queixas importantes quanto às possíveis limitações e agravos decorrentes do avançar da idade. O que ele aponta é uma reivindicação quanto ao seu lugar social, questionando-se: “ques ideia é essa que eles ‘tão’ trazendo de velhice para mim? Da onde que eles tiraram isso? Eu não encaixo nisso, não tem jeito isso aí tá aí pra mim não adianta”. O que está em jogo é, como ele aponta, qual velho ele será. Com ares irreverentes, ele diz desconhecer a resposta, mas aposta em algo menos conexo com as amarras sociais estereotipadas do crochê e da aposentadoria. O que diz desejar é “ser um outro tipo de velho” e “um ser humano mais livre”, como preconizado pelas suas experiências na RD.

6 REDUÇÕES POSSÍVEIS

Ao concentrarmos a nossa atenção nos usos da cidade, no estabelecimento dos vínculos e nas marcas agenciadas pela dor que atravessa o corpo, deparamo-nos com um importante ponto de tensão da pesquisa: o sujeito não é completamente determinado pelas influências externas nem, tampouco, pura invenção capaz de construir alternativas à revelia do seu contexto sócio-histórico⁷⁰. A questão colocada na nossa escuta é, então, quais danos os sujeitos buscaram reduzir com as suas invenções singulares. Tangenciamos respostas possíveis nesta seção, mas resta claro que apesar da amplitude do material produzido faltam elementos importantes.

Conhecemos, por exemplo, as particularidades da adolescência e da puberdade, mas desconhecemos a qualidade dos vínculos familiares de Lucas antes da sua vida adulta e da trajetória de vida nas ruas. Sabemos apenas que a sua escolha pela participação nas dinâmicas infracionais foi iniciada por volta dos quinze anos de idade. Localizamos a repetição apresentada por Bel e conseguimos precisar as ocasiões em que ela retorna a Belo Horizonte. Estamos também advertidos da sedução produzida pelos objetos de consumo e pelo discurso capitalista. No entanto, pouco sabemos da sua história antes da trajetória de vida nas ruas; fomos informados apenas que antes de trabalhar como profissional do sexo ela estava inserida no mercado de trabalho no posto de auxiliar de cozinha. Quanto a Olívio, temos mais informações e percebemos que a sua disponibilidade para falar e seu estilo de transmissão auxiliaram na empreitada de conhecer parcialmente o que lhe ocorreu antes do trabalho como redutor de danos.

Dito isso, buscamos amarrar os danos – tomados aqui desde a perspectiva do registro do Real – às soluções encontradas pelos entrevistados. Com esse intuito, demarcamos algumas repetições apreendidas pela escuta analítica, para em seguida promover derivações em direção aos sintomas e soluções. Como demonstra a psicanálise, a repetição é a linha-guia do gozo. O ato de repetir não é mera casualidade, mas sim indicativo daquilo que o próprio sujeito desconhece – ele repete para talvez elaborar. O seu modo de gozo representa, pois, as maneiras de sofrer e também um certo formato de inserção e exclusão do laço social. Por isso, dizer que o gozo tem caráter de unicidade não significa eliminar as suas incidências no campo social.

Aquele que goza com o uso de drogas ou com a prática esportiva, por exemplo, pode encontrar pares pelos caminhos trilhados. No segundo caso, o sujeito pode tanto ingressar numa equipe que compartilha o futebol ou *beach tennis*, quanto treinar só e devastar o próprio corpo como por vezes fazem os atletas de alto rendimento. Aquele que faz uso de SPAs pode,

70 Contribuição de Lislely Braun, quando da conversa sobre as questões sociais e subjetivas.

como sabemos, produzir um gozar solitário (autístico) fazendo da droga um componente do próprio corpo; é possível que ele ingresse também em dinâmicas de vida mortíferas permeadas pela violência. Por outro lado, é igualmente possível que as drogas sejam usadas pelas pessoas de forma compartilhada a fim de promover contemplações ou incrementar práticas religiosas e/ou sexuais. Reforçamos: a centralidade analítica não está na coisa ou no objeto, mas nas formas de existir de cada um. Bel lembrou disso: “a dor de cada um é diferente”. Seguimos com ela.

Extraímos do seu discurso a insistência em residir e existir em Belo Horizonte. Apesar de os filhos e o “trabalho de carteira assinada” terem permanecido no Rio de Janeiro, ela ingressou na atividade de profissional do sexo e elegeu a capital dos bares⁷¹ como o seu lugar, e o corpo que atraía os olhares foi instrumentalizado para obtenção de renda. Sustentar o trabalho exigiu-lhe subtrair-se de uma parcela da realidade, e então ela amortecia os afetos e a dureza da profissão com o uso das drogas. As condições mudaram e a substância passou a ocupar um lugar organizador, a subjetividade, o corpo e a cidade ganharam novos contornos. A Bel “bonitona” desfrutava dos bailes e dos artigos de luxo, circulava pela cidade para o próprio lazer. Tempos depois, o corpo contornado pelas gestações e pelo uso prejudicial das substâncias estabeleceu outros deslocamentos no território, o quarto cedeu espaço à necessidade de encontrar um lugar para pernoitar, um ambiente menos perigoso para descansar, uma rua ou comércio que viabilizassem a subsistência. Repetem-se o retorno a Belo Horizonte, as violências e a companhia dos psicoativos.

Gozando com a droga e instalada nas ruas de Belo Horizonte, ocorreram duas gravidezes. Na primeira, perdeu o direito de cuidar da filha, fato que se tornou um marco, pois o que se apresentou a ela foi a própria intrusão do Real decorrente da subtração da recém-nascida. Engravidada novamente tempos depois, e dessa vez, o círculo da repetição é traçado com outros contornos, alterando sua inserção e representação no laço social. A dor sentida e o inassimilável vivenciado anteriormente foram tomados por ela como causa: “só saio da maternidade com o meu filho no braço”. Para assegurar o direito de cuidar do filho, Bel promove uma redução do gozo, e assim a repetição que encontrava correspondência no “corre mais fácil” das ruas de Belo Horizonte foi fissurada pelo nascimento do último filho. A perda de gozo tornou-se possível por sua reorganização subjetiva, é claro, mas também pelo encontro com o Outro institucional não tirânico que a ajudou a sustentar o desejo pela maternagem por meio do acolhimento e da oferta das condições materiais indispensáveis ao abandono da situação de rua. Daí em diante, Bel faz outro uso do território – circula a lazer

71 Segundo os dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), IBGE e Receita Federal, BH apresenta o maior número de bares por metro quadrado em relação às demais capitais do país. Com isso, passou a ser popularmente conhecida como a capital dos bares e botecos.

com os filhos, mas frequenta as ruas cotidianamente como redutora de danos. Como demonstra o trecho de sua entrevista (p. 85 desta dissertação), agora ela e os filhos podem usufruir de outro “suor digno”. Bel conhece a própria dor, tornando-se, com isso, capaz de transmitir a sua experiência quando está conversando com a Pop Rua. Em alguma medida ela sabe o que é estar “naquele lugar” e “que não é a mesma dor que eles ‘tão’ passando que eu passei, mas é parecido, né; cada dor é diferente, né. Cada sentimento é diferente”. Os danos da perda da filha foram reduzidos por uma nova inserção na cidade. Agora, com residência fixa, “churrasquinho”, “pagode” e conversas com a Pop Rua.

Lucas, o “cria de favela” que “passou no *Balanço Geral*”, apresenta-nos os danos resultantes da sua parceria com o crack, da escassez de recursos materiais, violências, desamparo em relação às políticas públicas e atuação do Estado — condições que estão colocadas para grande parte da Pop Rua. Podemos extrair do seu discurso questões que ultrapassam as categorias relativas à vulnerabilidade social: almejava “virar patrão”, mas tornou-se “usuário”; a escolha utópica balizada pelo capitalismo transmutou-se — primeiro os objetos de consumo e artigos de luxo e depois o objeto droga. O uso prejudicial e abusivo das substâncias demonstra a radicalização do discurso do capitalista, no qual o sujeito é consumido na justa medida em que consome, mas não podemos, obviamente, reduzir a adição aos fenômenos do capital. Lembrando-se dos momentos de sofrimento, Lucas alerta que na “depressão” a pessoa se “afunda”. Isso também não constitui algo novo, a clínica explícita de forma contundente que não é raro recorrermos a alguma droga para tornar a realidade menos insuportável.

O que não passou despercebido aos nossos ouvidos foi a insistência para obter dinheiro. A nosso ver, a monetização tem para ele uma função importante, ou, melhor dizendo, não se trata apenas de obter recursos, pois escutamos que há nisso a demarcação de uma posição subjetiva. O “virar patrão” pode ser relido sob a perspectiva de um trecho supracitado, a saber:

Porque todo mundo uma hora cansa, você vai ficar limpando o esterco da galinha? Vai ficar botando adubo? Vai ficar te dando gasto, vai ficar te dando gasto. E você vendo que você nunca tem um retorno. Isso aí é bem dizer se jogar dinheiro fora. Queimar dinheiro. Aí, tipo assim, era do jeito que a minha família me olhou.

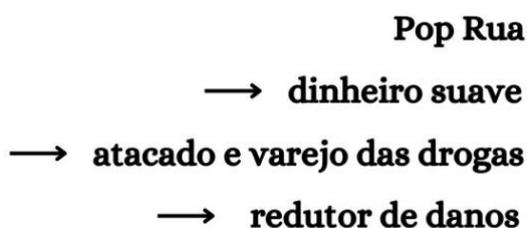
Para Lucas, o olhar do Outro da família se apresenta de forma contundente: aquele que queima dinheiro e não dá retorno; soma-se a isso o “esterco da galinha”, em que ele aparece como lixo aos olhos dos familiares. Aquele que “vai ficar dando gasto” se instala nas ruas e faz laços com colegas e com a cidade. Buscando outras formas de se representar ele “faz o corre”: trabalho na lavoura, vigiar carro, reciclagem, “varrer uma calçada”, formatar

celulares, olheiro e depois “facção” ou “pista”⁷². Chama atenção o que ele constrói ao longo dos anos: primeiro, o trabalho nas lavouras, que inaugura o consumo de bereu; depois a jornada extenuante e pouco rentável com recicláveis. Ele segue buscando alternativas com trabalhos informais até ver uma “outra utilidade na rua”, passando então a formatar aparelhos celulares furtados ou roubados para ganhar “um dinheirinho mais suave”.

O significante “perseverar nessa trajetória” indica o caminho que lentamente foi percorrido: estar na rua, não roubar, “não ser muito santo”, “defender na unha”, às vezes não querer “saber de pedra” e “ganhar um dinheiro mais suave”. Tais orientações delimitam a travessia que se realiza. No laço social, precipita-se gradativamente a transição:

Figura 10

Itinerário de Lucas.



Os movimentos que escutamos delineiam a redução dos próprios danos por meio de uma moderação do gozo que desemboca na mudança estabelecida com o risco. No seu tempo e com as suas métricas, Lucas vai tomando distância do significante *lixo* anteriormente instalado na relação com os familiares; ele utiliza os recursos viáveis para não “colocar a mão no lixo” catando recicláveis para, em seguida, abandonar o colchão embaixo do viaduto e ao lado do lixão. Por fim, a primeira casa, ainda perto do lixo e infestada de ratos, é substituída por outra “mais arrumada”, “com água” e “cerâmica”. Isso não acontece, obviamente, sem a manutenção do significante *dinheiro* – que agora também aparece moderado: “pra mim deixar a casa que eu tava do jeito que a que eu tô agora lá, eu ia gastar bastante, né? E eu não ia ter como gastar agora. Ao todo lá, agora também tem caixa d’água. Ah, já salva”.

Resta claro que as condições materiais influem na vida dos sujeitos. Todavia, segundo a nossa escuta, aquilo que salva não é apenas o dinheiro e o que se pode fazer com ele, mas os gradativos tratamentos do gozo protagonizados por Lucas. Ao sinalizar que “até na rua, nem todo dia eu queria saber de pedra”, “nunca fui de roubar” e “perseverar nessa trajetória”, por exemplo, ele indica o estabelecimento de trajetórias menos conexas à devastação e à

72 Aquele que vende drogas. Hierarquicamente, posição superior ao “atividade”, mas inferior ao gerente e ao patrão.

morte que culminam no dito “cansei de sofrer”. Torna-se possível então, como ele diz num dos trechos grafados acima (p. 89), não afundar no momento de depressão. Lucas trata do seu sofrimento com as próprias métricas (“ganhar um dinheirinho mais suave” [p. 94]), reorientando as suas posições nos laços sociais.

Similarmente aos outros dois entrevistados, Olívio fez as suas invenções e modulou o gozo relacionado aos usos das drogas. Poderíamos supor, como aventamos, que as repetições de Olívio estavam localizadas nos atos de cuidados para com os seus semelhantes. Recordamos que desde os primeiros anos da juventude ele adotava práticas de RD, apresentava cuidadosamente a cidade aos artistas, incluindo-se aí os locais onde adquiriram as drogas de suas preferências, cuidou por muitos anos de diversos amigos contagiados pelo HIV e ainda hoje, transmite os seus conhecimentos e práticas àqueles que desejam aprender sobre os territórios e RD.

Olívio modulou o gozo relacionado aos usos das drogas. Substituiu o comportamento “muito doido” com os seus inúmeros riscos e “apagões” pela experimentação regulada das substâncias. Tempos depois já não se sentava choroso para contemplar a fachada do prédio em que morava – parece-nos que hoje, aos passar por ali, limita-se a apontar que residiu lá e que conhece os dois mundos. Como deixa claro, sabe transitar na cidade. A RD, como falou, “ensina a dizer quem eu sou” e “já que eu me entendi quem eu sou, eu sei também construir, né?”. Certamente ele sabe construir: posiciona-se, é demandado pelas instituições, articula teoria e prática todos os dias e continua a cuidar das pessoas. O que nos ocorre, todavia, é que Olívio agora repete de outra forma, visto que Olívio continua saindo à rua todos os dias, mas desta vez em outro lugar e com outras pessoas. O seu encontro com a RD delimita uma saída singular que alcança o ser.

6.1 O lixo

Outra repetição se apresenta de forma importante para os sujeitos que escutamos: o lixo. Vejamos o sentido que ele toma para os entrevistados. No caso de Bel, inicialmente o lixo aparece articulado ao luxo, ou seja, os luxos do consumo, da posse de dinheiro e do suporte financeiro que dava aos filhos, e os lixos derivados do abuso de drogas, das violências sofridas e da ausência dos recursos materiais indispensáveis à vida. O trânsito entre o luxo e o lixo dá as caras – melhor dizendo, corpo – também nas permutas entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O luxo dos bailes e o deslocamento para “onde o dinheiro rolava” gradativamente perde o seu posto para o lixo decorrente do trabalho penoso como profissional do sexo, do abuso de drogas e das vivências nas ruas de Belo Horizonte.

As gestações na cidade mineira incidem precisamente nos dois significantes eleitos por ela para condensar grande parte do seu percurso. Memoramos o encadeamento: 1) os

dois primeiros filhos permaneceram no Rio de Janeiro quando de sua vinda a Belo Horizonte para trabalhar como profissional do sexo; 2) Bel engravida no Rio de Janeiro, atravessa o período gestacional em Belo Horizonte e retorna à sua cidade natal para realizar o parto; 3) gravidez e gestação em Belo Horizonte seguidos da perda da guarda da filha e 4) gravidez e gestação em Belo Horizonte seguida do Acolhimento Institucional e do início do trabalho como redutora de danos do município. Escutamos com isso que a saída singular de Bel é 1) agenciada pela maternagem e 2) construída entre os significantes *luxo* e *lixo*.

Os intervalos provenientes dos deslocamentos entre os Estados, os encontros com colegas em situação de rua e a constituição de um Outro institucional que acolhe o seu desejo parecem possibilitar a ressignificação do que antes era tomado como luxo e lixo. Agora, como aponta o seu discurso, o luxo está associado ao “trabalho digno” que possibilita o cuidado para com os filhos por meio das condições materiais, mas, sobretudo, da convivência assídua com eles. Luxo é reconhecer-se como redutora de danos, sustentar a conversa com os usuários que atende, enredar-se na e apropriar-se da cidade de outra forma e afastar-se do movimento repetitivo inerente ao “corre” e ao uso prejudicial das drogas. O lixo, antes vinculado à ausência de dinheiro e às violências, transformou-se no nome possível dado ao sofrimento proveniente da perda da guarda da filha. As lágrimas, os sonhos, o imaginário povoado pela criança perdida e o trabalho realizado com a Pop Rua – principalmente com as gestantes – fazem dos círculos das repetições outras formas geométricas.

No caso de Lucas, o significante *lixo* (repetido oito vezes ao longo do encontro) toma rumos diversos daqueles indicados por Bel. Localizamos no seu discurso que o lixo aparece primeiramente relacionado à situação de vida nas ruas e ao trabalho com recicláveis. Em seguida, Lucas altera o seu local de fixação, avizinhandose do lixão. Ele elege para os pernoites um pequeno local parcialmente protegido do sol e chuva pela estrutura do viaduto. Inserido na comunidade, ele foi “abraçado pelos cara”⁷³. Partindo disso, Lucas constrói moradia na entrada da quebrada em local próximo ao lixo presente nos tempos do colchão embaixo do viaduto. Tempos depois, abandonou as atividades no atacado e varejo da droga e vinculou-se a outros modos de trabalho (construção civil, lavoura e redução de danos). Surge, conforme seu relato, a oportunidade de trocar a sua casa por outra, distante do lixo, com cerâmica e caixa d’água. Lucas prontamente aceita e conecta tal acontecimento à vontade de “perseverar nessa trajetória”.

Percorremos a temática do lixo do ponto de vista territorial porque ela não parece desvinculada da construção subjetiva feita por Lucas. Parece-nos haver uma equivalência simbólica que podemos retomar desde o trecho grafado nas páginas 88 e 104 – “você vai ficar

73 Referência ao tráfico de drogas.

limpando o esterco da galinha? Vai ficar botando adubo? Vai ficar te dando gasto, vai ficar te dando gasto” e “nunca tem um retorno” –, que se conecta à resposta “virar patrão” (p. 86 e 104) e encontra novas facetas numa equação que encadeia os objetos esterco de galinha → lixo → rato → dinheiro⁷⁴. Lucas desliza do esterco de galinha, metáfora que utilizou para falar da percepção da família, aos lixos encontrados nas ruas. A equivalência vinculada ao lugar de menos valia e resto delinea o trânsito de casa para as ruas. Vivendo em condições precárias, emergiu outro significante advindo do encontro com o lixo: os ratos. O horror ao animal com o qual se encontrava cotidianamente inscreveu-se simbolicamente de modo a reorganizar algumas de suas escolhas relacionadas aos locais de alimentação, fixação e pernoite. A alternativa ao esterco de galinha, ao lixo e aos ratos parece emergir pela via do dinheiro: “um dinheiro mais suave” que lhe possibilitou se esquivar do trabalho com o lixo em busca de materiais recicláveis. Ganhar dinheiro com a formatação de telefones celulares, “olhando os carros” e no atacado e varejo da droga, por exemplo, apresentou-se como uma resposta possível ao sofrimento relacionado ao olhar e à fragilização dos vínculos com a família, bem como as condições de vulnerabilidade social que acarretam a sua proximidade com os ratos. Lembramos com isso do escrito de Freud (1909/1996), em que ele esclarece as linhas-guia de equivalência e encadeamento elaboradas por Ernst Lanzer.

Não se trata, é claro, de aventar uma hipótese diagnóstica, como fez Freud. Isso não nos compete neste momento. Limitamo-nos a expor que as formulações de Lucas no seu percurso de modulação do gozo encontram nesses objetos simbólicos a abertura de um caminho que anos depois culminará noutra forma de viver. Ao que parece, agora tais objetos têm novos contornos e o olhar familiar que entrelaçou Lucas ao lixo se deslocou. Além de não residir próximo ao lixão e aos ratos, ele é frequentemente convidado para os eventos familiares. Como narrou: “eles me chama direto. Quer que eu fique lá perto deles, né? Minha avó não aguenta ficar sem eu não. Eu fui o primeiro neto, né? Aí ela chama todo mundo de Lucas”. O uso de psicoativos agora limita-se à maconha e raramente acontece na presença dos familiares. Lucas diz que o seu “vulgo” permanece inscrito na quebrada e reitera: “eu não mexo com mais nada lá⁷⁵, mas ainda continuo tendo o meu espaço lá e pretendo sair de lá por enquanto ainda não”.

Quanto a Olívio temos menos a dizer. Ele cita o lixo, ou melhor, o lixão, uma única vez durante o encontro (p. 99). Nesse momento, ele faz referência ao local onde precisou morar quando do declínio econômico da família. Para ele, o lixão parece tornar-se um agravante de

74 Contribuição de Cristina Moreira Marcos.

75 Prática de crimes.

um bairro “que não tinha nada”, exceto a “casinha mequetrefe” onde instalou-se no “pedaço que sobrou” para fazer dali uma habitação possível. Hoje, pelo que sabemos, frequenta os lugares onde há quantidade importante de lixo apenas para atender a Pop Rua e seguir imprimindo no seu ofício a construção que lhe é singular.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos nesta dissertação as trilhas dos laços sociais nos contextos de vulnerabilidade social. Orientados pela psicanálise e entrelaçados à cidade e ao Consultório na Rua, transitamos entre os conceitos gerais extraídos das narrativas dos redutores de danos – fios condutores desta dissertação; por meio das palavras deles, estabelecemos a nossa questão e os conceitos centrais da pesquisa – para, em seguida, capturar os pontos de singularidades dos seus discursos. Localizamos que o território e as quebradas, as violências e as questões relacionadas ao corpo e o laço social compuseram o quadro geral da nossa pesquisa, ao passo que a escuta dos entrevistados nos permitiu delinear como eles se inscreveram no tecido social valendo-se da redução de danos como um suporte à reordenação das suas trajetórias de vida.

Observamos que o uso de substâncias psicoativas, a escassez de recursos, a trajetória de vida nas ruas e os encontros com as instituições apresentaram-se como relevantes aos sujeitos que escutamos. Diante disso, cada sujeito encontrou os seus meios para existir e atravessar os momentos de sofrimento. Nesse sentido, o ofício como redutor de danos funcionou para eles como uma espécie de suporte crucial, dando subsídios materiais e simbólicos necessários ao enfrentamento das suas condições de vida. Tornar-se redutor de danos configura, então, uma saída singular que operou de forma distinta para cada um deles, fazendo emergir outras construções mais afeitas à vida e a manutenção dos laços sociais.

Como vimos, Bel encontrou tanto na maternagem como no trabalho realizado como redutora de danos uma forma de “suor digno” que possibilitou-lhe fazer outros usos da cidade e aproximar-se dos filhos. No caso de Lucas, a redução de danos adveio como oportunidade de seguir com a orientação de ganhar um “dinheirinho mais suave”, afastar-se do uso prejudicial do crack, dos ratos e de “perseverar nessa trajetória”. Quanto a Olívio, a redução de danos iniciada a partir dos cuidados com os amigos tornou-se uma forma de contornar aquilo que é o seu ser, ajudando-o a localizar parcialmente quem é e o que deseja. O ofício serve a cada um deles de uma maneira distinta, mas em todos os casos trabalhar nas ruas mostrou-se como uma aposta na vida.

Verificamos que as trajetórias de vida e as soluções construídas pelos nossos interlocutores foram agenciadas também pelos fenômenos gerais abordados na pesquisa. O território de Milton Santos e as quebradas de D’Andrea embasaram as nossas reflexões acerca da cidade para tornar possível a captura das relações estabelecidas entre os sujeitos e os lugares que habitaram. Bel estabeleceu trânsitos entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro até finalmente decidir se fixar junto aos filhos. Após modular o próprio gozo, transmutou os seus ideais atribuindo ao luxo outra forma de vida que não aquela orientada pelo ideal neoliberal do consumo. Lucas, o “cria de favela”, substituiu o “virar patrão” pela obtenção de

renda possível, de forma a não ser “dominado” pelo uso prejudicial de drogas. Ao estabelecer as equivalências simbólicas necessárias a outra maneira de viver, não deixou de ser cria e tampouco saiu da quebrada. Procedeu de maneira diversa, criando a sua própria casa na quebrada. Olívio, que fez das ruas um abrigo possível diante do Real subsequente à falência financeira, apropriou-se dela transformando-a numa sede de cuidados à população em situação de rua.

Capturamos do discurso dos três sujeitos da pesquisa um ponto comum: reduções e modulações do gozo que possibilitaram a melhoria da qualidade de vida e o estabelecimento de laços sociais e parcerias menos mortíferas. Entre o resistir e o existir, cada qual, ao seu modo, segue percorrendo o caminho possível. Vale o ensinamento freudiano que prevê a recordação e a repetição para que aconteça a elaboração. Como é nítido, nossos entrevistados protagonizaram diversas repetições, todavia, foram capazes de pouco a pouco repetir de maneira diferente, fazendo dos círculos e curtos-circuitos das repetições algo próximo às espirais⁷⁶. Um riscado algo diferente a cada vez.

Vemos nitidamente com a presente pesquisa que o cultural atravessa o singular e incide nos sujeitos. O olhar direcionado aos usos da cidade, às dores dos sujeitos e às modulações dos laços sociais aclara algo já sabido: o sujeito e o inconsciente são afetados pelas condições de vida e pelos discursos imperantes no tecido social. Todavia, *afetados* não é sinônimo de *determinados*. Há, como nas linhas que representam a figura da espiral, o estabelecimento de certa distância do ponto inicial a cada volta. Entre uma linha e outra, pode haver invenção. A realidade social, como destacamos, é a realidade psíquica porque no fundamento está sempre a linguagem. Não esgotamos, é claro, as temáticas abordadas, cada uma das seções aqui transmitidas pode figurar em nova pesquisa: pode-se desdobrar a temática do território, das quebradas, do corpo e das violências por meio das particularidades inerentes a cada uma delas. Pode-se também abordar de forma acurada como elas se relacionam com os sujeitos escutados. Dessas possibilidades, podemos sacar novas pesquisas também afeitas à garantia de direitos e à escuta psicanalítica.

Por fim, cabe-nos ainda retomar outro achado: ter um nome na rua. Bel, Lucas e Olívio deram nitidez à importância do reconhecimento. Nos contextos aos quais nos referimos, ter um nome equivale à representação do sujeito no laço social. A saída descrita por eles é clara. Existem duas alternativas para garantir respeito e alguma segurança nas ruas: ou “faz seu nome” ou “tem padrinho”. Nossos entrevistados certamente desfrutaram da proteção oferecida por alguns atores, como “as meninas trans” e os “meninos do movimento”, por exemplo. Entretanto, eles não pararam por aí e fizeram dos seus nomes uma maneira de ser e de estar nas ruas. Fiados nos nomes construídos entre “altos e baixos”, entre o “luxo e lixo”

⁷⁶ Contribuição de Lislely Braun, quando da conversa sobre as questões sociais e subjetivas.

e entre “os dois universos”, eles seguiram buscando formas de viver com mais dignidade. Aliás, formas de reduzir os danos das perdas para viver melhor.

Ocorre que para nós, que estamos inseridos no discurso analítico e orientados pela regra fundamental da associação livre, é necessário também fazer um nome. Para operarmos pela via da psicanálise, precisamos que o sujeito fale, e isso só ocorre mediante o estabelecimento da transferência. Acontece que esse sujeito vivente nas ruas e quebradas não colocará o discurso em marcha sem que sejamos reconhecidos por ele, por seus pares ou pelo próprio território. Muitas vezes a demanda nos chega por meio de terceiros. Aquele que conosco está transferido concede créditos de confiança para que outras pessoas possam nos acessar. Voltamos a trecho do Diário de Campo: “vou ali buscar o menino que o cachorro mordeu” (p. 91). A nossa presença, ainda que facilitada pelo uniforme branco tipicamente utilizada pelos profissionais da saúde, só é efetivada no caso a caso. Primeiro o nosso nome – sinônimo de confiança –, depois as palavras e as demandas com as quais vamos trabalhar. Portanto, ainda que inserido em outra modalidade discursiva, o analista não atua desconectado das expressões sociais vigentes no seu tempo e no lugar onde coloca os pés. O analista também precisa fazer o seu nome na rua!

REFERÊNCIAS

- Abreu, D. D., & Oliveira, W. F. (2021). De Consultório de Rua para Consultório na Rua: a percepção de profissionais e gestores sobre o processo de transição. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 13(37), 182-203.
- Alberti, S., & Martins, A. (2019). Os mistérios do corpo falante e a adolescência anoréxica. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 53-67). Appris.
- Araújo M. (2022, 07 de junho). Número de pessoas em situação de rua ultrapassa a quantidade de vagas nos abrigos em BH. *Brasil de fato*.
<https://www.brasildefatomg.com.br/2022/06/07/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-ultrapassa-a-quantidade-de-vagas-nos-abrigos-em-bh>
- Askofaré, S. (2019). Considerações sobre o corpo em sua relação com a estrutura e os discursos. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 35-42). Appris.
- Bairro Ouro Minas - Belo Horizonte – MG. Rodoviária - São Gabriel.
<http://bairroourominas.blogspot.com/p/nova-rodoviaria-s-gabriel.html>
- Betts, J. (2018). Discurso do capitalista – sociedade espetacular, disciplinar, de consumo e de gozo escópico. *Correio APPOA* (276). Seção temática: Maio de 68 – 50 anos depois.
https://appoa.org.br/correio/edicao/276/discurso_do_capitalista__sociedade_espetacular_disciplinar_de_consumo_e_de_gozo_escopico/583
- Boeri, S. (1997). Atlas ecléticos. *Teoría y praxis del paisaje*.
<https://teoriaypraxisdelpaisaje.wordpress.com/teoria/atlas-eclecticos/>
- Brousse, M.-H. (2014). Corpos Lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do Espelho. *Opção Lacaniana*, 5(15).
http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/corpos_lacanianos.pdf
- Cachado, R. (2021). Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. *Sociologia e Antropologia*, 11(2), maio/agosto, 551-572.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coord.). (2023). *Atlas da violência 2023*. Ipea.
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>
- Ciscato, M. (2019). Sobre o impossível de suportar. *Correio Express. Revista online da Escola Brasileira de Psicanálise* (11).
https://www.ebp.org.br/correio_express/011/texto_mariciaciscato.html

- Coelho, C. M. S. (2006). Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. *Mental*, 4(6), 107-121. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272006000100009&script=sci_abstract
- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte. (2020, 20 de maio). *Vilas, favelas e loteamentos públicos de interesse social*. Prefeitura de Belo Horizonte. https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/dados_vila_favela_2020_2021.05.pdf
- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte. (2021, 02 de dezembro). Vilas e favelas. *Prefeitura de Belo Horizonte*. <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vilas-e-favelas>
- Costa, A., & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G, Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C. V. S, Curi, R. L. C, Ribeiro, C. C., & Albuquerque, C. G. (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados municípios e regiões metropolitanas brasileira*. Ipea.
- D'Andrea, T. P. (2020). *40 ideias sobre periferia*. Dandara.
- D'Andrea, T. P. (2022). *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos. Cultura e política na periferia de São Paulo*. Dandara.
- De Lima, T. C. S., Mito, R. C. T., & Dal Prá, K. R. (2007). A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 6(1), 93-104. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048>
- Dias, A. L. F., Migliari, W., & Rodrigues, G. C. M. (2021, 18 setembro). População de rua chegou a quase 9 mil pessoas em BH, mostra estudo da UFMG. *Polos de Cidadania*. <https://polos.direito.ufmg.br/populacao-de-rua-chegou-a-quase-9-mil-pessoas-em-bh-mostra-estudo-da-ufmg/>
- Dias, A. L. F., Migliari, W., Rodrigues, G. C. M., & Poleze, L. S. (2021). *População em situação de rua: violações de direitos e (de) dados relacionados à aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Nota técnica elaborada pelo Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito Da universidade Federal de Minas Gerais. Marginália. Comunicação.
- Djonga, Dk, Lord, Choice, Menor do Chapa, Negra Li [compositores e intérpretes]. (2018, 9 de agosto). *Favela Vive 3*. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=avbOUVHr0QI>
- Dunker, C. (2017, 11 janeiro). *Os 4 discursos de Lacan*. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=FAPE8-L8orE&t=12s>

- Dunker, C. (2019, 8 agosto). *Segregação velada e desigualdade*. [Vídeo]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=SXYNlsgtSYY>
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e ciências sociais. *Ágora*, 8(2), 153-174.
<https://scielo.br/j/agora/a/jDRbTN46rPwk5tdmwf37pyq/?lang=pt#>
- Falkembach, E. M. F. (1987). Diário de campo: um instrumento de reflexão. *Contexto e Educação*, (7).
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa* (Cap. 4, pp. 57-75). Artmed.
- Fraga, P. V. R. (2022). *Tá normal! Tá normal! A saúde chegou: etnografia da atuação do Consultório na Rua de Belo Horizonte nas cenas de uso*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. Arca – Repositório Institucional da Fiocruz.
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56144>
- Freud, S. (1996). Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909) In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 143-216, J. Strachey Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2010). A dissecação da personalidade psíquica. In *Obras completas, vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. (pp. 192-223, P. C. de Souza Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (2017). Caminhos da Terapia Psicanalítica. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da Clínica Psicanalítica*. (pp. 191-204, P. C. de Souza Trad.). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1919 [1918]).
- Garcia, C., Brisset, F. O., & Guerra, A. M. C. (2021). *Como viver junto. Derivas Analíticas*, 16. <https://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/edicao16/246-viverjunto>
- Gontijo, T. (2007). Estádio do Espelho. *Agressividade/Criminologia*.
 Referências/Interloquções. In T. Gontijo, M. R. Sobrinho, J. M. R. Oliveira, & V. P. Pereira (Orgs.), *Estádio do Espelho. Agressividade/Criminologia: efeitos da leitura dos textos de Lacan de 1948/1949* (pp. 15-26). Belo Horizonte.
- Heringer, A. (2007). A agressividade na formação do sujeito do inconsciente. In T. Gontijo, M. R. Sobrinho, J. M. R. Oliveira, & V. P. Pereira (Orgs.). *Estádio do espelho. Agressividade/Criminologia: efeitos da leitura dos textos de Lacan de 1948/1949* (pp. 53-63). Belo Horizonte.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Notas técnicas.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf
- Jesus, A. da S., Malachias, A. C., Sousa, T. B. de, & Góes, W. L. (2021). Violência, racismo e genocídio na metrópole paulistana: uma discussão necessária em tempos

- neoliberais. In T. P. D'Andrea (Org.), *Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas* (pp. 263-282). Dandara.
- Lacan, J. (1992). *O seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise*. (A. Roitman Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original apresentado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). *O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M. D. Magno Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original apresentado em 1964).
- Laurent, É. (1999). O Analista Cidadão. *Curinga*, (13), 07-13.
- Laurent, É. (2014). O racismo 2.0. *II Jornada da EPP Seção Nordeste*.
<https://ebp.org.br/nordeste/jornadas/2022/2022/08/16/o-racismo-2-0/>
- Laurent, É. (2022). A Interpretação: da escuta ao escrito. *II Jornada da EBP Seção Nordeste* (V. A. Ribeiro Trad.). <https://ebp.org.br/nordeste/jornadas/2022/2022/08/16/a-interpretacao-da-escuta-ao-escrito/>
- Lazzarini, E. R. (2019). Corpo em psicanálise e na patologia-limite. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 183-193). Appris.
- Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (1989). Define os preconceitos de raça ou de cor. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. (1990, 19 de setembro). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
- Lima, M. (2007). Considerações sobre o estádio do espelho e a agressividade em psicanálise. In T. Gontijo, M. R. Sobrinho, J. M. R. Oliveira, & V. P. Pereira (Orgs.). *Estádio do Espelho. Agressividade/Criminologia: efeitos da leitura dos textos de Lacan de 1948/1949* (pp. 87-92). Belo Horizonte.
- Marques, A. M., & Jorge, E. (2017). *Como se fosse a casa: uma correspondência*. Relicário.
- Mattos, M. de L. (2022). Uma verdade variável. *Boletim Iter-Dito*. Escola Brasileira de Psicanálise. <https://ebp.org.br/sp/uma-verdade-variavel/>
- Miller, J.-A. (2008a). *Coisas de fineza em psicanálise. Documentos de trabalho para os seminários de leitura da Escola Brasileira de Psicanálise. Lições I a IV*. (V. A. Ribeiro Trad.). Orientação Lacaniana III, 11.
<https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-alain-miller-coisas-de-fineza-em-psicanc3a1lise.pdf>
- Miller, J.-A. (2008b). Rumo ao PIPOL. *Correio*, (60), 7-14.
- Miller, J.-A. (2016). Racismo e extimidade. *Derivas Analíticas*, 4.
<https://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito>

- Nakano, A. K., Freitas, C. A. de O., & Souto, J. W. A. (2021). A permanência do problema habitacional nas cidades brasileiras: proposições para a habitação socialmente necessária. In T. P. D'Andrea (Org.), *Reflexões periféricas: proposta em movimento para a reinvenção das quebradas* (pp. 93-116). Dandara.
- Nery Filho, A., Valério, A. L. R., & Monteiro, L. F. (Orgs.). (2011). *Guia do projeto Consultório de Rua*. SENAD; CETAD.
- Nery, C., & Britto, V. (2024, 23 de janeiro). Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. *Agência IBGE*.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais#:~:text=O%20IBGE%20est%C3%A1%20substituindo%20a,%E2%80%9CFavelas%20e%20Comunidades%20Urbanas%E2%80%9D>
- Netto, S. T. P. P. (2016). Cartas de Freud a sua filha: correspondência de viagem (1895-1923). *Revista Brasileira de Psicanálise*, 50(2), 193-198.
- Nicolau, R. F., & Azevedo, M. M. P. (2019). Autista, qual o teu corpo? Enlaçamentos possíveis entre corpo e linguagem. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso, (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 105-117). Appris.
- Nogueira, I. B. (2017). Cor e inconsciente". In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 121-126). Perspectiva.
- Oliveira, J. M. R. (2007). A agressividade em psicanálise. In T. Gontijo, M. R. Sobrinho, J. M. R. Oliveira, & V. P. Pereira (Orgs.). *Estádio do Espelho. Agressividade/Criminologia: efeitos da leitura dos textos de Lacan de 1948/1949* (pp. 43-52). Belo Horizonte.
- Ons, S. (2009). *Violência/s*. Paidós.
- Pati, R. (2023, 20 de julho). Belo Horizonte é confirmada a 'capital dos botecos', segundo Censo. *Correio Braziliense*.
<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/07/5110371-belo-horizonte-e-confirmada-a-capital-dos-botecos-segundo-censo.html>
- Petry, P. P. (2008). A posição do analista: impasses e alternativas. *Estilos da Clínica*, 13(25), 210-231. <http://www.institutpaulofreire.org/downs/comunica.pdf>
- Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. (2005, 1º de julho). Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Gabinete do ministro.
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html#:~:te

- xt=Determina%20que%20as%20a%C3%A7%C3%B5es%20que,sejam%20reguladas%20por%20esta%20Portaria
- Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. (2011, 25 de janeiro). Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Gabinete do ministro.
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html
- Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. (2011, 21 de outubro). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html
- Prefeitura de Belo Horizonte (2020); Secretaria Municipal de Política Urbana. *Parcelamento do Solo*. https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2020/e-book_parcelamento_modulo06.pdf
- Prefeitura de Belo Horizonte. (2021). BH de mãos dadas contra a Aids.
<https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/vigilancia/vigilancia-epidemiologica/doencas-transmissiveis/bh-maos-dadas-contra-aids>
- Prefeitura de Belo Horizonte. (2022). Unidades de acolhimento institucional (pop rua).
<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/equipamentos/acolhimento>
- Queiroz, E. F. de. (2012). Dor e gozo: de Freud a Lacan. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(4), 851-866. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000400008>
- Rabinovich, D. S., & Couto, L. F. (2001). O psicanalista entre o mestre e o pedagogo. *Cadernos de Psicologia (Belo Horizonte, 1984)*, 11(1), 9-28.
- Ramírez, M. E. O. (2016). Agressividad y violencia em psicoanálisis, cuestiones conceituales. In J. de O. Moreira, F. K. Neto, & A. B. Rosário (Orgs.), *Violência(s): diálogos com a psicanálise* (pp. 55-63). CRV.
- Ramírez, M. E. O. (2017). *Conflicto armado y subjetividad*. Grama ediciones.
- Reymundo, O. (2018, 5 a 19 de junho). *Sobre o ódio*. [Conferência] I Jornada de Pesquisa do LAPCIP: Psicanálise e Laço Social, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.
- Ronan, G. (2019, 26 de agosto). PBH instala pedras sob viadutos para evitar fogueiras em pilares. *Estado de Minas*.
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/26/interna_gerais,1079899/pbh-instala-pedras-sob-viadutos-para-evitar-fogueiras-em-pilares.shtml
- Rosa, M. D., Carignato, T. T., & Berta, S. L. (2006). Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 35-48. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100003>

- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*. 22(1), 180-188.
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/#>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Zahar.
- Rui, T. C. (2012). *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Unicamp.
<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617927>
- Santi, P. L. R. de. (2010). A psicanálise nas tramas da cidade. *Rev. Bras. Psicanál.*, 44(2), 189-192. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000200020&lng=pt&nrm=iso
- Santos, M. (2005). O retorno do território OSAL: *Observatorio Social de América Latina*, 6(16), 255-261.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- Santos, M., & Silveira, M. L. (2006). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (9a ed.). Record.
- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (2013). Programa Fica Vivo!
<https://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/programas-e-acoas>
- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (2017). Programa Mediação de Conflitos. <https://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/mediacao-de-conflitos#:~:text=O%20Programa%20Media%C3%A7%C3%A3o%20de%20Conflitos,abrangem%20mais%20de%20200%20territ%C3%B3rios>
- Silva Júnior, M. R. da. (2017). Racismo, uma leitura. In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 161-178). Perspectiva.
- Silva, L. C., & Henderson, G. (2019). Um resgate epistemológico da noção de corpo para a psicanálise. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 283-290). Appris.
- Silva, M. L. da. (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 71-89). Perspectiva.
- Silva, R. A. da. (2015). *Reforma psiquiátrica e redução de danos: Um encontro intempestivo e decidido na construção política da clínica para sujeitos que se drogam* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A8TMQE>

- Sobral, P. O., & Viana, T. de C. (2019). O corpo, o irrepresentável e a angústia. In D. S. Chatelard, & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 225-237). Appris.
- Souza, A. (2008). *Os discursos na psicanálise*. Cia de Freud.
- Souza, C. (2019, 22 de abril). No papel há 10 anos, nova rodoviária já custou R\$ 30 milhões. *O Tempo*. <https://www.otempo.com.br/cidades/no-papel-ha-10-anos-nova-rodoviaria-ja-custou-r-30-milhoes-1.2171256>
- Souza, M. A. A. (2005). Apresentação. *OSAL: Observatorio Social de América Latina* 6(16), 251-261. <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> .
- Souza, T. P. (2022). *Guerra às drogas e redução de danos nas encruzilhadas do SUS*. Hucitec.
- Tabacof, H. (2017). Dessemelhanças e preconceitos. In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 45-56). Perspectiva.
- Tizio, H. (2007). Novas modalidades do laço social. *Asephallus*, VII(4). http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/pdf/artigo_03.pdf
- Toniolo, L. B. (2015). *Encontros entre violência e cidade a partir do olhar de um adolescente* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Torossian, S. D. (2016, 28 de dezembro). Pensar em Paradoxo. *Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. https://appoa.org.br/sul_21/pensar-em-paradoxo/1199
- Vannuchi, M. B. C. C. (2017). A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (pp. 59-70). Perspectiva.
- Veras, M. (2018, março). A contingência negra. *Correio Express. Revista online da Escola Brasileira de Psicanálise* (2). https://www.ebp.org.br/correio_express/extra001/texto_MarceloVeras.html
- Víctora, L. G. (2016). Corpo real, simbólico e imaginário. *Correio APPOA* (253). Seção temática Corpo real, simbólico e imaginário. https://appoa.org.br/correio/edicao/253/corpo_real_corpo_simbolico_corpo_imaginario/295
- Viganò, C. (2010). A construção do caso clínico. *Opção Lacaniana Online*, 1(1). http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/a_construcao_do_caso_clinico.pdf

ANEXO A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

N.º Registro CEP: CAAE 67372923.3.0000.5137

Título do Projeto: **Território e laço social: sujeitos e quebradas**

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará a história de vida de profissionais redutores de danos, as dinâmicas dos laços sociais e algumas das principais características de territórios marcados pela precariedade material, ausência de serviços básicos e violência. Objetiva-se recolher, compreender e discutir as vivências dos profissionais por meio das entrevistas e, com isso, produzir conhecimentos relacionados à vida cotidiana nas situações de pobreza e vulnerabilidade.

As informações obtidas neste estudo são confidenciais. Assegura-se o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal.

Você foi selecionado (a) porque é um profissional redutor de danos do Consultório na Rua de Belo Horizonte. A sua participação neste estudo consiste em participar de quatro encontros, com aproximadamente uma hora de duração. Espera-se que você narre a sua história de vida de forma livre e não orientada pelo pesquisador. Caso você permita, os encontros serão gravados. As perguntas deste estudo podem gerar desconforto e angústia por estarem relacionadas às situações e vivências que podem envolver violências,



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

agravos de saúde e violações de direitos. Caso isso ocorra, após o término da entrevista poderemos conversar sobre o que você julgar importante e, sendo necessário, encaminhá-lo aos serviços de psicologia, psiquiatria e clínica médica disponíveis na rede de Belo Horizonte. Os encaminhamentos serão realizados conforme a singularidade da situação apresentada e o fluxo das redes de saúde. Ou seja, Unidades Básicas de Saúde e Centro de Referência em saúde mental.

Sua participação é muito importante e voluntária. Não haverá pagamento por participar deste estudo. As despesas com transporte e lanche serão custeadas pelo pesquisador imediatamente antes da entrevista. Participando deste estudo, você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção do conhecimento científico.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído. Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constam também o telefone e o endereço do pesquisador responsável. Eventuais dúvidas sobre o projeto e sua participação podem ser esclarecidas a qualquer tempo.

Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição, pesquisador responsável, poderá ser contatado pelo número de telefone (31) 993097926, e-mail: leandrogbpsi@gmail.com, no endereço: Rua Joaquim Gouveia, nº 600, sala 05, bairro São Paulo, Belo Horizonte.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristina Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

O pesquisador compromete-se a cumprir todas as exigências e responsabilidades conferidas nesse termo. Agradeço a sua colaboração e confiança.

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa (letra de forma)

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2023

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO B**TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DOS DADOS**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Nós, Cristina Moreira Marcos e Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição, abaixo assinados, pesquisadores envolvidos no projeto “Território e laço social: sujeitos e quebradas: narrativas emergentes”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados produzidos durante as entrevistas dos sujeitos da pesquisa e anotações realizadas durante o trabalho de campo a fim de garantir a privacidade dos envolvidos, conforme preconizam as Resoluções CNS nº 466/12 e CNS nº 510/16, do Ministério da Saúde.

Declaramos, ainda, conhecer e cumprir os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que serão utilizados para a execução do presente projeto de pesquisa, e que o tratamento dos dados deverá ocorrer de acordo com o descrito na versão do projeto aprovada pelo CEP PUC Minas.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023

Leandro Galhardo Ballesteros da Conceição
13.956.115 SSPMG

Cristina Moreira Marcos
03.987.889115 SSPMG